

NAIARA SOUZA DA SILVA

TATUAGENS: SUJEITOS E SENTIDOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de Concentração: Linguística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dr. Ercília Ana Cazarin

Pelotas - RS

2014

NAIARA SOUZA DA SILVA

TATUAGENS: SUJEITOS E SENTIDOS

Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dr. Marilei Resmini Grantham – FURG

Profa. Dr. Aracy Ernst-Pereira – UCPEL

Profa. Dr. Ercília Ana Cazarin – UCPEL – Orientadora

Pelotas, 17 dezembro de 2014.

Dedico este trabalho aos meus pais.

Ao Andrew pelo incentivo e compreensão.

E também, a minha orientadora pela contribuição e aprendizado contínuo.

AGRADECIMENTOS

Ao Elci e Olga, meus pais, pelo amor, carinho e compreensão. A família é base da minha vida, além de educarem-me, sempre estiveram presentes e apoiaram cada etapa.

Ao Andrew, meu noivo, que foi incansavelmente meu par, companheiro nas “noitadas” de aprendizado. O apoio e o incentivo proporcionaram-me estabilidade emocional para que eu pudesse desenvolver meus estudos de forma mais tranquila e segura.

À Ângela Ribeiro, minha sogra, pelas palavras otimistas, pelo carinho e espaço disponibilizado. A sua casa foi o meu refúgio de concentração para que pudesse desenvolver esta dissertação.

À Profa. Dra. Ercília, minha orientadora, pela afetuosa acolhida. Suas orientações foram de extrema importância nesse percurso de leitura e escrita. Mesmo atuando num espaço discursivo distinto do que eu propunha, não poupou esforços para me ajudar nas reflexões.

Às professoras Aracy e Marilei, pelo diálogo e motivação para trabalhar com esse arquivo. Nosso encontro, no Seminário Interno de Avaliação de Artigos (SIAA/LEAD), proporcionou-me contribuições importantes para a continuidade do trabalho.

À Stella, minha amiga e Dama de Honra, pela amizade, companheirismo, disposição e ajuda nesse ano acentuado de surpresas.

Aos sujeitos entrevistados por aceitarem participar da pesquisa e também, por disponibilizarem suas considerações sobre as tatuagens materializadas em seus corpos, bem como as fotos das mesmas, por se deixarem ser vistos e interpretados.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Católica de Pelotas, por tornar possível a realização de carreira acadêmica amparada por uma ampla rede de profissionais, fundamentais a minha formação.

Enfim, a Deus, pela religiosidade que me concedeu forças até o ponto final do texto, utilizado simbolicamente como um efeito de fechamento.

RESUMO

O presente trabalho visa refletir, no âmbito da Análise de Discurso de tradição pêncheuxtiana, sobre o sentido atribuído a algumas tatuagens pela *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens: Desvendando Segredos*, contrapondo-o aos sentidos produzidos por sujeitos que possuem as mesmas *tattoos*. Compreendemos que se tratam de sentidos produzidos e mobilizados por duas instâncias distintas, uma representada pela Polícia Militar do Estado da Bahia e, a outra, representada por sujeitos tatuados que desconhecem a Cartilha. Para o gesto de interpretação dos sentidos das tatuagens, aqui entendida como espaço onde se materializam discursos, cujos sentidos produzem diferentes efeitos, empregamos princípios e procedimentos utilizados pela teoria a qual nos filiamos na análise da materialidade linguística. O estudo divide-se em cinco capítulos: o primeiro, destinado ao conhecimento da Cartilha; o segundo, reservado para um exercício bibliográfico da tatuagem a fim de compreendermos como foi sua (re)significação até o presente momento; o terceiro, dedicado à teoria da subjetividade, em que refletimos sobre o sujeito; e os dois últimos, propostos para o procedimento analítico-interpretativo. Nesse caminho, trabalhamos os efeitos de sentido produzidos, na medida em que temos sentidos apresentados por um aparelho repressor, num discurso autoritário, e sentidos dados por sujeitos que fazem uso da *tattoo*, ambos inscritos em formações discursivas distintas e afetados por imaginários também distintos.

Palavras-chave: Tatuagem. Representações discursivas. Sentido

ABSTRACT

The present work aims at to reflect, in the scope of the Discourse Analysis, of the Pêcheux tradition, on the direction attributed to some tattoos for the “*Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens: Desvendando Segredos*”, opposing it to the directions produced for citizens that have the same tattoos. We understand that they are about directions produced and mobilized for two distinct instances, one represented for the Military Policy of the State of the Bahia and, to other, represented for tattooed citizens that are unaware of the *Cartilha*. For the gesture of interpretation of the directions of the tattoos, understood here as space where if they materialize speeches, whose sensible they produce different effect, we use principles and procedures used for the theory which in we affiliate them in the analysis of the linguistics materiality. The study it is divided in five chapters: the first one, destined to the knowledge of the *Cartilha*; the second, reserved for a bibliographical exercise of the tattoos in order to understand as it was its (re) meaning until the present moment; the third, dedicated one to the theory of the subjectivity, where we reflect on the citizen; e the two last ones, considered for the analytical-interpretation procedure. In this way, we work the produced effect of direction, in the measure where we have felt presented by a repressor device, in an authoritarian speech, and felt given by citizens that make use of tattoo, both enrolled ones in distinct speech imaginary formations and affected by also distinct imaginary.

Keywords: Tattoo. Discursive representations. Sense

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de Discurso

AE – Aparelhos de Estado

AIE – Aparelhos ideológicos de Estado

AOPMBA – Associação dos Oficiais da Polícia Militar da Bahia

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CME – Coordenadoria de Missões Especiais

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CP – Condições de produção

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

IML – Instituto Médico Legal

PM – Policial Militar e/ou Polícia Militar

PS – Posição-sujeito

Sdr – Sequência discursiva de referência

Tattoo – Tatuagem

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	27
Figura 2.....	28
Figura 3.....	29
Figura 4.....	31
Figura 5.....	32
Figura 6.....	33
Figura 7.....	35
Figura 8.....	36
Figura 9.....	37
Figura 10.....	39
Figura 11.....	40
Figura 12.....	52
Figura 13.....	69
Figura 14.....	72
Figura 15.....	95
Figura 16.....	96
Figura 17.....	104
Figura 18.....	106
Figura 19.....	108
Figura 20.....	109
Figura 21.....	110
Figura 22.....	121
Figura 23.....	123

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1 SOBRE A CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL.....	20
1.1 O AUTOR.....	20
1.2 A CARTILHA "TATUAGENS: DESVENDANDO SEGREDOS".....	26
2 SOBRE A TATUAGEM.....	42
2.1 UM GESTO QUE SIGNIFICA.....	42
2.2 O CORPO COMO ESPAÇO QUE PERMITE A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA TATTOO.....	55
2.3 A CONSITUIÇÃO, A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS.....	67
3 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE DA AD.....	77
3.1 O SUJEITO	78
3.2 SUJEITO TATUADO <i>VERSUS</i> SABERES DA CARTILHA: EXPLICITANDO A FD QUE ESTÃO INSCRITOS.....	83
4 DO DISPOSITIVO TEÓRICO AO DISPOSITIVO ANALÍTICO.....	89
4.1 O ARQUIVO, O <i>CORPUS</i> E A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA.....	90
5 UMA POSSÍVEL ANÁLISE.....	95
5.1 RECORTE 1 – O DISCURSO DA FD ESTATAL.....	95
5.2 RECORTE 2 – O DISCURSO DOS SUJEITOS TATUADOS.....	102
O FECHAMENTO COMO EFEITO-TEXTO.....	128
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS.....	146
ANEXO 1 – MODELO DO TCLE.....	147
ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO TATUADO (SUJEITO 1)	149
ANEXO 3 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO TATUADO (SUJEITO 3)	151

ANEXO 4 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO TATUADO (SUJEITO 5)	
.....	152
ANEXO 5 – CD.....	153

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Você deve perdoar o fato de que a primeira reação das pessoas é julgar alguém por seu aspecto externo.

O Retorno do Jovem Príncipe – A. G. Roemmers

Este trabalho resulta do interesse em analisar a tatuagem que, ao se materializar no corpo, se constitui enquanto discurso. O interesse é também de compreender o funcionamento desse espaço discursivo que possibilita a sua realização. Fazemos isso sob a perspectiva da Análise de Discurso¹, de filiação pêcheuxtiana², tal qual vem sendo trabalhada no Brasil. O corpo, enquanto objeto teórico-analítico, conquistou um espaço de estudo importante nos últimos anos à medida que ele, assim como o discurso, também significa e tem sua materialidade, manifesta sua organização, sua constituição e a movência de sentidos dentro de um espaço-tempo específico em que ganha corporeidade.

Para a AD, conforme os estudos de Ferreira M. C. L. (2013), o corpo é mais do que um objeto teórico, é um dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas condições de produção, sua historicidade e a cultura que o constitui. Trazendo as palavras da autora, “trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível, e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível” (p.105).

Diante disso, entendemos que se o sujeito se identifica com a língua para poder dizer, ele também se identifica com o seu corpo para significar. Através da tatuagem, num processo de textualização do corpo, esse sujeito grava no tecido da pele o seu desejo, a sua interpretação e a sua interpelação. Pele que, como explica Abreu (2013), “se transforma em texto em uma junção de linguagens – palavras, imagens, cores, que ganham estatuto na história” (p.143).

¹ A Análise de Discurso, tratada também por AD, focaliza a linguagem como trabalho dos sentidos por um sujeito submetido à ordem da língua e à ordem da história. Ela configurou-se na articulação de três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico (marxismo), a Linguística e a Teoria do Discurso. Essas três regiões são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

² Michel Pêcheux (1938-1983) é um filósofo francês e precursor da Análise de Discurso, numa perspectiva que teoriza como a linguagem está materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. A teoria que ele propõe coloca questões para a Linguística interrogando-a pela historicidade que esta exclui, assim como ela questiona as Ciências Sociais pela transparência da linguagem sobre a qual elas se constroem. O autor compreende o sentido como sendo regrado pelas questões de espaço e tempo das práticas humanas, descentralizando o conceito de subjetividade e limitando a autonomia do objeto da Linguística. Assim, explicita as relações entre sujeito, linguagem e história, criando um novo objeto: o discurso. Fonte: Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/>>. Acesso em 5 de março de 2014.

Por meio de tais concepções, frisamos que o presente trabalho justifica-se por se inserir em um conjunto de estudos que interpretam a prática de tatuar o corpo. Tal processo relaciona-se aos pressupostos ideológicos, às suas condições de produção e às formas de representação e, questionando as formulações de sentido e seus efeitos, pois, acreditamos que no ato da tatuagem se articulam corpo, linguagem, desejo, falta e excesso.

Precisamos, nessa instância, segundo Abreu (2013), “suportar a incompletude e pôr corpo/linguagem em movimento” (p.146). Para tanto, direcionar o olhar à escrita corporal será uma arte de ler, interpretar e compreender o funcionamento dessa linguagem gravada na pele, transformada num texto que relaciona corpo, discurso, escrita, subjetividade e representações imaginárias.

Nesse contexto, resgatamos a perspectiva pêcheuxtiana que define a língua e a ideologia como um ritual com falhas para indicar que o corpo também é – se os equívocos, a falha, o excesso e a falta se materializam na língua, na materialidade do corpo não seria diferente; mais precisamente, o corpo, como destaca Ferreira, M. C. L. (2013), seria o lugar de simbolização, um lugar falado pela língua, onde se marcariam os sintomas sociais e culturais.

Analisarmos o corpo tomando-o como algo já pronto e constituído seria, assim, empobrecedor, pois privilegiaria suas representações da época em que está submerso apenas. É fundamental, de acordo com o nosso entendimento das leituras de Sant’Anna (1995/2005)³, localizarmos as problematizações que tornaram possíveis as práticas corporais e suas representações, na medida em que o corpo é um processo e, por isso, resultado provisório de convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos. Mais ainda, para ela, “trata-se de pensar para além das oposições liberação e repressão, corpo natural e corpo artificial, não para negá-las, mas para analisá-las lá onde elas sempre estiveram no curso da história, sendo, portanto datáveis, provisórias, plurais e interligadas” (p. 15).

A esse respeito, tais considerações vêm sendo pensadas, desde 2009, por meio de uma pesquisa⁴ resultante de um gesto de interpretação do *corpus* discursivo relacionado ao discurso de mulheres que buscavam alcançar o padrão de beleza estipulado e legitimado na

³ A formatação desta bibliografia está disposta na seguinte ordem: 1995 refere-se a sua 1ª edição/2005 refere-se a edição que estamos utilizando no estudo. A partir deste momento, poderão ser encontradas no presente texto referências dispostas nesse modelo.

⁴ A pesquisa era um subprojeto de iniciação científica vinculado à pesquisa “Retratos Digitais: violência e auto-representação no Orkut” sob a coordenação das professoras Aracy Ernst-Pereira e Raquel Recuero e desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

sociedade contemporânea, atingindo o seu corpo de forma inescrupulosa e, muitas vezes, sem volta, como no caso da anorexia. O estudo desenvolvido resultou em reflexões sobre o corpo que instigaram o meu interesse em analisar ainda mais esse objeto, mesmo que tenhamos mudado o foco para as tatuagens, como um gesto de significação que simboliza e configura uma posição-sujeito constituída por outra forma de subjetivação.

Ao tratar da tatuagem, na presente pesquisa, observamos um outro modo de materialização do discurso, bem como de circulação dos sentidos, aqueles visíveis na pele do sujeito que colocam em pauta o próprio sentido, como ele se constitui, como se formula e como circula, o que, ao nosso ver, é um processo de significação importante e necessário aos estudos sobre o corpo e sobre o sujeito, este determinado pelo inconsciente e pela historicidade.

A tatuagem não é um fenômeno novo na sociedade, bem sabemos; ao contrário, ao longo dos tempos e em diferentes culturas, o sujeito sempre marcou o corpo senão com tatuagens, o fez através de pinturas. Entendemos, então, esse processo como uma tentativa de subjetivação entre tantos modos de subjetivar-se na sociedade em que se vive. Dito de outra forma, conforme os trabalhos de Leitão (2000), a tatuagem seria um projeto individual do sujeito para ocupar um lugar histórico e cultural.

Nesse ponto, estabelecendo uma interlocução com os trabalhos de Ferreira, V. (2007), a *tattoo* configuraria uma forma de demarcação estilística através da qual algumas pessoas constroem e dão a (re)conhecer não só a sua identidade pessoal, mas também o modo como percebem e se relacionam com o mundo. Somado a isso, ela pode ser entendida como um gesto de escritura de si em que estabelece um campo de significação, que compreende o próprio corpo do sujeito como um espaço de sentidos.

Noutros termos, na relação com a sociedade em que circula, o sujeito instaura sua textualidade, visível em sua pele, individualizando-se. Recorremos a Orlandi (2012a) para elucidarmos esse processo, ela explica que “o sujeito procura destacar-se do corpo coletivo, do seu ‘eu comum’, significando-se em uma segunda comunidade. Reconhecendo-se no seu desejo de ser” [grifo da autora] (p. 196).

Diante do exposto, acreditamos que a tatuagem deve ser compreendida como uma materialidade discursiva na qual o sentido não é dado de antemão e é aqui que situamos o tema desta dissertação: o estudo de tatuagens enquanto gestos simbólicos de diferentes

sentidos materializados no corpo de sujeitos. Enfatizamos a questão da constituição do sentido, seguindo o legado de Pêcheux (1988/2009a), em que “as palavras, as expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (p. 146). Nessa perspectiva, podemos pensar que os sentidos não estão unicamente no desenho da tatuagem, mas aquém e além dela.

Este tema foi levantado durante o processo de escolha do arquivo que seria estudado, momento em que nos deparamos com uma Cartilha, destinada aos Policiais Militares (PMs), que apresenta sentidos “fixos” a algumas tatuagens, cujas características validam o preconceito com alguns desenhos e, respectivamente, com os sujeitos que os têm materializados no seu corpo, caracterizando-os como prováveis criminosos. A Cartilha sobre as tatuagens intitulada *Cartilha de orientação Policial – Tatuagens: desvendando segredos*⁵, publicada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia⁶, exibe aos agentes responsáveis pela segurança pública algumas tatuagens com um significado, nela enquadrado, que facilitaria, na concepção do autor, a atuação policial através de um reconhecimento visual. Elaborando uma comparação, se é que podemos fazê-la, é como se os sentidos das tatuagens estivessem dentro de “gavetinhas” com sua significação perfeita, bastaria o policial abri-las para saber o sentido da *tattoo* e o nível de maldade e/ou bondade do sujeito. Todavia, lembramos que há diferença entre o imaginário que perpassa as representações de um PM sobre determinadas tatuagens e o de sujeitos portadores das mesmas, porque o imaginário é lacunar, em virtude da existência do real⁷.

Levamos em consideração meramente a tatuagem com um significado preso a ela, trabalhando com evidências de sentidos, como insinua a Cartilha em questão, e deixando de fora o funcionamento que permitiu a sua existência, é irmos contra os pressupostos teóricos basilares da teoria na qual nos inscrevemos. No caso em pauta, sustentamos o nosso estudo nas orientações de Pêcheux (1988/2009) no fundamento de que “... as palavras não significam *a priori*...”, pois, para compreender o sentido que produzem, é necessário analisá-las a partir do processo discursivo em que ocorrem para entender como funcionam e que efeitos de sentido produzem. Assim sendo, os sentidos não podem ser entendidos como determinados,

⁵ Elaborada pelo Tenente Policial Militar (PM) Alden da Silva (2011).

⁶ Fonte: Disponível em:

<http://amigosdaguardacivil.blogspot.com.br/2012/05/cartilha-tatuagens-desvendando_segredos.html>. Acesso em: 24 de maio de 2014.

⁷ Nas palavras de FINK (1998), “o real de Lacan é sem zonas, subdivisões, altos e baixos localizados ou lacunas e totalidades: o real é um tipo de tecido inteiro, indiferenciado, entrelaçado de forma a ser completo em todos os lugares, não havendo espaço entre os fios que são sua matéria” (p.43-44). Nessa perspectiva psicanalítica que levamos em conta, o real pode ser tudo o que ainda não foi simbolizado. A linguagem nunca transforma completamente o real nem suga tudo do real para dentro da ordem simbólica.

fechados e acabados com uma significação perfeita numa Cartilha. Ao contrário, sujeito e sentido se constituem concomitantemente e, nesse processo, interferem o inconsciente e a ideologia – é assim que os concebemos em AD.

Orlandi, citando Rimbaud, ressalta que

... todo texto pode significar tudo. Mas não significa. E é justamente nesta margem entre o que se pode e o que acontece de fato, na margem de incertezas, da indecisão dos sentidos e dos sujeitos, que trabalha o analista de discurso, tateando os pontos em que os sentidos se estabelecem em suas condições significando apenas algumas coisas, deixando, no entanto, na possibilidade de muitas versões, das múltiplas formulações possíveis, os sentidos em suspenso, em suas possibilidades (2004, p.128).

Dessa maneira, sob o nosso ponto de vista, a tatuagem é um gesto de significação de sentidos múltiplos que simbolizam, configurando uma posição-sujeito e, não pode ser entendida como se seu sentido fosse transparente tampouco evidente. Por isso, formamos o arquivo da pesquisa de acordo com as imagens das tatuagens que a Cartilha apresenta (dentre elas, podemos citar algumas que nos despertaram maior interesse: índia, Jesus Cristo, diabo, carpa, gnomos, São Jorge e demônio da tasmânia), contrapondo-as com fotografias das mesmas tatuagens de sujeitos que as possuem – estas fotografias foram reunidas juntamente com as considerações de sujeitos tatuados sobre as suas *tattoos* por meio de uma entrevista oral semi-estruturada com preponderância à aberta, realizada no período de construção do *corpus* empírico.

Para explicarmos melhor esta entrevista que realizamos com os sujeitos, esclarecemos que o que nos interessou foi o discurso do sujeito sobre a sua tatuagem. Nesse sentido, a metodologia aplicada não foi de perguntas e respostas, pois restringiríamos as possibilidades de respostas dos sujeitos. A partir da explicitação da pesquisa, foi apresentado um roteiro sobre alguns pontos necessários a serem falados, mas isto foi somente um ponto de partida para o sujeito apoiar-se. Nesta entrevista, os sujeitos puderam utilizar-se do tempo que entenderam necessário para expressar a constituição do sentido da sua tatuagem.

É necessário esclarecermos também que, este trabalho foi submetido à Plataforma Brasil e sua realização foi aprovada (CAAE: 37308814.7.0000.5339). Todos os sujeitos participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁸ que

⁸ O modelo do documento está no anexo 1 deste trabalho.

permite a utilização da sua entrevista transcrita e da fotografia da sua tatuagem. Porém, como para nós analistas do discurso não interessa caracterizá-lo como sujeito empírico (com nome, carteira de identidade, CPF etc.), sua identidade será mantida em sigilo. Sendo assim, os sujeitos tatuados entrevistados serão nomeados como sujeito 1, sujeito 2, sujeito 3, sujeito 4 e sujeito 5.

A escolha por esse *espaço discursivo* deve-se, como já sinalizada, à inquietação acerca das representações discursivas apresentadas por um órgão público, mais precisamente a Polícia Militar do Estado da Bahia, sobre os sentidos de algumas tatuagens materializadas no corpo de sujeitos. Ao recordarmos a ideia do senso comum acerca das funções da PM, cujo órgão é considerado uma corporação que exerce o poder de polícia com as funções de garantir a segurança, a ordem e a lei de todos, refletimos sobre as representações que colocam sentidos como se fossem únicos, o que pode incitar e confirmar o julgamento da sociedade pelo aspecto externo do sujeito. Todavia, sabemos que tais representações se dão a partir de uma posição e estão inseridas ao todo das formações ideológicas (FI), e, por isso, pensamos o imaginário que perpassa a formação discursiva (FD) e, por conseguinte, a FI da Polícia Militar, ao elaborar uma Cartilha orientacional.

A fim de empreender o que nos dispomos a fazer na presente pesquisa, esclarecemos, a seguir, a problematização que fomentou o estudo. Entendendo que o sentido deve ser pensado a partir das suas condições sócio-históricas, determinadas por condições estéticas, ideológicas e políticas nos perguntamos: como a *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens*: desvendando segredos poderia determinar sentidos a algumas tatuagens, se as *tattoos* presentes na superfície da pele dos sujeitos se apresentam como um texto repleto de significações que podem produzir diferentes sentidos?

Nesse contexto, temos como objetivo geral da dissertação: analisar o significado dado pela Cartilha de Orientação Policial a algumas tatuagens, contrapondo-o aos sentidos produzidos por sujeitos que possuem as mesmas *tattoos*.

Com vista nisso, algumas perguntas são pertinentes, a saber:

- i. Qual é o imaginário que perpassa as representações das tatuagens apresentadas pela PM e qual o imaginário que constitui a representação das mesmas tatuagens pelos sujeitos entrevistados?

- ii. Há deslocamentos de sentido das sequências discursivas (*tattoos*) escolhidas para a análise entre a orientação da Cartilha e o sentido atribuído por sujeitos que as textualizaram em seu corpo?
- iii. O sujeito que se julga livre para fazer do seu corpo o que deseja, na ilusão de controle e poder, seria vítima dos pressupostos ideológicos forjados pela sociedade?

Diante do recém-apresentado, procurando atender as questões que elencamos como pertinentes, apresentamos como objetivos específicos:

- i. Formar um arquivo documental através de uma entrevista oral semi-estruturada com sujeitos que possuem as tatuagens escolhidas e de fotos das respectivas *tattoos* para após, construir o *corpus* da pesquisa.
- ii. Refletir sobre a relação entre linguagem e sujeito em que o próprio corpo é lugar material de significação.
- iii. Articular os elementos da materialidade significativa com o imaginário discursivo dos sujeitos da pesquisa.
- iv. Compreender os modos como se formulam os sentidos e os seus trajetos: de onde eles vêm e para onde vão como também, como eles circulam e produzem efeitos nas diferentes condições de produção em que os sujeitos tatuados entrevistados estão inseridos.
- v. Comparar as posições-sujeito e a influência delas sobre os efeitos de sentido contextualizados nas diferentes tatuagens.

Para atender a tais objetivos, a dissertação foi organizada da seguinte forma: logo após as considerações iniciais, no primeiro capítulo, apresentamos a Cartilha de Orientação Policial e algumas tatuagens que ela aborda, bem como a sua organização e sua metodologia. No segundo, tratamos da tatuagem, do corpo e do sentido. A primeira entendida como portadora de discursividade, o segundo, como espaço que permite a materialização desta discursividade e o último, entendido como se constituindo, juntamente com o sujeito. No terceiro, buscamos refletir sobre o sujeito tatuado e a sua relação com a *tattoo*, explicitando a FD, que enquanto analista, entendemos que se inscrevem os sujeitos entrevistados, em contraponto à FD que abriga os saberes da Cartilha. E no quarto, abordamos a construção do dispositivo analítico do estudo para, na sequência, apresentarmos a análise como uma possível produção dentre tantas

leituras possíveis. Por fim, na expectativa de que esta dissertação instigue futuras discussões sobre o tema, a título de um efeito de fechamento do trabalho, procuramos refletir sobre as respostas dadas, às questões norteadoras bem como, aos objetivos que foram elaborados.

1 SOBRE A CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL

Neste capítulo, apresentamos a Cartilha de Orientação Policial e algumas tatuagens que aborda, bem como a sua organização e sua metodologia, para que possamos esclarecer o nosso estranhamento diante do modo com que ela trata do sentido de algumas tatuagens, sentido que é dado *a priori* muito embora sejam feitas algumas ressalvas pelo autor, as quais serão detalhadas posteriormente.

Para explicarmos nosso distanciamento da Cartilha, trazemos as palavras de Orlandi (2012c) no que diz respeito à visão da perspectiva discursiva na qual trabalhamos, ela acentua que “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (p. 25). Partindo desse pressuposto, pensamos no sentido pelo viés de uma teoria interpretativa que “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (idem, p. 26).

Dessa maneira, não restringimos nossa análise na interpretação da tatuagem em si, pois a AD nos possibilita trabalhar os seus limites, ou seja, os mecanismos que fizeram parte dos processos de significação da *tattoo*. Orlandi (2012c) acentua que a AD “não procura um sentido verdadeiro através de uma ‘chave’ de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico” [grifo da autora] (p. 26), que nos permite examinar as representações do sujeito de si, do outro e do objeto, as posições-sujeitos e as filiações ideológicas que estão em jogo no processo de constituição dos sentidos para além das aparências.

1.1 O AUTOR

O Oficial Alden José Lázaro da Silva é um Policial Militar (PM) na Associação dos Oficiais da Polícia Militar da Bahia (AOPMBA) – Força Invicta. Conforme descrito no site⁹ da AOPMBA, a entidade, em que o mesmo faz parte, é uma instituição sem fins econômicos, apartidária, de caráter civil, com tempo de duração indeterminado e com personalidade jurídica própria. Seus propósitos estatutários fundamentais visam o fortalecimento da classe e

⁹ Fonte: Disponível em: <<http://www.aopmba.com.br/2012/?menu=pagina&id=1>>. Acesso em agosto de 2014.

o exercício da representação dos associados, através de ações na esfera político-administrativa ou judicial, em defesa dos seus interesses comuns, além da promoção do intercâmbio cultural, social, esportivo, recreativo e artístico.

Na Força Invicta, de acordo com o site, tem-se a vontade de vivenciar uma polícia mais justa e coesa, e isto se torna o combustível da luta dos PMs pelos seus direitos. Eles apresentam-se sempre abertos à discussão, buscando a via do diálogo e da negociação, sem olvidar, contudo, das vias administrativas, políticas e judiciais. A instituição vem se mantendo vigilante e atenta, como entidade representativa da classe, buscando construir um caminho que vise ao crescimento da Polícia Militar como um todo.

Ainda, no site mencionado, quando da apresentação da história da AOPMBA, encontramos o seguinte: “nós somos gestores de segurança pública e temos a consciência do nosso dever e da importância da nossa missão, bem como da responsabilidade para com a tranquilidade do povo baiano, e, por isto, conclamamos a todos a ter fé em Deus, fé na vida, fé no homem e fé no que virá, pois unidos poderemos muito, associados poderemos mais”. Neste texto, podemos observar que cada parágrafo re(afirma) o lugar social de “destaque” ao qual os PMs estão inseridos em relação aos demais cidadãos da sociedade.

É a partir desse contexto histórico-social, cujas representações de classe devem ser mantidas e incentivadas, que o autor elaborou a *Cartilha de orientação Policial – Tatuagens*: desvendando segredos, atribuindo alguns significados específicos a algumas tatuagens no mundo do crime. Lembrando o que Pêcheux (2010/1990) desenvolve sobre as condições de produção (CP) do discurso, acreditamos ser importante mencionar que o discurso do sujeito é constituído em relação ao imaginário que o sujeito tem do lugar social que ele fala.

Nesse caminho, relacionamos o exemplo de Pêcheux (2010/1990) quando trata do discurso de um deputado pertencente a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição, este é porta-voz desse ou daquele grupo que representa tais interesses; no nosso caso, temos a figura do autor da Cartilha como porta-voz dos interesses da PM. Usando as palavras pêcheuxtianas, “ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa” (p. 76). Nessa perspectiva, esse lugar, tomado enquanto posição-sujeito, inscrito numa FD influencia as relações de sentido nas quais o discurso é produzido, assim, o sentido da

tatuagem “x” é constituído diferentemente segundo a posição-sujeito (PS) que está em jogo no processo.

A respeito, Orlandi (2012c) escreve que todos os mecanismos de funcionamento do discurso repousam nas formações imaginárias. Nesse entendimento, segundo ela, “não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade (...), mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem ao sujeito passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições” (p. 40).

As posições – PM, sujeito tatuado, sujeito criminoso e/ou inocente – assim, são significantes no discurso. Elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória discursiva, pois o mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos e do objeto do discurso, neste caso, a tatuagem. E ainda, as posições, mobilizam um dizer que remete a alguns sentidos e não a outros.

Pensando nessa formação social apresentada, outra questão põe-se em pauta, e acreditamos ser fundamental na reflexão – a ideologia que, parafraseando Pêcheux (2010/1990), é um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes. Ou seja, o autor da referida Cartilha, a partir do lugar social em que está inserido, sugere a pretensa literalidade de alguns sentidos, produzindo efeitos que mantêm as diferenças necessárias entre polícia/bandido, como também mantém a hierarquia e a divisão de classes – fatores que são incentivados pela instituição da qual ele faz parte.

Seguindo as orientações pêcheuxtianas (1990/2010),

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar ‘interpelação’, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja ‘conduzido’, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ‘ocupar o seu lugar’ (...) [grifos do autor] (p. 162).

Tais palavras nos fazem pensar na reprodução das relações de classe, assegurada materialmente, como o próprio autor sustenta, pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como “aparelhos ideológicos de Estado” (AIE), na medida em que a

Cartilha direciona o leitor ao sentido que nela é atribuído, apresentando esse sentido como o mais “verdadeiro” possível. Nesse funcionamento, entendemos a partir das orientações de Pêcheux, que há uma ideologia trabalhando como um mecanismo estruturante do processo de significação.

Nesse caminho, pensando nas explicações de Althusser (1970) quando trata do poder dos Aparelhos de Estado (AE)¹⁰ que, segundo ele, funcionam simultaneamente pela repressão e pela ideologia, permitindo às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre as classes operárias, estabelecemos uma relação com a Cartilha de Orientação Policial. Ela, nesse viés, estaria “ensinando ‘saberes práticos’ mas, em moldes que asseguram a ‘sujeição à ideologia dominante’ ou o manejo da prática desta” [grifos do autor] (idem, p. 22).

Visto isso, uma instituição do Estado como a Polícia Militar estaria funcionando como agente da produção, da exploração e da repressão dos sujeitos tatuados, não só com aqueles sujeitos envolvidos ao mundo do crime, mas expondo todos os sujeitos que apresentam as tatuagens contidas da Cartilha, pelas possibilidades de efeitos de sentido que nela ressoam.

Nas palavras de Althusser (1970), a PM estaria exigindo

... uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes de exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, <<pela palavra>>, a dominação da classe dominante [destaque do autor] (p. 21-22).

Com tal característica, a PM representaria uma autoridade que legitimaria o sentido, assegurando, pela força e/ou pelo poder, as condições políticas da reprodução das relações de exploração de uma instituição sobre os seus assujeitados. Neste ponto, quando o autor se utiliza do discurso autoritário – tal como define Orlandi (2011b), em que “a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida” (p. 154) – para dar/colocar um sentido às tatuagens, a PM ratifica a sua posição de autoridade sobre os demais sujeitos.

Assim, entendemos que, por meio da Cartilha, incentiva-se, ainda que disso não se deem conta, condições e possibilidades de se ter a sociedade dividida em classes. Esse

¹⁰ Segundo Althusser (1970), são exemplos de AE: a Escola, a Polícia, o Exército, a Igreja, o Governo e outros aparelhos que “ensinam <<saberes práticos>> mas em moldes que seguem a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da <<prática>> desta” [destaque do autor] (p. 22).

funcionamento, ao qual podemos chamar de reprodução da submissão às “regras” dominantes, pode ser observado já nos agradecimentos:

Este trabalho, só foi possível graças a colaboração de muitas pessoas que, de uma forma ou de outra, ajudaram com informações e incentivos para que a ideia pudesse se tornar realidade. O espaço seria pequeno para as citações individuais, portanto, agradeço a todos os meus superiores hierárquicos e amigos pelo apoio dispensado. Agradeço em especial aos Policiais Militares como um todo, que têm a nobre missão de apoiar o poder público na manutenção da ordem necessária em um estado democrático de direito. A eles dedico esta cartilha (SILVA, 2011, p. 5).

As pistas linguísticas “nobre missão”, “apoiar o poder público” e “manutenção da ordem necessária”, do enunciado acima, ratificam o nosso entendimento sobre as questões trabalhadas. Retomando, a *jus* de compreensão, a classe dos PMs colaborou e incentivou a elaboração da Cartilha, pois ela afirmará o lugar social que estão inseridos. Mais ainda, os PMs terão auxílio da Cartilha na “nobre missão” de segurança dos cidadãos por meio da identificação de suspeitos através de suas tatuagens, apoiando os demais órgãos cujos princípios são compartilhados a fim da “manutenção da ordem necessária”, como se isso dependesse somente das tatuagens estampadas nos corpos de sujeitos.

Segundo um *post* de Dacunha, no Blog chamado *Amigos da Guarda Civil*¹¹, o autor da Cartilha é referência em estudos policiais na Polícia Militar da Bahia e ela repercutiu entre os policiais de rua interessados na eficiência de seu trabalho. O texto do Blog explica que o autor mostra e especifica, na Cartilha, o significado de algumas tatuagens em facções criminosas, com a finalidade de ajudar didaticamente seus colegas de profissão a identificar suspeitos ou encontrar, por meio da *tattoo*, informações qualificadas sobre a incidência de crimes.

A justificativa da elaboração da Cartilha baseia-se no seguinte:

Estima-se que hoje na população carcerária do Brasil, mais de 60% dos presos do sexo masculino tenham algum tipo de desenho estampado no corpo. Sendo que 20% deles, afirmam ter se tatuado enquanto cumpria pena. Na cadeia, as tatuagens não são utilizadas como mero objetivo de adornar o corpo, mas sim feitas para identificar o tipo de crime praticado pelo detendo (SILVA, 2011, p. 7).

¹¹ Fonte: Disponível em: <<http://amigosdaguardacivil.blogspot.com.br/2012/05/cartilha-tatuagens-desvendando-segredos.html>>. Acesso em: 2 de junho de 2014.

Sendo assim, chamamos a atenção para a expressão “na cadeia” utilizada por ele. Neste enunciado, podemos observar que o contexto sócio-histórico interfere na produção de sentidos das tatuagens. Se levarmos em consideração que, no contexto social carcerário, um sujeito tatuado com o demônio da tasmânia refere-se a um sujeito criminoso, temos que considerar também que, em outro contexto sócio-histórico, a *tattoo* pode ter outros sentidos. Salientamos, nessa parte, que a exterioridade interfere e constitui na/a formulação, produção e circulação dos sentidos. Nesse caminho, no nosso ponto de vista, a Cartilha não se sustentaria – não daria conta do controle dos sentidos –, leva-se em conta ainda a importância da noção de exterioridade para tratar da produção de sentido.

Dando continuidade na argumentação do autor sobre a necessidade da Cartilha, ele articula que “as tatuagens servem como demonstração de poder, status, estão atrelados a hierarquias e acontecimentos pessoais, significados e códigos que só faziam sentido para quem estava inserido no seu contexto, direta ou indiretamente” (SILVA, 2011, p.7). E ainda, “por trás de uma simples aparência artística, alguns tipos de tatuagens representavam um complexo sistema de representações criminosas” (idem, p. 8). Outra vez, ele faz alusão ao contexto carcerário, e o que nos inquieta a esse respeito deve-se ao fato de que a Cartilha é destinada aos PMs de rua que poderão abordar quaisquer sujeitos.

Para o referido autor, ironicamente, o objetivo não é discriminar pessoas que possuam tatuagens, pois isso seria “discriminar o próprio ser humano que ao longo de sua história utilizou a tatuagem como forma de expressão” (idem, p. 8). E sim, demonstrar que certas tatuagens encontradas em alguns indivíduos podem indicar fortes indícios de envolvimento com a prática de crimes e também, servir de apoio aos PMs nas ocorrências em que o suspeito tenha no seu corpo uma tatuagem.

Nossas inquietações não findam aqui, desde a distribuição para os membros do curso de capacitação da Guarda Municipal de Salvador, a partir do ano de 2012, os questionamentos da sociedade tatuada não cessam de nos enfadar. Pois, se o autor relaciona o uso de imagens na pele com crimes cometidos e/ou a suposta intenção de cometê-los e os PMs fizerem um mau uso da Cartilha – aproveitando-se da sua posição-sujeito para demonstrar poder sobre o outro –, isso poderá resultar em prisões de sujeitos inocentes.

É contraditório pensarmos em abuso de poder dos PMs, na medida que são eles que zelam pelo bem-estar da sociedade, como é contraditório também se adotar uma cartilha designada orientacional, como se fosse didática, publicada por um órgão que responde pela

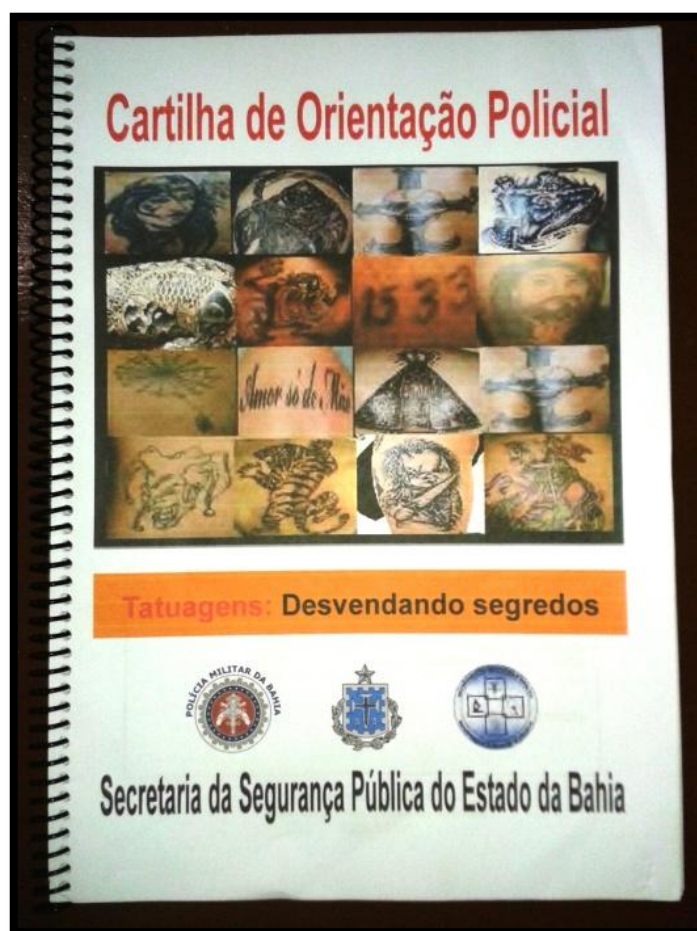
sociedade. Na Cartilha, são apresentados sentidos presos à tatuagem, num discurso autoritário. Será que o sujeito tatuado terá a chance de atribuir outro sentido à sua *tattoo* diante uma abordagem policial? Qual sentido seria aceito em um contexto dessa natureza? Um sujeito seria abordado apenas por seu corpo ser suporte de tais tatuagens? Eis questões práticas que alguns PMs talvez levem em consideração, mas talvez outros não. Assim, teríamos policiais utilizando-se da Cartilha para afirmar o seu poder, abusando da sua posição-sujeito, encorajado por um órgão máximo que é a Secretaria de Segurança Pública.

Mesmo com a ressalva feita pelo autor, no que diz respeito à advertência aos colegas PMs para que a abordagem seja coerente e consciente, em que se faça um cruzamento adequado entre o desenho da tatuagem e o seu significado, a discriminação com sujeitos tatuados é visível, consoante ao que foi mostrado até o presente momento do texto e, ainda, compatível com outros funcionamentos discursivos que temos a mostrar.

1.2 A CARTILHA "TATUAGENS: DESVENDANDO SEGREDOS"

Antes de continuarmos propriamente as reflexões sobre a Cartilha, cumpre-nos retomá-la e apresentá-la aos leitores da dissertação, pois até o presente momento somente a citamos. Eis:

Figura 1



Fotografia da capa de frente da Cartilha de Orientação Policial – tirada em: 20 de agosto de 2014

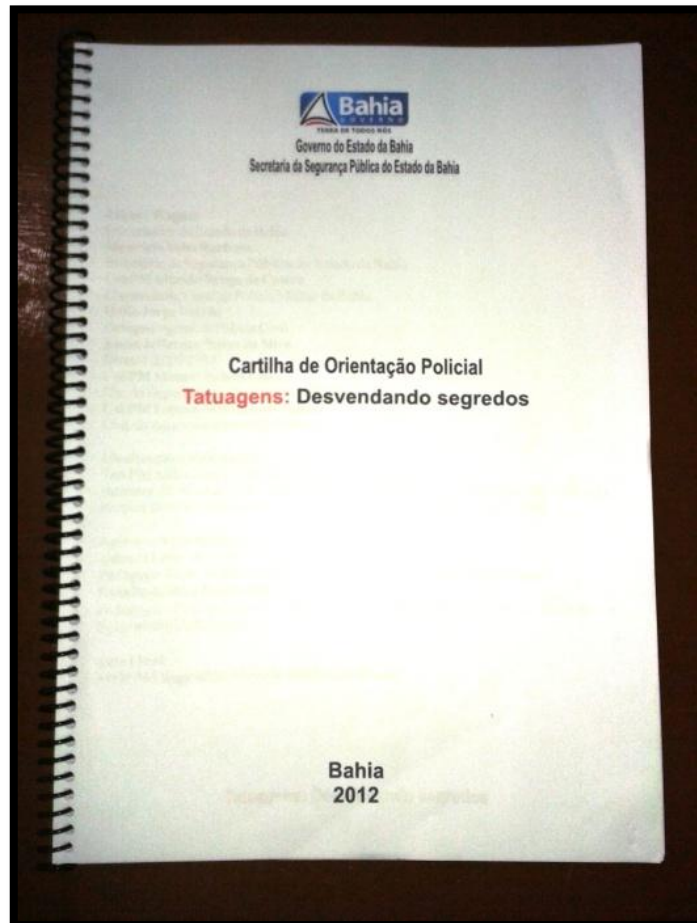
A *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens: desvendando segredos*¹², apresentada acima, como vimos até o presente, é fruto de um trabalho considerado minucioso, na área policial, que iniciou no ano de 2011, em parceria de autoridades oficiais, tais como Governador, Comandantes, Diretores de Departamentos, Pedagogos, dentre outros. A esse grupo, temos, ainda, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia como órgão responsável pela sua publicação. O que nos causou certo estranhamento quando deparamo-nos com o slogan do Governo que apresenta o seguinte enunciado: “Terra de todos nós”. Mas, replicamos, todos nós, quem? Quais os sujeitos que estariam incluídos nessa sociedade pretensamente homogeneizada de discurso igualitário? Parece-nos que não estamos tratando dos mesmos que discriminam um sujeito por ele ter uma determinada tatuagem no seu corpo e

¹² A Cartilha na íntegra está inclusa no CD, anexo neste trabalho.

ainda, incentivam a esta prática de intolerância por meio da institucionalização de uma Cartilha “didática”.

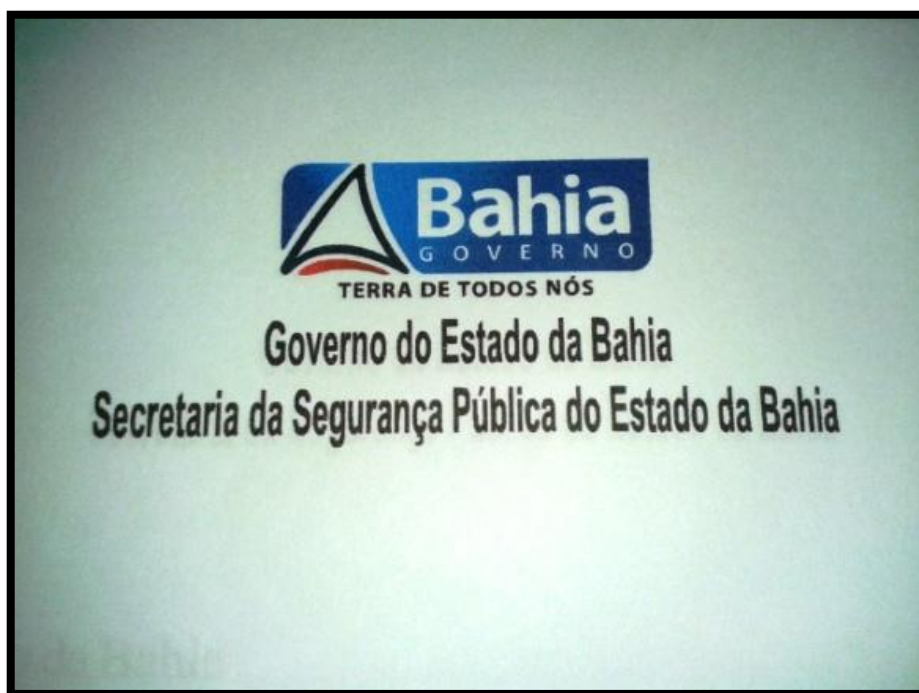
Trazemos a título de ilustração a figura da qual estamos tratando:

Figura 2



Fotografia da contracapa – tirada em: 20 de agosto de 2014

Figura 3



Fotografia em zoom do slogan do Governo do Estado da Bahia contida na contracapa – tirada em: 20 de agosto de 2014

Analisando a sequência discursiva (sdr)¹³ em questão, podemos observar que o seu funcionamento discursivo mostra um sujeito enunciador – o órgão do Governo do Estado da Bahia, que se representa através da forma pronominal “nós”, revelando no fio do seu discurso um efeito de sentido que aponta para a inclusão numa sociedade de todos: instituições, governador, senador, deputados, prefeito, vereadores, secretários, PMs, empresários, cidadãos, enfim, qualquer interlocutor que for interpelado pelo enunciado, não havendo nenhuma discriminação.

Baseando-nos ao estudo de Cazarin (2005) sobre o “nós”, compreendemos que por meio de tal funcionamento discursivo se estabelecem as correlações de força próprias do

¹³ Trabalhamos a noção de sequência discursiva de referência (sdr) como denominou Courtine (1981/2009) em sua tese. Segundo ele, a sdr, metodologicamente, é representativa de uma série de outras sequências que possuem similaridade no funcionamento discursivo em análise.

político. Pois na esfera pública, como assinala a autora, o que conta é o político¹⁴. Nesse caminho, a forma pronominal “nós”, de acordo com as suas reflexões em sua tese,

... difere de uma junção de elementos definíveis; a predominância do “eu” é aí muito forte, a tal ponto que, em certas condições, esse plural pode substituir o singular. A razão está em que “nós” não é um “eu” quantificado ou multiplicado, é um “eu” dilatado além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos. Daí vem, fora do plural ordinário, dois empregos opostos, não contraditórios: de um lado, o “eu” se amplifica por meio de um “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida: é o nós de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós” de autor ou de orador - o nós de modéstia, embora ele não o nomeie assim. De modo geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas [grifos da autora] (BENVENISTE, 1991, p. 258 apud CAZARIN, 2005, p. 271).

Sobre a representação do político através do “nós”, a autora se utiliza de Indursky (2000), entre outros autores, para tratar dessa questão. Segundo ela, “enunciar em ‘nós’ de forma inclusiva é a melhor maneira de representação do sujeito político, na medida em que elege a si e a seus representados como aqueles que constituem a referência desse ‘nós’” [grifos da autora] (idem, p. 23 apud CAZARIN, 2005, p. 273).

Assim, na sdr “Terra de todos nós”, o “nós” funciona como um “nós político” em que se tem um “nós” representativo de distintos segmentos sociais inscritos na posição-sujeito a partir da qual o sujeito enunciador do slogan enuncia e, que discursivamente funciona e produz o sentido inclusivo, mas quem seriam “todos”?

Visto isso, acreditamos necessário fomentar a presente reflexão sobre a prática pedagógica da confecção da Cartilha, tomando como ponto de partida, o esquema, proposto por Pêcheux (1990/2010, p.82), sobre as formações imaginárias que entram em cena no processo de sua produção. Vejamos:

¹⁴ Entendemos o político “‘como representação’ das forças políticas em jogo no discurso, no qual interferem a história e a ideologia como constitutivas” [grifo da autora] (CAZARIN, 2005, p. 76). E com relação à política, concebemos como prática social, como uma atividade que rompe a configuração sensível na qual se definem as partes de uma sociedade.

Figura 4

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A {	$I_A(A)$ Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$ Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B {	$I_B(B)$ Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$ Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

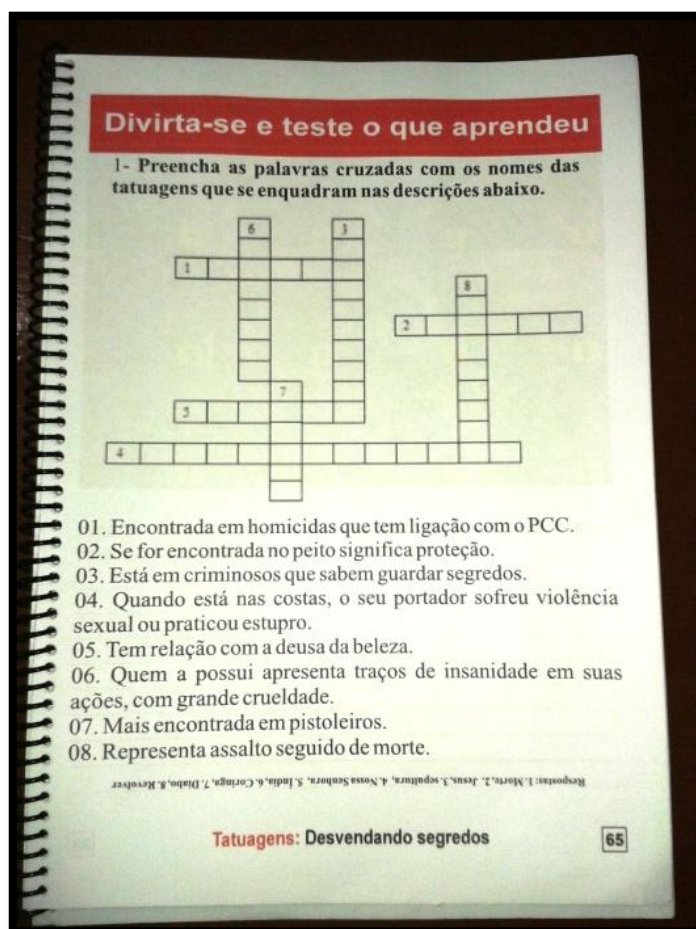
Examinando esse jogo imaginário de representações a partir de “quem”, o “quê” e “para quem”, é possível compreender o percurso do conteúdo dito pedagógico. O jogo imaginário realizado pelo autor estabelece um discurso autoritário na referida Cartilha, ao invés de pedagógico, isto porque a representação da figura de Policial Militar como elemento central, cuja posição social é elevada, influencia na medida em que é ele quem detém o saber e, conseqüentemente, o poder no espaço público, consolidando sentidos “x” e/ou “y”, fechados e acabados em si.

Esta constatação leva-nos a pensar que as representações imaginárias mobilizadas nesse funcionamento, não se mostram muito diferentes das representações narradas pela escritora Chimamanda Adichie¹⁵, que mostra que as relações de classe ainda estão muito presentes na sociedade, gerando um pré-conceito diante à desigualdade de lugares sociais imaginários.

¹⁵ A escritora Chimamanda Adichie, no vídeo, conta a história de como ela encontrou sua autêntica voz cultural e nos adverte que se ouvirmos somente uma única história sobre determinados fatos, corremos o risco de gerar grandes pré-conceitos. Fonte: Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8> >. Acesso em: 21 de agosto de 2014.

Ao trazer a narrativa de Chimamanda Adichie para esta reflexão, identificamos que o sistema governamental daqui e de outro país ocidental, como a Nigéria, apresenta questões muito próximas no que diz respeito a quem está na posição de poder e que detém este poder e a palavra na sociedade. Podemos dizer, nesse sentido, que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Esse funcionamento ao qual Orlandi (2012c) nomeia de “relações de força”, elucida as relações hierarquizadas da nossa sociedade que são sustentadas no poder de diferentes lugares imaginários pela palavra, ou dito de outra forma, pelos sentidos produzidos. E é este tipo de relação desigualitária que promove e sustenta a manutenção do discurso autoritário. A este, interessa a reprodução do mesmo sentido e a reversibilidade é praticamente nula. Nessa perspectiva, os colegas PMs seriam apenas reprodutores de um sentido dado/fixo, como podemos constatar nos exercícios propostos no final da Cartilha que servem para fixar sentidos às tatuagens, mantendo o discurso autoritário. Explanamos isto:

Figura 5



Fotografia da primeira atividade da Cartilha – tirada em: 20 de agosto de 2014

Figura 6



Fotografia da segunda atividade da Cartilha – tirada em: 20 de agosto de 2014

As duas atividades propostas na Cartilha pelo autor, oferecem aos leitores dela – os PMs – um reforço ao saber que foi “ensinado” nas páginas anteriores, com a finalidade de uma aprendizagem satisfatória e que esta aprendizagem contribua para uma ação policial mais assertiva. Como o próprio articula, “para dar um pouco de leveza há, no final da cartilha, duas atividades para descontrair e ao mesmo tempo reforçar algumas informações contidas na mesma” (SILVA, 2011, p. 11). São lições que objetivam o molduramento de sentidos, disfarçadas como atividades de entreterimento, como podemos conferir na tarja vermelha da figura 5, que traz o enunciado: “divirta-se e teste o que aprendeu”, por meio das atividades de palavras cruzadas (figura 5) e outra, de seleção (figura 6).

Para que o discurso da Cartilha não seja considerado dessa forma, propomos pensar um deslocamento para o discurso polêmico em que consideramos o gesto de tatuar-se do sujeito e os sentidos por ele atribuídos. Sendo assim, um funcionamento mais flexível, pois o

discurso polêmico preza pela reversibilidade, conforme conceitua Orlandi (2012c). Nesse caso, damos voz ao sujeito tatuado e valorizamos a polissemia e a heterogeneidade, colocando em pauta outros sentidos possíveis.

Nesse caminho, recordamos que a Cartilha é um efeito-texto que se apresenta como se fosse um texto em que sua origem está no seu autor e esta ilusão de homogeneidade é trabalhada por Silva (2011), enquanto sujeito-autor, instaurando a característica de completude no texto e apagando os vestígios de sua interdiscursividade. Como desenvolve Indursky (2001) a esse respeito: “o efeito-texto resulta da ilusão de que tudo o que devia ser dito foi dito, nada faltando e nada sobrando. Ele é dotado de ‘começo, meio e fim’. O efeito-texto apresenta-se, assim, como uma forma completa, acabada, fechada” [grifo da autora] (p. 33).

É esse “fechamento” criado pelo autor da Cartilha que instaura a ilusão de “estabilização dos sentidos”, da qual decorre o “efeito de consistência”, de que fala Courtine (1999 apud INDURSKY, 2001, p. 22), o qual se dá sob a ação do “interdiscurso como preencimento do formulável”. Assim, o sujeito-autor afetado pelo imaginário de estar na origem de seu dizer, supõe que ele sabe, controla e domina perfeitamente os sentidos que produziu em seu texto. Desta forma, todos os sentidos estão lá, trabalhados e lembrados por ele, fechados e acabados, onde não se permite serem outros, produzindo o “efeito de evidência”, tal como propõe Indursky (2001): na ilusão do sujeito autor, os “sentidos são estáveis, nunca derivam, nem podem deslizar” (p. 33).

O que não estava em pauta, nesse caso, é que não somente os leitores virtuais¹⁶ da Cartilha tiveram o contato com ela. Nós, enquanto leitores reais, na produção de leitura, não admitimos o sentido considerado *a priori* tal como o autor trabalha. Tratando-se do sujeito-leitor, lembramos que ele também é um sujeito interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente e ainda, identificado com uma FD. Isso implica dizer que o sujeito-leitor vai ocupar uma P-S em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela indentificando-se ou não. Ou seja, no lugar simbólico pelo qual estamos produzindo a leitura, discordamos do texto estruturado pelo autor na medida em que consideramos o livre arbítrio do sujeito ao

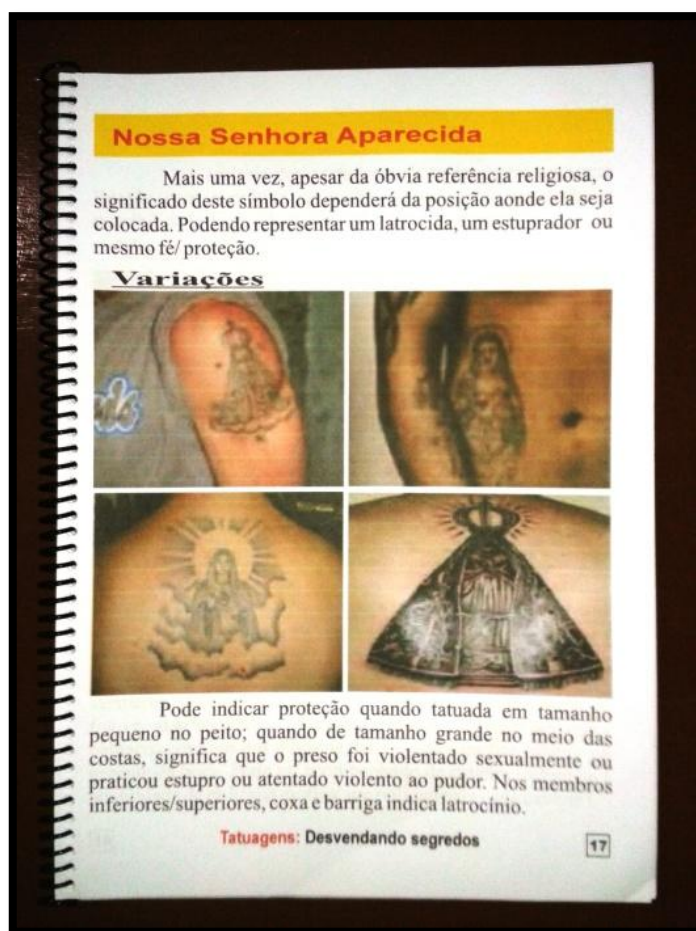
¹⁶ Sobre leitores virtuais e reais, tomamos o trabalho de Orlandi (2008). Para ela, “há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. [...] Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente” [grifo da autora] (p. 9). É nesse jogo contínuo entre leitor virtual e leitor real que se instaura o processo de leitura.

textualizar a tatuagem no seu corpo, voltando ao que propomos acima, valorizando a polissemia e a heterogeneidade, considerando outros sentidos possíveis.

O que nos preocupa, é que a cada sujeito-leitor, novas relações podem ser estabelecidas, novas leituras podem ser produzidas, novos efeitos de memória podem ser mobilizados, novas interpretações podem ser projetadas e esse trabalho discursivo de atribuição dos sentidos pode influenciar a sociedade leitora em (pré)conceitos sobre o sujeito tatuado e/ou com a tatuagem que ele carrega no seu corpo.

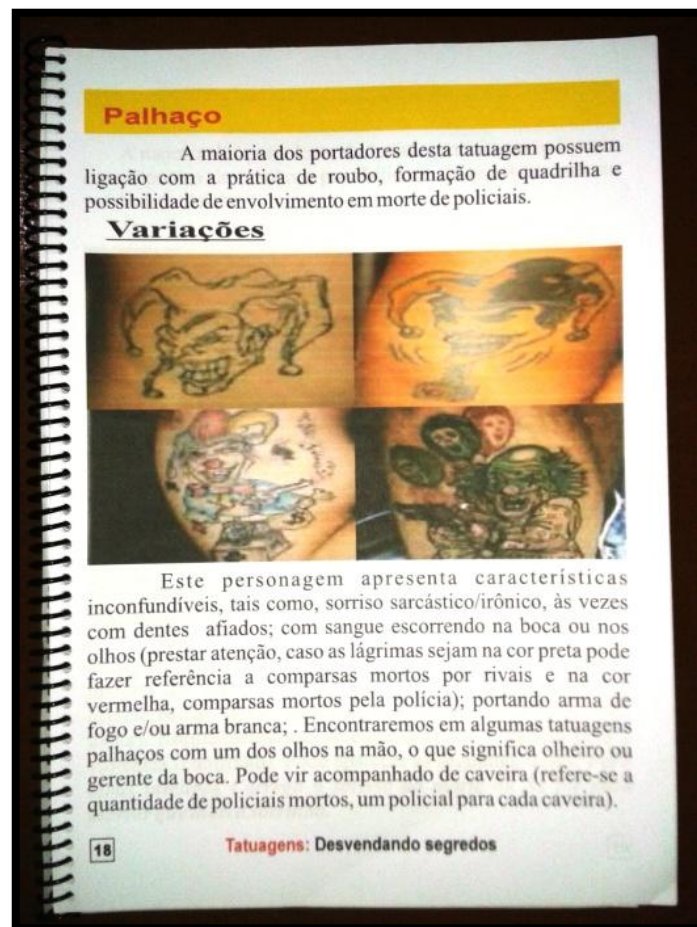
Observamos, agora, algumas tatuagens que a Cartilha aborda:

Figura 7



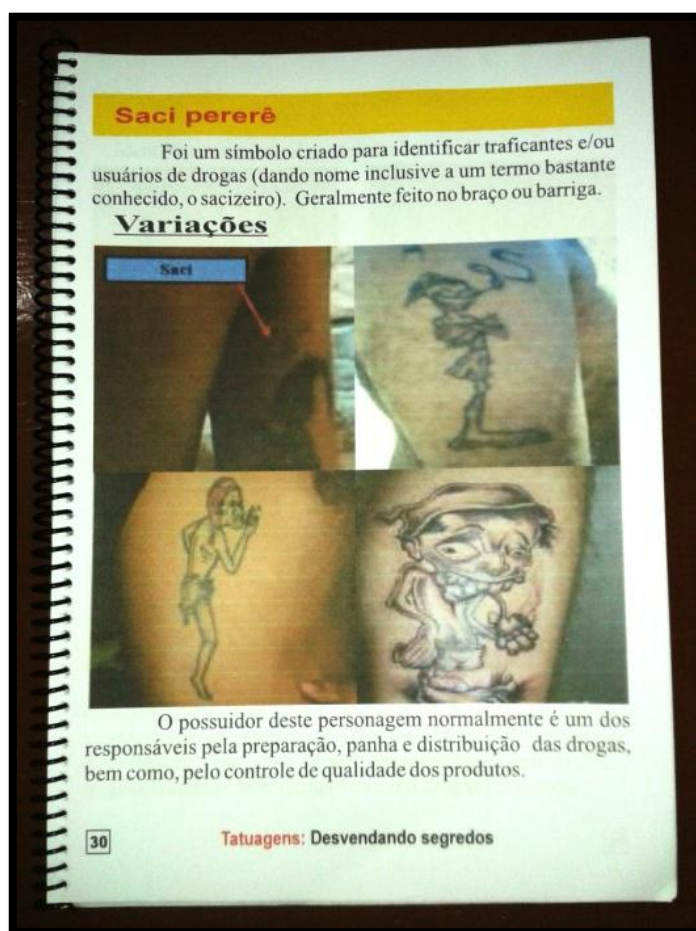
Fotografia da tatuagem de Nossa Senhora Aparecida – tirada em: 5 de setembro de 2014

Figura 8



Fotografia da tatuagem de palhaço – tirada em: 5 de setembro de 2014

Figura 9



Fotografia da tatuagem do saci pererê – tirada em: 5 de setembro de 2014

Estas tatuagens, trazidas aqui, apenas servem para exemplificação do conjunto que a Cartilha apresenta. Nela, a disposição das *tattoos* segue uma padronização, seja ela: uma tatuagem por página em que o nome é escrito em letras vermelhas numa tarja amarela, logo abaixo se posiciona o texto explicativo com um significado taxativo como ladrão, matador, estuprador etc., e por fim, as possíveis variações do desenho em questão. As cores utilizadas na constituição geral da mesma são: preto, nas letras do texto, vermelho, nas nomeações quando a tarja é amarela, e, branco, nas nomeações em que a tarja é vermelha.

Nas figuras 7, 8 e 9, respectivamente referidas às *tattoos* de Nossa Senhora Aparecida, palhaço e saci pererê, temos a tarja amarela com as nomeações das tatuagens na cor vermelha, o texto em preto e as possíveis variações do desenho. Logo, observando essas cores utilizadas na constituição da Cartilha, poderíamos pensar que não são aleatórias, pois são cores quentes

que produzem uma cadeia associativa de significações ao qual representam socialmente sinais de alerta e atenção para a cor amarela, e, perigo e violência para a cor vermelha.

Por sua vez, um dos pontos que gostaríamos de ressaltar é sobre a questão da linguagem. Orlandi (1983) nos explica que o “estudo da linguagem não pode [...] estar apartado da sociedade que o produz” (idem, p. 25 apud SOUZA, 2013, p. 142). Nesse caminho, a linguagem como retoma Souza (2013), é produto sócio-histórico. A relação entre as condições sócio-históricas e as significações é constitutiva da linguagem, e não é, de forma alguma, secundária.

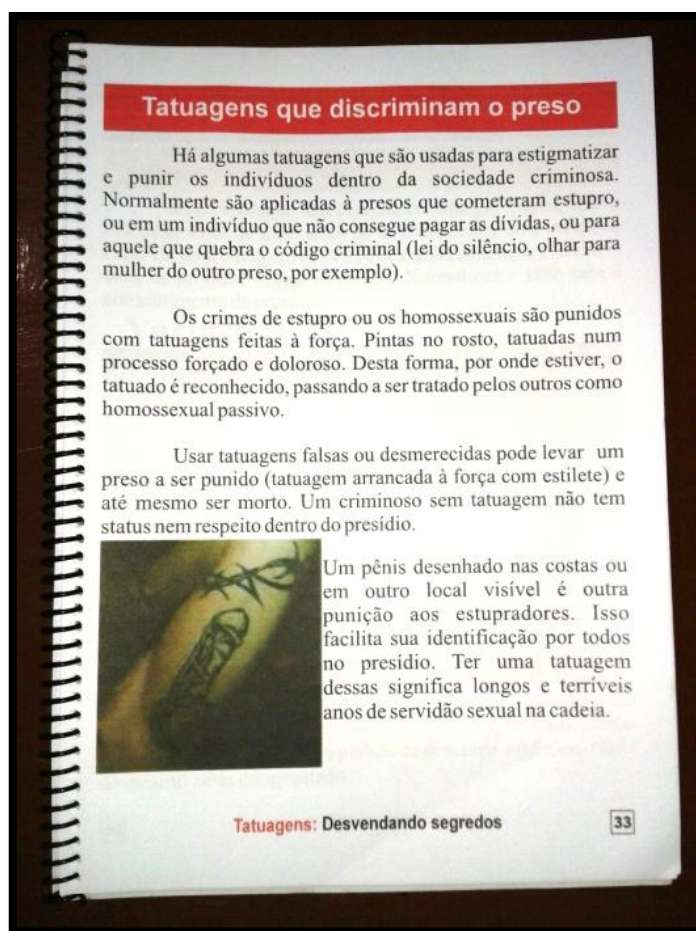
Assim, o que o autor veicula na Cartilha se converte em conhecimento, o que autoriza seus colegas PMs, a partir do contato com ela, utilizar o reconhecimento visual no espaço público reproduzindo os saberes que aprenderam. Apresenta-se, dessa forma, a sociedade estruturada dentro de um funcionamento despótico, em que a informação é transmitida para os PMs que “não sabem”, por meio de seu agente legitimado, o Tenente e a Secretaria. Usando as formulações de Souza (2013), e as deslocando para esse contexto, temos uma estrutura circular, como denomina Orlandi (1983, p. 28 apud SOUZA, 2013), porque ao se reproduzir os sentidos, eles se mantêm, e sua manutenção depende da recursividade do sistema: tem de ser assim para que continue assim; e por não haver reversão de papel entre PM e sujeito-tatuado, o sentido é contido.

No ponto de vista de Souza (2013), a agonística do nosso tempo é epistemológica. De acordo com suas palavras, “enquanto a sociedade em rede expande seus nós e suas formas de estruturar e descrever as relações sociais, as instituições [...] lutam para manter sua estrutura linear, hierarquizada, cartesiana” (p. 154). Nessa estrutura, discrimina-se o(a) negro(a), o(a) pobre, a mulher, a prostituta, o(a) presidiário(a), o(a) tatuado(a) etc., pelo incentivo de estereótipos que circulam na mídia, por mais que se tenha um discurso contrário sobre inclusão social.

Na Cartilha, além de se ter o preconceito com o sujeito tatuado com determinados desenhos, ainda que não se deem conta disso, sugere-se outro tipo de rejeição ao sujeito tatuado, a nosso ver, quando trazem as tatuagens específicas que discriminam e/ou identificam o preso. Nela, há, como veremos abaixo, algumas tatuagens intituladas: “tatuagens que discriminam o preso”, “tatuagens que identificam presos homossexuais e/ou que foram estuprados”, “tatuagens que identificam presos traidores e/ou não confiáveis”, “tatuagens que identificam facções criminosas”, “tatuagens que identificam facções

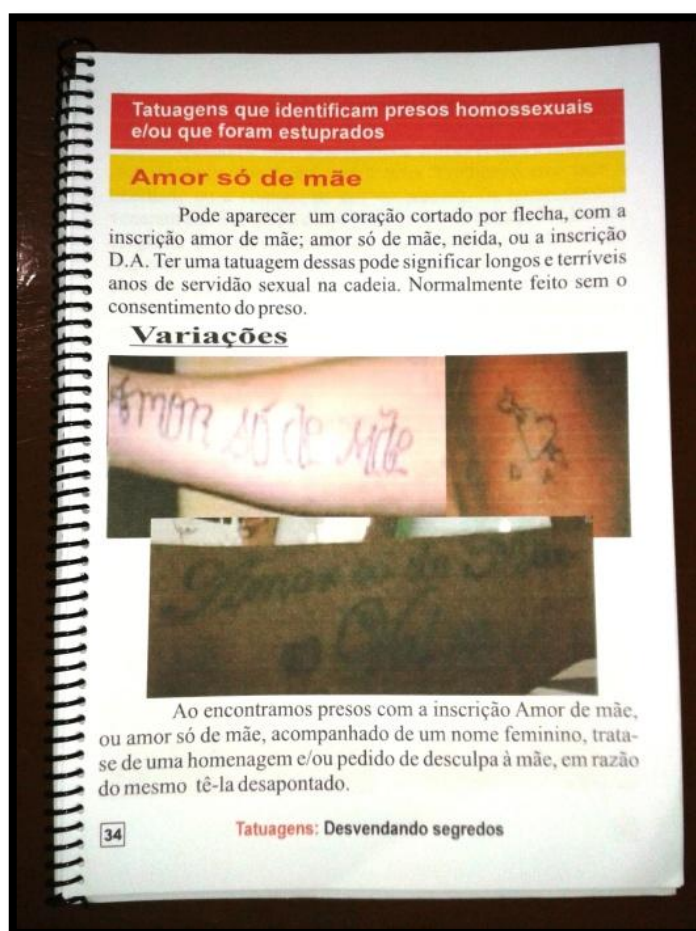
criminosas internacionais” e “tatuagens que identificam crimes de intolerância”, o que nos fez pensar sobre a posição-sujeito do autor frente a estas características que identificam e/ou diferenciam o presidiário de seu colega/outro. Não bastaria informar as tatuagens e seus sentidos x ou y, precisaria ainda, informar a condição de seu portador: presidiário, homossexual, índice de abuso sexual, traidor etc.? No entendimento de Osório (2006), a marcação corporal punitiva, utilizada desde a Grécia clássica em que se marcavam criminosos com ferro quente, é uma marca negativa que se caracteriza pelo controle da autoridade sobre o indivíduo. Nas duas direções de apresentação das *tattoos*, poderíamos inferir que a Cartilha coloca-se como produtora de preconceitos. Vejamos estas tatuagens:

Figura 10



Fotografia da tatuagem que discrimina o preso – tirada em: 5 de setembro de 2014

Figura 11



Fotografia das tatuagens que identificam os presos homossexuais – tirada em: 5 de setembro de 2014

Nessa perspectiva, não se trata apenas de ter estampado no corpo a tatuagem “x” ou “y” para sofrer possivelmente alguma discriminação, trata-se além de ser tatuado, também ser estuprador ou homossexual ou ainda, ter sofrido servidão sexual na cadeia. Tais *tattoos* possibilitam o reconhecimento e/ou identificação do sujeito “criminoso”, que as carrega no seu corpo de forma tão significada. Nesta seção, na constituição da Cartilha, tem-se a tarja vermelha com as letras brancas, o que simbolicamente pode representar o poder – o poder dos PMs sobre os sujeitos tatuados e o poder dos sujeitos presidiários sobre outros sujeitos presidiários.

Esse funcionamento recupera a noção de ideologia, sob a ótica de Pêcheux (1988/2009). Segundo o autor,

A dominação da ideologia (da classe) dominante, que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção “subjuga” sua transformação [...], corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada “região” ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões (com seus “objetos” e as práticas no interior das quais eles estão inseridos) [grifos do autor] (p. 132).

Nesse sentido, a subordinação dos sujeitos tatuados aos PMs e, de alguns sujeitos tatuados a outros sujeitos tatuados se apresenta como necessária, na medida em que a hierarquia existente entre esses sujeitos fortalece relações de poder e de jogo de forças que pode ser apreendida pelo funcionamento do discurso em pauta.

2 SOBRE A TATUAGEM

Entendendo que até o momento nos referimos à tatuagem num sentido geral, acreditamos que agora é necessário explicarmos como a conceituamos na presente dissertação, levando em consideração a perspectiva da Análise de Discurso.

Para tanto, fizemos um percurso de como a tatuagem foi sendo significada ao longo dos tempos, não para estudar seu funcionamento artístico, mas para compreendermos como foi sua (re)significação até o presente momento. Dito isso, salientamos também, que o nosso objetivo não é interpretá-la enquanto imagem, em que se observa a materialidade visual – não negamos a importância de um trabalho discursivo de leitura nesse âmbito quando se trata da significação¹⁷, mas nosso foco está no discurso de sujeitos tatuados sobre as suas tatuagens, no qual buscamos compreender os modos como se produzem sentidos às mesmas, bem como possíveis trajetos e efeitos nas diferentes condições de produção em que os sujeitos tatuados entrevistados estão inseridos para, então, contrapor esses discursos com aqueles contidos na Cartilha.

Dando seguimento, discorreremos, a seguir, sobre o nosso entendimento acerca das *tattoos*.

2.1 UM GESTO QUE SIGNIFICA

A tatuagem é antiga como a humanidade. Nasceu na pré-história, conquistou os cinco continentes, foi perseguida, virou moda, entrou na Internet (MARQUES, 1997, p. 68).

Pelas leituras que fizemos, no decorrer da etapa de construção da literatura sobre a história da tatuagem, tivemos dificuldade em precisar um ponto inicial sobre a sua possível origem, pois nem na escrita dos autores há consonância.

¹⁷ A esse direcionamento de produção de sentido, a quem tiver interesse de continuar os estudos, sugerimos, dentre outros, o trabalho de Marchiori de Quevedo (2012), intitulado “DO GESTO DE REPARAR A(À) GESTÃO DOS SENTIDOS Um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso”. Fonte: Disponível em: <[http://antares.ucpel.tche.br/poslet/dissertacoes/Mestrado/2012/Do%20Gesto%20de%20Reparar%20a\(%E0\)%20Gest%E3o%20dos%20Sentidos%20-%20Marchiori%20Quadrado%20de%20Quevedo.pdf](http://antares.ucpel.tche.br/poslet/dissertacoes/Mestrado/2012/Do%20Gesto%20de%20Reparar%20a(%E0)%20Gest%E3o%20dos%20Sentidos%20-%20Marchiori%20Quadrado%20de%20Quevedo.pdf)>.

A ausência de uma cronologia histórica também é vista por Osório (2006), Berger (2009), Marques (2007), Silva (2010), Lise et al. (2010) e Scheiner (2006). A primeira autora manifesta que “uma história completa da tatuagem seria, por si só, um empreendimento louvável, uma vez que as poucas obras que tomaram a si esta missão ficaram longe de alcançá-la” (OSÓRIO, 2006, p. 16). Além dessa observação em sua tese, Osório (2006) também expõe que a decadência da tatuagem em estudos antropológicos foi tão forte que seus pesquisadores não são acadêmicos, mas diletantes do objeto.

Berger (2009), em seu texto, afirma que “é impossível precisar o momento de surgimento e os locais exatos da tatuagem e de outras formas de intervenção da sociedade no corpo de seus membros” (p. 65). Ainda segundo ela, a pintura e a representação gráfica de motivos naturais e sobrenaturais faziam parte do cotidiano dos sujeitos na pré-história, e, neste período, já se figuraria a imagem de homens pintados e/ou tatuados.

A este respeito, podemos somar as considerações de Marques (2007). Usando as palavras do autor, “a tatuagem [...] marca, modifica e enfeita o corpo. Desde a pré-história já existiam indícios da tatuagem. Um dos primeiros instrumentos manipulado pelo homem para expressar seu desejo e personalidade foi o corpo” (p. 13). Nesse contexto, com informações indelneáveis, é que nos situamos e que “costuramos” as ideias dos autores para estruturar a presente dissertação.

Assim, no lineamento de proposições realizadas, Silva (2010) sublinha que a tatuagem pode ser considerada uma arte milenar, uma vez que se fez presente ao longo de toda a história da humanidade, marcando não apenas a pele dos sujeitos, mas também, toda uma evolução de costumes. Pelas formulações da autora, baseando-se em Rodrigues (2006, p. 15), ela explica que “ao longo da história da humanidade, a tatuagem flutuou por várias castas sociais, carregando combinações infinitas de signos, que, dependendo da época, transmitiam poder, cultura e realeza, ou então caracterizavam marginalidade” (SILVA, 2010, p.13).

Nessa gama de autores, Lise et al. (2010) também compartilham a inexatidão de uma história cronológica ou um ponto inicial possível. Para eles, não se sabe ao certo a origem da tatuagem, pois a prática de ornamentação na pele é um hábito tão antigo quanto à civilização. Transpondo as suas palavras sobre isso, eles acentuam que “alguns autores acreditam que ela possa ter surgido em várias partes do globo, de forma independente; outros creem que ela tenha sido difundida pelo mundo com as grandes navegações dos países europeus” (idem, p. 632).

Enfim, dentre todos os autores aqui aludidos, Scheiner (2006), por sua vez, além de buscar reproduzir a origem da prática de tatuar-se, propôs um olhar sobre a vivência da história e suas implicações no diálogo com o passado da tatuagem no Brasil. Nesse sentido, criou uma linearidade através da contextualização de uma narrativa histórica por meio do livro “O Brasil Tatuado e outros mundos” (1977), do jornalista carioca Toni Marques¹⁸. A reflexão desenvolvida foi dividida em dois caminhos, um que se refere à tatuagem no mundo e, o outro, à tatuagem no Brasil.

Dessa maneira, a partir de uma narrativa histórica satisfatoriamente articulada por Scheiner (2006), o texto se apresentou elucidativo e convincente para que pudéssemos partilhar a direção apresentada e tomá-la, também, como o nosso norte de trabalho. Para nossa companhia teórica, a fim de uma valorosa reflexão, trazemos Toffolli (2005), Ramos (2005), Silva (2010) e Berger (2009).

Iniciando a leitura do trabalho de Scheiner (2006), começamos articulando, conforme o autor, que para restaurar o esquecido é necessário um relato e, a história, se constitui em relatos. Para ele,

A história é criação, não de forma indeterminada, mas como posição de novas determinações de existência social e individual através da alteridade “[...] que não podem ser produzidas a partir daquilo que está aí, nem deduzidas a partir do que aí estava” (CASTORIADIS, 1992, p. 88). Por não ser uma determinação única ou previsível a história é imaginário social, um produto da “[...] capacidade criadora do anônimo coletivo que se põe em funcionamento cada vez que os humanos se reúnem e são, cada vez, uma figura singular instituída para existir (Ibid, p. 92)” (SCHEINER, 2006, p. 64-65).

Assim sendo, é a partir da criação, fruto do imaginário social, que o referido autor construiu a seguinte história da tatuagem e que nós, enquanto analistas de discurso, acreditamos ser pertinente tomarmos por efeito-fundador¹⁹.

A tatuagem, nessa perspectiva, teve origem no Brasil primitivo, vejamos:

¹⁸ Toni Marques, referenciado por Scheiner (2006), é um conceituado jornalista e escritor, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Dentre seus trabalhos, temos a obra publicada pela editora Rocco: “O Brasil tatuado e outros mundos” (1997), em que se mistura uma apurada pesquisa histórica, jornalismo, testemunho e interpretação. Fonte: Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/biografia/ToniMarques.htm>>. Acesso em: 18 de outubro de 2014.

¹⁹ Efeito-fundador é uma expressão utilizada por Orlandi (1993). Para a autora, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência – é o nosso caso –, mas também podem instaurar uma nova ordem de sentidos. Esta noção é uma categoria de análise a ser desenvolvida pelo próprio exercício de análise dos fatos que o constituem.

Se “[...] a carta de Pero Vaz de Caminha indica que a frota do português Pedro Álvares Cabral [...] pode não ter visto tatuagem nem escarificação. Índios pintados, as tripulações viram aos montes” (MARQUES, 1997, p. 122). Desta forma, o autor remete pintura corporal – temporária – ao mesmo patamar da tatuagem – permanente. [...] É fato que os índios se tatuavam, como demonstram relatos de expedições citadas pelo autor (SCHEINER, 2006, p. 68-69).

Nesta história da tatuagem no Brasil, Toffolli (2005) frisa que índios e negros foram os principais atores sociais que representaram a *tattoo* como etnografia. Segundo o autor, ela apresentava-se como:

uma das formas mais antigas de organização social, este tipo de marcação foi muito utilizado pelas sociedades mais primitivas como marcação etnográfica. Este estilo possuía valor documental e pode ser colocado no centro dos demais, pois era utilizado em rituais de passagem dos indivíduos dentro de seus grupos em sociedades que não dominavam a escrita. Caracterizava-se por motivações monocromáticas, abstratas e por uma taxionomia corporal fixa, com desenhos determinados socialmente (idem, p. 2).

Um exemplo dessa prática cultural é trazido por Ramos (2005), em seu artigo. A autora registra o caso dos índios Caduveos²⁰ que, no passado tribal de comunicação oral, concebiam “um corpo sem pintura como um corpo mudo. Você tem que ter uma marca para ser um homem” (idem, p.5). Nessa cultura de adorno ao corpo, esses índios criaram um repertório complexo de traços verticais, horizontais e espiralados desenhados com tinta de jenipapo.

Deveras semelhante, Silva (2010) enfatiza que a humanidade desde a sua existência foi marcada pela tatuagem por intermédio de tribos muito antigas que a adotavam como uma forma de representar amadurecimento e soberania, como forma de destaque de um membro, ou então, para fins medicinais ou para gravar importantes momentos da vida: a adolescência, a festa, os fenômenos da natureza, o casamento, a guerra e o luto.

²⁰ Os índios Caduveos habitam a Reserva Indígena Kadiwéu, a oeste do Rio Miranda, na fronteira do estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, no Brasil. Eles guardam em sua mitologia, na arte e em seus rituais o modo de ser de uma sociedade hierarquizada entre senhores e cativos. As mulheres dedicavam-se à pintura corporal e facial, sua especial disposição dos elementos geométricos Lévi-Strauss considerou como característica da sociedade em que viviam. Os desenhos podem ser vistos através da coleção recolhida por Darcy Ribeiro no livro que publicou sobre os “Kadiwéu”. Fonte: Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu>>. Acesso em: 19 de outubro de 2014.

Entretanto, essa cultura primitiva foi sendo substituída no país na medida em que se foi assimilando os padrões europeus por meio das navegações marítimas. No contato entre europeus e índios, a tatuagem foi importada como técnica e assimilada pelos marinheiros quando desbravavam os mares. Os marinheiros, por sua vez, tatuavam-se a bordo – cujos sentidos das tatuagens já não eram mais os mesmos atribuídos pelos índios – por mãos nativas e após o procedimento, denominavam-se tatuadores país a fora. Nessa conjuntura, até meados de 1970, a tatuagem era conceituada como marcação restrita à escória social e às camadas mais simples, sejam elas: marinheiros, presidiários, prostitutas, badernistas.

Scheiner (2006), utilizando as palavras de Marques (1997), relata que o percurso da *tattoo* entre as classes sociais pode ter se dado da seguinte forma:

O fascínio deve ter se deslocado mais ou menos nos seguintes percursos: do marinheiro estrangeiro para a prostituta, e da prostituta para o freguês brasileiro; do marinheiro estrangeiro que se mete em confusão e vai preso para os brasileiros colegas de cadeia. Um terceiro percurso pode ter sido o dos imigrantes europeus, não intermediado pela cama, de homem para homem (MARQUES, 1997, p. 140-141 apud SCHEINER, 2006, p.70).

A partir de tais considerações, podemos inferir que houve um deslizamento de sentido sobre o gesto de tatuar-se. Se antes a tatuagem representava um modo de marcação corporal, doravante representa um estigma social cujos saberes se difundem, o que pode implicar, após muitos anos, a formulação de uma Cartilha de Orientação Policial para cominar sujeitos com determinadas tatuagens.

Acerca disso, Berger (2009) retrata que na sociedade brasileira tivemos a presença de tatuagens como marcas durante todo o período da escravidão e estes sentidos ligados à marginalidade, possivelmente ainda reverberam em nosso imaginário. Conforme a autora,

as pinturas e as tatuagens fazem do corpo um registro de escrita, uma pele social onde se podem ler as principais estruturas da vida nativa e os seus significados. Se em algumas sociedades tribais e mesmo no interior de grupos urbanos, o corpo é, por excelência, tela, e assim, as tatuagens são bem vistas, em outros grupos no interior desta mesma sociedade a tatuagem ainda é altamente refutada (p.75).

Nesse caminho, pela cronologia, chegamos ao século XX e, a tatuagem toma conta da classe média carioca e em seguida, de parte do país. A mudança de público pode ter sido concomitante à mudança na percepção do tatuador e seu ofício²¹. Congruente a isso, podemos pensar que tal mudança na percepção de uma parte da sociedade pode ter acontecido ao passo que o tatuador se inseriu no mesmo meio, ou, lugar social, que seus clientes. Os profissionais reformularam seus estúdios, de modo que ele se tornou mais parecido a clínicas médicas²², na tentativa de significar saúde e bem estar ao sujeito. Foi também neste período, que o tatuador dinamarquês Luck *Tattoo* se popularizou através da mídia, conforme salienta Silva (2010), tornando-se lenda entre os profissionais. Conjuntamente, Marques (2007) lembra que foi Luck que apareceu com a primeira máquina elétrica de tatuar em 1959, o tatuógrafo como era chamada, foi inventada em 1891, em Nova York, pelo americano Samuel O'Reilly que a patenteou de Thomas Edison.

Outro fator que acreditamos ser importante para o deslocamento de sentido sobre a tatuagem e seus possíveis adoradores deve-se à contribuição da mídia. A canção de Caetano Veloso “Menino do Rio”, inspirada pela tatuagem de Petit desenhada por Luck, em Santos (SP), foi hino de uma geração, conhecida como juventude dourada, a qual transformou a *tattoo* em algo socialmente aceitável e desejável. A referida música²³, com o trecho “Menino do Rio; Calor que provoca arrepio; Dragão tatuado no braço; Calção corpo aberto no espaço...”, foi tema da novela *Água Viva*, em 1979, na emissora de televisão Rede Globo, na voz de Baby Consuelo, fez a tatuagem despertar do escuro (cf. LEITÃO, 2000).

A juventude aludida acima era representada não somente por surfistas, mas também por bad boys, punks, capoeiristas, músicos etc., e todos se tatuavam com tinta nanquim, linha e agulha de costura por tatuadores amadores igualmente jovens, caso não tivessem dinheiro

²¹ Um pouco mais a este respeito, fazemos a formulação de Pérez para enriquecer a ideia: “assim como vêm ocorrendo mudanças nos ambientes onde se efetua a tatuagem e no próprio conceito da prática, um novo status é alcançado pelo tatuador. Ele não é mais um simples “marcador da pele”, mas um profissional e um artista com reconhecimento social, enquadrado em uma categoria que poderia ser a de expert, verdadeiro especialista na matéria” [grifos da autora] (2006, p.183).

²² Sobre esta comparação, Pérez (2006) acentua uma reflexão. Para ela, ainda que se possa estabelecer um paralelo entre o tatuador e o médico, considerando que ambos entram em contato com o corpo do sujeito, a sua relação é diferente. Ela explica que, “enquanto o médico invade o corpo (cf. LE BRETON, 1995, p. 178), o tatuador dimensiona o corpo em função do sujeito, da sua subjetividade, como uma unidade, o que afeta o ato de tatuar de tal forma que tocar o corpo é tocar o sujeito, a sua intimidade, não apenas orgânica, mas também psíquica” (idem, p. 186-187). Esta reflexão é válida na medida em que consideramos que os papéis sociais relacionados à figura de tatuador e à de médico são mesmo diferentes, porém, irrompe-nos uma dúvida, na cirurgia plástica o médico não poderia tocar igualmente o sujeito, a sua intimidade, tal como no gesto de tatuar?

²³ A seguir, reproduzimos a letra completa da música: “Menino do Rio; Calor que provoca arrepio; Dragão tatuado no braço; Calção corpo aberto no espaço; Coração, de eterno flerte; Adoro ver-te.../ Menino vadio; Tensão flutuante do Rio; Eu canto pra Deus Proteger-te.../ O Hawái, seja aqui; Tudo o que sonhares; Todos os lugares; As ondas dos mares; Pois quando eu te vejo; Eu desejo o teu desejo.../ Menino do Rio; Calor que provoca arrepio; Toma esta canção; Como um beijo...”. Fonte: Disponível em: < <http://letras.mus.br/caetano-veloso/43879/>>. Acesso em: 19 de outubro de 2014.

para pagar por um trabalho de Lucky, em Santos. Na narrativa histórica de Scheiner (2006), ele contou que como o tatuógrafo custava muito caro, quando alguém o conseguia, logo tratava de desmontá-lo para procurar reproduzir seu mecanismo através do “jeitinho brasileiro”. Ainda segundo o autor, “gravadores, vitrolas, aparelhos de barbear e aceleradores de autorama foram sacrificados em nome da arte. [...] As ponteiras eram feitas de caneta Bic. Houve quem usasse agulha de seringa hipodérmica” (MARQUES, 1997, p. 192-193 apud SCHEINER, 2006, p. 74).

Em contrapartida ao que foi exposto, pelas leituras que fizemos, identificamos autores, trabalhando por outro viés, formando um diferente percurso da possível origem da tatuagem, reconhecendo-a gerada em países europeus, sendo vista no Brasil apenas na geração da juventude dourada, silenciando²⁴ a sua existência na cultura indígena. Dentre eles, temos: Leitão (2003), Alvarenga (2005), Osório (2006), Marques (2007) e Rocha (2009).

Em síntese, na perspectiva defendida pelos autores recém-citados, podemos observar que a trajetória é a seguinte: da região portuária às grandes cidades; dos corpos dos marinheiros às prostitutas; das prostitutas às casas de espetáculo, sejam elas, casa de shows noturnos ou até mesmo circos que exibiam no corpo feminino tatuagens bizarras; das casas de espetáculo aos badernistas; dos badernistas aos criminosos; dos criminosos aos movimentos de contracultura; dos movimentos à modernidade, incluindo os mais diferentes sujeitos. Nessa trajetória, aparecem, também, pequenos relatos sobre a existência de múmias tatuadas na região dos Alpes, entre a Itália e a Áustria.

No entanto, surge-nos o questionamento: como não reconhecer a interferência dos índios e/ou dos escravos no gesto de tatuar-se, partindo do pressuposto que a tatuagem sempre existiu na cultura humana, antes, de forma ritualística, em alguns povos e tribos, para diferenciar castas sociais ou o poder hierárquico²⁵?

Com vista no que foi apresentado até o momento, embora tenhamos tomado como efeito-fundador a origem da tatuagem no Brasil primitivo, instigamos nossa interpretação

²⁴ Orlandi (2012c) nos lembra que, “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras” (p.83). Nesse sentido, cabe-nos pensar o que foi dito sobre a origem da tatuagem no Brasil primitivo e o que não pode ser dito naquele contexto histórico-social. Talvez, podemos relacionar esse silenciamento ao fato de que os pesquisadores da época preocupavam-se, sobretudo, com a cientificidade da pesquisa, e considerar a origem indígena poderia não ser adequado ao estudo.

²⁵ Sobre o poder hierárquico o psicanalista Ubirajara Cardoso de Cardoso, numa palestra promovida pelo LEAD no dia 24 de outubro de 2014, intitulada “A pertinência pública do ato psicanalítico”, lembrou-me de uma obra literária de Érico Veríssimo, chamada “O tempo e o vento”, que exemplifica a ocorrência da tatuagem. Na história, ocorrida no Sul do Brasil no período de 1745 até 1945, conta-se sobre um duelo entre Rodrigo Cambará e Bento Amaral. Neste duelo, Amaral é marcado na testa por Rodrigo, como uma marca que representaria a diferença entre os dois homens e a posição hierárquica de um sobre o outro.

independentemente de onde ela surgiu e de quem foi o primeiro sujeito a praticar o gesto de tatuar-se, incitamos a apreciação do seu sentido, porque ela significa. E esse processo de significação, de formulação de sentidos é que mais nos interessa. Pois, é através da tatuagem que se materializam discursos que produzem incontáveis e inimagináveis efeitos estampados nos corpos de sujeitos que circulam nas ruas das cidades. Por isso mesmo, a partir daqui damos voz a autores que trabalham com os processos que influenciam na constituição de possíveis sentidos das tatuagens e, trazemos como eles as concebem na contemporaneidade. São eles: Pires (2001), Pérez (2006), Ferreira V. (2007), Ferreira (2012), Azevedo (2011) e Orlandi (2004) e (2011/2012).

Com essa inclusão realizada em seguida, podemos reparar que é inviável alimentarmos uma Cartilha que considera os sentidos *a priori*. Concordamos com Ramos (2005) quando escreve que “a diversidade de grupos e a polissemia das imagens tatuadas impede generalizações. Este é o resultado de uma cultura híbrida, que seleciona, inventa e reinventa imagens a partir de diferentes culturas, mas integra culturas díspares no aqui e agora” (p. 6). Assim, se bem lemos os autores mencionados, trabalhar com a interpretação da tatuagem não se trata de desvendar um sentido único, mas observar os modos como, ao marcar a própria carne, o sujeito produz sentidos por meio da textualização da *tattoo*.

Começamos pelas contribuições de Pires (2001). Na sua perspectiva, a tatuagem mais do que uma marca estética ou um amuleto protetor, funciona como um registro. Beneficiando-nos de suas palavras, “o indivíduo que a adquire, transfere para ela a memória de um fato ou de uma situação. A lembrança, que antes habitava na memória, ou em determinados objetos externos ao corpo, agora é incrustada a pele” (idem. p. 98). Os sentidos, por sua vez, conforme entendemos, são perpassados pela historicidade²⁶ que cada desenho carrega num determinado momento sócio-histórico e, portanto, a construção do sentido não é sistêmica e sim, subjetiva. No gesto de tatuar-se dos sujeitos entrevistados foi possível compreender que não há preocupação com a objetividade tal como se refere à Cartilha, em que teríamos um desenho “x”, significando “y”, ou utilizando um exemplo do autor: um sujeito tatuado com um “tigre”²⁷ significa que seja “responsável por várias mortes (de rivais) quer seja por disputa de drogas, quer seja por sobrevivência” (SILVA, 2011, p. 56).

²⁶ Na AD, interessa-nos trabalhar com a noção de historicidade e não, com a noção de história do ponto de vista cronológico. Isto porque importa observar não a linearidade da história, mas o modo como ela se inscreve nos processos discursivos. A historicidade, assim, reafirma a relação constitutiva entre linguagem e exterioridade.

²⁷ A *tattoo* de tigre, na contemporaneidade, é uma das mais procuradas nos studios de tatuagens devido aos discursos sobre animais e meio ambiente em que ganhou força e legitimidade nos últimos tempos. Conforme descrito no site chamado

Aqui, gostaríamos de lembrar o que escreve Orlandi (2012c) sobre os sentidos. Segundo ela:

... não há sentidos “literais” guardados em algum lugar – seja o cérebro ou a língua – e que “aprendemos” a usar. Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes [grifos da autora] (idem, p. 60).

Todos os sentidos já atribuídos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, têm um efeito sobre a tatuagem de tigre, retomando o exemplo. Visto isso, os sentidos contidos na Cartilha talvez não pudessem funcionar de modo taxativo na medida em que cada sujeito textualiza os sentidos da sua tatuagem diferentemente, de acordo com a rede de sentidos que sua formação discursiva mobiliza.

De forma muito parecida trabalha Pérez (2006). Para ela, não parecem coerentes as abordagens que consideram a tatuagem como mera expressão estética e com sentidos fixos, excluída do processo que permitiu a sua existência. O que também não parece coerente, para ela, o fato de que uma parte da sociedade ainda deseja sentidos definidos. A autora registra:

... a pessoa se vê obrigada a construir um conjunto de associações – uma história – para tentar explicar e/ou justificar o sentido da imagem escolhida. Ela sabe que gosta de sua tatuagem, que a acha bonita, mas isso não é suficiente, pois também necessita inseri-la em seu universo de significação, por ela própria e pelos demais que lhe pedem uma explicação. A tatuagem não passa despercebida, está em seu corpo, é olhada, é objeto de especulação. É preciso traduzi-la, criar uma metáfora em torno dela, simples ou complexa, mas que tenha algum valor comunicativo. E é então que se produz uma forma de revelação ao sujeito: a de encontro de sentido, de vínculos que vêm à superfície, de associações que permitem identificar facetas de si mesmo, da relevância e do lugar que tal experiência tem em sua vida (idem, p. 199).

O gesto de tatuar-se, nessa perspectiva, não deixa de ser um gesto de interpretação, pois o sujeito sempre está instado a interpretar. Orlandi (2012c) explica que, “não há sentido

Mundo das Tatuagens, “os tigres têm feito parte da moda há vários anos, prova disso são as *estampas animal print*, que são usadas em roupas e acessórios e fazem o maior sucesso. As bonitas *listras* dos tigres os tornam muito atraentes na *moda, arte e tatuagens*”. Sobre os possíveis significados associados a este desenho, o mesmo site apresenta: força, poder, beleza, orgulho, coragem, paixão, liberdade etc.; ou também, se associado ao comportamento agressivo do animal pode simbolizar o perigo, a punição e a vingança. Todavia, mesmo com este possível sentido negativo, não observamos nenhuma ligação que poderia caracterizar um sujeito como criminoso como aponta a Cartilha. Fonte: Disponível em: <<http://www.mundodastatuagens.com.br/significados/tigre/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

sem interpretação, e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?” (p. 45).

Nesse percurso, segundo os autores estudados, o gesto de tatuar-se pode ser compreendido como um processo de construção corporal e vivencial do sujeito que se dá de forma subjetiva. Pelos estudos de Pérez (2006), o sujeito que se tatua parece não ter um “rosto definido”. Este sujeito “é múltiplo, diverso, não tem fronteiras de sexo, percorre as diferentes gerações, transita por todas as classes sociais, pertence a distintos níveis educativos, faz diversas atividades, enfim, não possui, como antigamente, um perfil social determinado” (idem, p. 184).

Todavia, ainda existe na nossa sociedade, conforme mostra a autora, uma tensão entre ser tatuado e/ou ser sujeito produtivo e não excluído, entre ser diferente e/ou não ser rejeitado. Tensão esta que, “subjaz aos preconceitos e aos limites sociais que as pessoas confrontam por meio de sua corporalidade e da busca da individualidade” (PÉREZ, 2006, p. 195).

Ferreira V. (2007) arrisca dizer que, o processo de subjetivação ao qual estamos tratando até o momento, está ligado à prática de resistência do sujeito frente ao que é determinado pela sociedade e aqui, podemos recuperar os AE e/ou AIE de Althusser, em que pouco importa a diferença entre ambos, mas sim seu funcionamento, pois funcionam simultaneamente pela violência e pela ideologia. Nas palavras de Ferreira (2007), os sujeitos

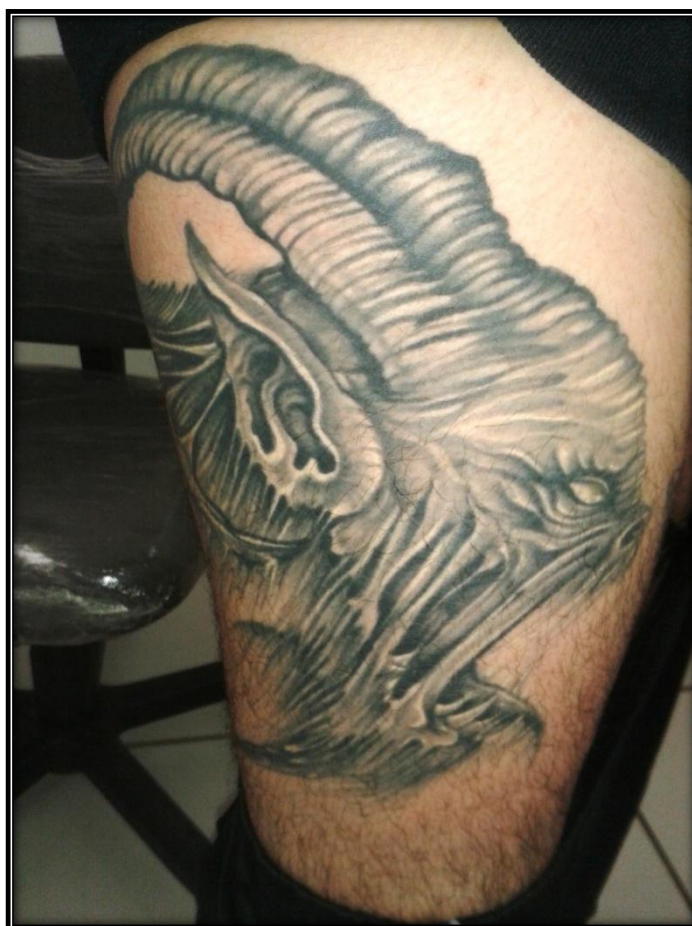
muitas vezes materialmente despojados de outros capitais, num contexto vivencial marcado pela flexibilidade, instabilidade e precariedade de outras formas de propriedade, encontram no corpo um topos permanente de realização e expressão pessoa, dotado de um valor patrimonial e autorreferencial sem par na atual sociedade ocidental, suscetível de ser capitalizado sob múltiplas formas. Ao mesmo tempo em que é apropriado como “espaço liso” (Deleuze, 1980), propício a performances de resistência social, enquanto terreno expressivo de divergência e de confrontação do Outro, é também clamado como suporte de manifestações de existência individual, no sentido de permitir expressar exercícios de reivindicação do poder de si próprio sobre si mesmo (p. 301).

Nessa perspectiva do autor, a subjetividade traduz-se na luta pela propriedade privada do patrimônio carnal. No seu entendimento, a inscrição de uma tatuagem ou de um *piercing* afirma uma forma democratizada de exercício do direito sobre a propriedade do corpo. Utilizando sua formulação, “a marcação invasiva e voluntária da epiderme concede [...] um profundo sentido de posse, representando um gesto instaurador de soberaneidade no processo

de tomada de decisão sobre um patrimônio sobre o qual ele entende dispor do domínio absoluto e incondicional” (FERREIRA, V., 2007, p. 302).

A este respeito, talvez, inicialmente, podemos relacionar este funcionamento de resistência a um de nossos sujeitos entrevistados (sujeito 1) que possui tatuado no seu corpo, o diabo.

Figura 12



Fotografia da tatuagem de diabo do sujeito entrevistado (sujeito 1) – tirada em: 15 de agosto de 2014

Nas suas considerações²⁸ sobre esta tatuagem, o sujeito 1 dá a entender que o gesto de tatuar o diabo, deu-se, dentre outros motivos, como uma maneira de ter

²⁸ A transcrição completa desta entrevista está no anexo 2 da presente dissertação.

força, acima de tudo, porque em várias situações na minha vida, eu usei as minhas tatuagens para pelear contra elas porque se eu carrego uma tatuagem dessas, forte, né, que é uma imagem impactante, é uma imagem forte para caramba, se eu carrego isso eu não posso tombar por qualquer coisa (SUJEITO 1, 2014).

O que nos leva a entender uma forma de subverter os sentidos cristalizados, determinados pela sociedade que impõe, segundo ele, equivocadamente, o que é certo e/ou errado ou, o que é bom e/ou mal. Nas suas próprias palavras,

ninguém é totalmente bonzinho e ninguém é totalmente ruim, então todo mundo tem um pouquinho dos dois” [...] “não existe isso de ter lugar no céu, sabe, ou tu faz um negócio ruim aqui tu vai pagar, seu tu não pagar aqui, vai pagar daqui a pouco mais, mas tu vai pagar pelo que tu fez, então não existe tu vai para o céu ou para o inferno (SUJEITO 1, 2014).

Se relacionarmos este exemplo aos estudos do autor referenciado acima, podemos pensar que o gesto de tatuar o diabo seria um ato de reivindicação do sujeito 1 pelo direito de intervir expressivamente de forma contrária às convenções éticas e religiosas de uma sociedade de controle, por meio do patrimônio, o corpo, que dá o suporte necessário para que se possa significar. Para o autor, tatuar-se, enquanto prática de resistência reflete tensões sociais e culturais que manifestam uma atitude de distanciamento simbólico perante padrões dominantes da ordem social (cf. FERREIRA, V., 2007).

De forma diferente, esta outra autora Ferreira (2012) acredita que na sociedade atual, a tatuagem perde parcialmente a funcionalidade de reivindicação e exerce papel na construção do sujeito, constituindo signos identitários, cuja finalidade expressa socialmente singularidade, partindo de uma ilusória escolha pessoal. Ainda segundo ela, mesmo que sejam atribuídos sentidos à tatuagem com certa conotação de exotismo e transgressão fruto de um passado preconceituoso, atualmente, ela reflete muito mais características biográficas do sujeito que pratica o gesto.

Azevedo (2011), por sua vez, salienta que “a tatuagem, em sua forma material, é a inscrição de um sujeito que busca preencher (seus) vazios que, não obstante, são constitutivos de sua condição de ser sujeito” (p. 3). Utilizando-se das palavras de Orlandi (2005, p. 114), ela continua sua reflexão e escreve que, “o discurso é sempre incompleto assim como são incompletos os sujeitos e os sentidos. [...] A incompletude é o indício da abertura do

simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha, do possível" (AZEVEDO, 2011, p. 3). Nesse viés, a identidade seria um movimento na história, e, portanto, não seria imanente ou consubstancial ao sujeito, uma vez que resulta de processos de identificação nunca completos ou acabados.

Na concepção de Azevedo (2011), pelas leituras de autores da Análise de Discurso, de filiação pêncheuxiana, “o sujeito, em relação com seu corpo, sofre processos de individuação (pelas instituições e pelos discursos) e, a partir deles, identifica-se com determinada forma-sujeito, constituindo sua identidade num processo imperfeito, num eterno devir identitário” (p. 4).

Assim, conforme o texto da autora citada, a tatuagem pode promover a identificação dos sujeitos. Nessa perspectiva, não se trabalha com um sentido único para cada tatuagem – ao contrário do que se propõe na Cartilha de Orientação Policial (2011) – pois, ao marcar a própria carne, o sujeito se singulariza, produzindo sentidos sobre si mesmo e identificando-se ou não com a forma-sujeito de uma formação discursiva. A tatuagem, em suma, seria “um gesto que significa social e politicamente” (AZEVEDO, 2011, p. 3) e, neste modo de tratar a tatuagem concordamos com a autora.

Pelo mesmo caminho discursivo, Orlandi trabalha a tatuagem em dois textos, por nós escolhidos, datados 2004 e 2012a. No primeiro texto, ela retrata as características que fazem parte do “ritual” de “inscrever letra na pele”, ou dito de outra forma, de tatuar-se, dentre eles estão “a escolha do motivo até o lugar em que é feita. Isso passa, segundo um tatuador, por um gesto primitivo, de uma relação originária consigo mesmo e com o mundo; [...] é uma forma de dar mais poder ao corpo” (ORLANDI, 2004, p. 119). Muitos são os fatores motivacionais para o sujeito “depositar” um desenho na sua pele e, este é um movimento interessante e sintomático, de acordo com a autora, pois mostra que o corpo passa a ser entendido como um texto, um lugar material em que acontece a significação – “sinal de que o ser humano não para de explorar-se simbolicamente” – (idem, p. 120). Mas, sobre isso aprofundaremos a discussão no próximo tópico.

Nesse modo de conceber a tatuagem, outra vez entendemos a inconsistência de se ter uma Cartilha “didática” sobre as tatuagens destinada aos PMs, na medida em que a *tattoo* como uma forma de significar o corpo aponta para “diferentes modos do sujeito (se) viver o social” (ORLANDI, 2004, p. 122), não cabendo pensar em sentidos dados e taxativos, pois transitam na sociedade muitos corpos que produzem sentidos sociais inesperados. A esse

respeito, trazemos a consideração final do texto da autora em questão, onde ela salienta que “os sentidos são no meio de outros e há mais espaço para incertezas do que para afirmações categóricas quando se trata de pensar os sentidos, no modo como eles funcionam pela ideologia em um mundo a significar” (idem, 2004, p. 128).

No outro texto, datado 2012a, a mesma autora foca sua atenção na tatuagem como um processo de individua(liza)ção do sujeito que se tatua, e também nos sentidos formulados se pensados em relação com a sociedade ao qual este sujeito tatuado faz parte. Esse processo de individua(liza)ção decorre, no seu entendimento, da necessidade do sujeito de individualizar seu corpo no/do corpo social, por meio do gesto simbólico-histórico de inscrever a letra na pele, e talvez seja conveniente lembrarmos que a tatuagem é uma das possíveis inscrições da relação do sujeito com o simbólico, o processo de individua(liza)ção pode se dar igualmente por pichações e grafite.

Nesse caminho, entendemos que a tatuagem estabelece um campo de significação que compreende o próprio corpo do sujeito como um espaço, uma região de sentidos escritos na pele, produzindo efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas. Ao tratar da tatuagem na sociedade capitalista contemporânea compreendemos que é outro imaginário que rege o funcionamento do gesto de tatuar-se e este, produz efeitos de sentidos diferentes interferindo tanto na identidade quanto nos processos de individua(liza)ção do sujeito. Utilizando as considerações de Orlandi (2012a), é através do corpo que cada sujeito pode “desempenhar seu desejo de reconhecimento como reconhecimento de seu desejo e de seu ser” (p. 193). Os dizeres transbordam dos outdoors, como um excesso de linguagem o tempo todo visível ao sujeito, para o próprio corpo resultando num excesso de marcas visíveis e necessárias para a afirmação de si.

Assim sendo, julgamos ser necessário a partir de agora, tratarmos do corpo, espaço que permite a materialização discursiva da tatuagem.

2.2 O CORPO COMO ESPAÇO QUE PERMITE A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA TATTOO

Da mesma forma em que mostramos como entendemos a tatuagem e que explicamos a concepção de vários autores com ideias distintas acerca delas, faremos o mesmo procedimento, em relação ao conceito teórico de corpo. Começamos com trabalho de Monteiro (2006)²⁹. Este autor faz um estudo sobre o corpo para compreender “quem somos nós”, na medida em que ter conhecimento de si mesmo é ter conhecimento da própria presença, sendo o corpo o ponto de referência no tempo e no espaço. Para ele, o corpo não é uma matéria densa inerte. Em suas palavras, “matéria é a manifestação de energia, que, por sua vez, é o poder de interligação entre átomos que constituem a matéria. Energia é a ação de um átomo que passa para o outro. Em suma, não somos matéria sólida, sem movimento; somos energia em ação” (MONTEIRO, 2006, p. 14).

Esta ideia de corpo pode ser relacionada com o que escreve Orlandi (2012a) sobre o mesmo. O paralelo que a autora faz entre a física e a AD quanto ao objeto, pode ser observado no seguinte trecho, “em física se diz que a matéria é qualquer coisa que possui massa, ocupa lugar no espaço e está sujeita a inércia”; já em AD, “o corpo é algo que possui massa, ocupa lugar no espaço e está sujeito à ideologia, pela constituição do sujeito” (p. 96). Sendo assim, é que podemos pensar o discurso do corpo, em sua materialidade, perpassado pela ideologia e pela história. Nesse contexto, podemos compreender que o corpo somente é estudado na perspectiva da AD porque ocupa um lugar no espaço e está submetido a processos contínuos de movimento e transformação à mercê da ideologia que o constitui (cf. ORLANDI, 2012a).

Voltando a Monteiro (2006), nos desafios cotidianos, o corpo é impregnado pelas ambições, exigências, disputas, julgamentos, preocupações e ilusões. Ele “capta e armazena o lixo caótico como uma esponja absorvente. Muitas pessoas ficam distantes, cegas para a própria identidade profunda. Então, o corpo, para ser ouvido, grita por meio dos sintomas” (p. 13).

Esses sintomas³⁰, para Dufour (2005), são característicos de uma sociedade pós-moderna e se apresentam juntamente com todo um cortejo de acontecimentos como o domínio de mercado, as dificuldades de subjetivação e socialização etc., que manifestam novas formas de violência e novas formas sacrificiais do sujeito em relação ao Outro.

²⁹ Pedro Paulo Monteiro é professor na área de Psicofísica e Ecologia Humana.

³⁰ Dufour exemplifica os “novos sintomas” em seu texto, com a anorexia, a bulimia, a toxicomania e a crise do pânico como práticas de ruptura, de rejeição do laço com o Outro (2005, p. 23). Já Monteiro, acredita que o corpo tem a própria linguagem e os sintomas que ele pode apresentar são os mais diversos (2006, p. 15).

Nesse mesmo raciocínio, Monteiro (2006) lembra que

Atualmente vivemos a era do corpo jovem, forte, saudável, belo. Vivemos também a era da estética sem ética, mudando os contornos do corpo como decretam as imagens virtuais. A mídia preconiza um modelo e as pessoas obedecem sem questionar. Mais uma vez temos respostas sem perguntas. Quem não sabe questionar tem medo de ficar à deriva; receia sucumbir ao ridículo dos “sem-forma” (p. 16).

Mas o que é o corpo na visão de Monteiro (2006)? Para o autor, são vários os fatores que permitem a existência da vida, criando um corpo capaz de adquirir forma para, mais tarde, atingir individualidade e subjetividade. Não somos apenas parte do corpo dos nossos pais em decorrência de uma herança genética, somos parte também do imaginário deles, com suas expectativas, angústias, anseios e sonhos que nos são transportados desde a gestação influenciando e marcando a nossa identidade corporal.

Nesse caminho, seria concebível afirmar que a experiência do corpo transitando no mundo entre outros corpos é o que propicia a existência humana. O autor recém-citado ressalta ainda que “não há existência humana sem significado. E é na experiência que ela nasce. Portanto, o pensamento, a imaginação, as crenças e desejos não estão separados do corpo, e sim encarnados nele” (MONTEIRO, 2006, p. 86). Assim, é através da experiência corpórea que se desenha e se modela o corpo, tornando-o tão marcado pelos acontecimentos da vida que é possível compreendê-lo por meio de suas nuances e contornos.

Todavia, não podemos deixar de discutir, que o corpo é reflexo da cultura. Então, a experiência corpórea é conduzida e determinada pelos padrões culturais e isto não influi somente no comportamento de cada um na sociedade, mas também afeta sua biologia, pois o modo do corpo agir no mundo é de antemão estabelecido. Se somos uma ideia na mente de Deus, criados a partir de uma inspiração, o corpo é o ato da criação. Do mesmo modo, somos moldados pela roda da vida e assujeitados a uma força maior (cf. MONTEIRO, 2006).

A cada construção de um padrão corporal, sugerimos que uma nova crença é encarnada. Retomando pela última vez Monteiro (2006), ele frisa a ideia de que “passamos a acreditar naquilo que sai de nós, nos olhos que vemos, nos ouvidos que escutamos, nos sentidos que nos possibilitam referências espaciais. Temos o corpo e o corpo nos tem e nos faz” (p. 122). Portanto, quem somos nós? Somos um corpo no sítio do tempo, um corpo

múltiplo em sua unidade, impermanente ao descortinar experiências vividas, pois cada um dança ao ritmo de um processo contínuo de estruturação e desestruturação de seu corpo.

De acordo com outros olhares, a coletânea intitulada *Políticas do Corpo* (1995/2005), organizada por Sant'Anna, nos trouxe contribuições significativas para refletirmos sobre o corpo através de estudos de autores especialistas na área, cujos trabalhos possibilitaram algumas reflexões que traremos a seguir.

Esta obra foi elaborada numa perspectiva que concebe o corpo enquanto uma palavra polissêmica, uma realidade multifacetada e, sobretudo, um objeto histórico que não cessa de ser (re)fabricado ao longo do tempo – e se for conveniente, retomamos o entendimento de Monteiro (2006) em que trata de processos de estruturação e desestruturação do corpo. Segundo o autor, o processo de mudança é tão rápido e contínuo que até mesmo o nosso corpo é diferente do corpo de agora pouco. E esta é uma característica da estrutura plástica que se molda às circunstâncias, constrói espaços para criar novas estruturas, ou seja, com o auxílio do tempo, nos diluimos no espaço e vamos tendo um corpo a cada dia, a cada noite, a cada estação e a cada situação. De acordo com ele, “o corpo se estrutura para conhecer e, em seguida, se desestrutura para se abrir a novos aprendizados” (2006, p. 31).

Segundo Michel De Certeau, “cada sociedade tem seu corpo, assim como ela tem a sua língua” (apud SANT'ANNA, 1995/2005, p. 12). E, do mesmo modo que a língua, o corpo está submetido à gestão social tanto quanto ele a constitui e a ultrapassa. Nessa instância, para Sant'Anna (1995/2005), analisar o corpo tomando-o como algo já pronto e constituído seria empobrecedor, pois privilegiaria suas representações da época em que está submerso apenas. Na sua perspectiva, é fundamental localizar as problematizações que tornaram possíveis as práticas corporais e suas representações, na medida em que o corpo é um processo e por isso, resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos. Mais ainda, “trata-se de pensar para além das oposições liberação e repressão, corpo natural e corpo artificial, não para negá-las, mas para analisá-las lá onde elas sempre estiveram: no curso da história, sendo, portanto datáveis, provisórias, plurais e interligadas” (idem, p. 15).

Assim, colocar em questão como foi possível tornar normal e aparentemente familiar o gesto de tatuar-se, âmago deste estudo, é questionar toda a rede sócio-histórica à qual pertencemos. Falar do corpo é abordar o que se passa, ao mesmo tempo, fora dele, e isto é a essência não só para nós analistas de discurso, mas também para as reflexões de outras áreas.

Desse modo, o primeiro trabalho da referida coletânea que gostaríamos de trazer à discussão, refere-se a um texto escrito por Vigarello (1995/2005) que apresenta a maneira como o gesto de utilizar os coercivos aparelhos de postura ultrapassava a função terapêutica para assumir uma ambição pedagógica. O autor ressalta que, “formas e figuras são então esperadas, resultantes de forças estranhas capazes de apertar tiranicamente as morfologias. A mão previne e guia a natureza” (idem, p. 21).

Para o autor, a medicina preocupava-se não apenas com o funcionamento dos corpos, mas também com sua aparência. Fato, este, que recebe auxílio das cirurgias, no século XVII, multiplicando de forma decisiva os exemplos de aparelhagens corretivas, com vista a um corpo transformado ele próprio em máquina. Todavia, os procedimentos terapêuticos foram demasiadamente influenciados por interesses diferentes de sua epistemologia, ou seja, o instrumento corretor não se circunscreveu aos limites da medicina. O objetivo, antes exclusivamente ortopédico, estendeu-se pedagogicamente onde o uso de espartilhos e de aparelhos de sustentação recebeu a função de preservar e de modelar o corpo. Temos, assim, entre o fim do século XVII e o início do século XVIII, a formação do corpo como técnica de modelagem (cf. VIGARELLO, 1995/2005).

Já durante a segunda metade do século XVIII, segundo o estudo de Vigarello (1995/2005), é difundida uma outra ideia do aparelho corretor. Desde então, não é mais o corpo que sofre uma pressão aparelhada e sim, ele quem exerce sua força sobre engenhos singulares devido a uma nova visão dos espaços de trabalho e também de suas eficácias corporais. Diante à evolução da aparelhagem corretiva, chega-se ao século XIX com a pretensão de poderes autocorretivos a partir de exercícios regulamentados que garantissem a segurança e robustez da aparência. O processo, nesse sentido, visava nada menos que uma arte da excelência corporal, assim como uma arte da representação dos contornos e das formas impostas e artificializadas da época.

Em conformidade com o autor, aparece, desde então, uma nova cultura do corpo em que se têm somente padrões a respeitar e aparências a refletir como quadros através de atividades destinadas à sujeição de seus contornos. A história proposta sobre educação corporal nos conduz a observar a mudança do gesto perante cada período sócio-histórico, as táticas ortopédicas passaram a pedagógicas, solicitando a participação ativa do indivíduo sobre o seu corpo, antes não importante (cf. VIGARELLO, 1995/2005).

Tratando da relação entre indivíduo e seu corpo, podemos incluir, a este respeito, outro texto da coletânea disposto por Le Breton (1995/2005). Neste trabalho, ele discorre sobre tais conceitos da seguinte forma:

a separação que distingue o indivíduo de um outro é rigorosa; o corpo de um homem não poderia se misturar estruturalmente ao de um outro. O corpo é o vetor da individualização, ele estabelece a fronteira da identidade pessoal; confundir essa ordem simbólica que fixa a posição precisa de cada tecido no social significa apagar os limites identificadores de fora e do dentro, do eu e do outro; essa confusão coloca radicalmente em questão a afirmação de si e faz duvidar sobre a natureza do outro. A igualdade do homem consigo mesmo, a identidade de si, implica a igualdade com seu corpo. A condição do homem é corporal. Subtrair-lhe alguma coisa, ou lhe acrescentar, coloca esse homem em posição ambígua, intermediária. As fronteiras simbólicas são rompidas. E aquele que aspira à humanidade de sua condição sem oferecer a ela as aparências comuns, por causa de suas mutilações ou de suas deformidades, está destinado a uma existência diferenciada, sob o fogo dos olhares dos passantes ou das testemunhas de sua diferença. No imaginário, a alteração do corpo remete a uma alteração moral do homem: sua passagem a um outro tipo de humanidade autoriza a constância do julgamento ou do olhar sobre ele, até a violência a seu respeito (idem, p. 64).

Sobre isso, podemos exemplificar este funcionamento do imaginário do corpo com o sujeito entrevistado (sujeito 1). Nas suas considerações acerca da sua tatuagem de diabo, ele conta que quando vista pelo outro,

a primeira coisa que me perguntam é se sou satanista, ou um negócio assim, e não, nada a ver. Eu não sou satanista, eu só gosto e me identifico, eu acho o bizarro o bonito [...]. O pessoal não gosta, principalmente velha. Velha é fogo! Olha é já ‘grrr grrr’ (onomatopeia de resmungos), sabe, “é está entregue, tu não tem lugar no céu”. E, acho, cara, não existe isso de ter lugar no céu, sabe (SUJEITO 1, 2014).

Logo, o imaginário³¹ sobre o uso de tatuagens que perpassa nos dois casos, sujeito tatuado e sujeito velha, são distintos.

Nessa concepção de corpo e de indivíduo de Le Breton (1995/2005), o homem não existe senão através das formas corporais que o colocam no mundo, toda modificação de sua forma engaja outra definição de sua humanidade. E nós pensamos, talvez, na perspectiva da AD, conforme o trabalho de Ferreira, M. C. L. (2013), que cada modificação do/no corpo do

³¹ Cazarin (2005), parafraseando Sercovich (1997), escreve que, “o imaginário discursivo não se explica através de uma determinada realidade, e sim como se derivando de determinados interesses sociais” (p. 140).

sujeito implicaria noutra textualidade, uma vez que o corpo enquanto materialidade discursiva está organizado de forma estruturada, atravessado pela ideologia, pelo inconsciente e pela linguagem. Dessa maneira, consideramos o corpo discursivo como lugar de inscrição do sujeito no mundo, que se deixa falar e ocultar pelo/no corpo.

Valendo-nos, novamente, do trabalho de Le Breton (1995/2005), pensar o corpo é outra maneira de pensar o mundo e o vínculo social, uma perturbação introduzida na configuração do corpo é uma perturbação introduzida na coerência do mundo. E sobre isso, Fischeler (1995/2005) acentua na sua contribuição à coletânea, que é através do corpo que os indivíduos passam significados sociais muito profundos. O seu texto *Obeso benigno, Obeso maligno*, mostra claramente tal encadeamento e denuncia o posicionamento da sociedade frente aos corpos. Nosso corpo é, para o autor referido, um signo imediatamente interpretável por todos de nossa adesão ao vínculo social.

Por esse viés, o que pensar de um corpo tatuado em que o sujeito num processo de textualização do seu corpo, grava no tecido da pele o seu desejo, a sua interpretação e a sua interpelação, conforme explica Abreu (2013, p.143)? Ou, o que pensar sobre o corpo de um body-building que se destaca nas ruas por sua forma de andar: braços afastados, cabeça enfiada no pescoço, peito abaulado, rigidez e balaço mecânico, numa forma de espetáculo, como escreve Courtine (1995/2005)? – num outro texto da coletânea *Políticas do Corpo*.

Ambos os corpos mencionados, modificados por uma técnica diferente, não são simples manifestações espetaculares, eles são sustentados por uma indústria, um mercado e um conjunto de práticas de massa, conforme explica Courtine (1995/2005). Nas palavras do autor, as práticas de massa “são práticas destinadas a demonstrar uma integração às normas corporais em vigor, a fornecer um testemunho de comunhão com a cultura do corpo” (idem, p. 85). No caso do seu trabalho, o músculo é um modo de vida; no nosso caso, a tatuagem é um estilo de vida. Em tais práticas, desenha-se o tipo de corporeidade estabelecida pela cultura de massa e, tem-se em vista o consumo e a necessidade de gasto numa sociedade extremamente consumista. Assim, as práticas e as representações corporais são atravessadas por estratégias multiformes, tornando cada indivíduo “o ‘gestor’ de seu próprio corpo” [grifo do autor] (ibidem, p. 86).

A esse respeito, num diálogo possível com os pressupostos teóricos da AD, seria possível relacionar o que Courtine (1995/2005) observa sobre a emergência do indivíduo atuar sobre o seu corpo, em decorrência às formas corporais que o mercado incentiva e, de

certa forma, estabelece como a forma ideal, seja ela, bonita e vistosa, com o que estamos refletindo no presente estudo. No processo que o autor denomina de “‘gestor’ do seu próprio corpo”, pensamos que, à medida que a sociedade de mercado exige do sujeito uma textualização acentuada do seu próprio corpo para que ele consiga individualizar-se e destacar-se dos demais membros de um grupo, poderíamos denominar tal processo como um processo discursivo de função-autor.

Nesse emaranhado de ideias sobre o corpo, acreditamos que outro livro não poderia faltar ao presente trabalho, a nosso ver, pelo fato de ser citado inúmeras vezes em estudos acadêmicos sobre o conceito e por oferecer reflexões sobre a sua atual valorização, que é acompanhada pela intensa exploração comercial, é titulado *Corpos de Passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*, escrito por Sant’Anna (2001) numa continuidade acadêmica reflexiva. Nesta obra, ela trata sobre o que ocorre com nossos corpos na modernidade, remetendo o leitor sempre à mesma pergunta: o que vem ser, afinal, um corpo humano?

Segundo as reflexões da autora, após os pressupostos que permitiram ao indivíduo o direito ao rejuvenescimento, o direito à permanência do corpo é consagrado. Nesta estada, o que se deve buscar é a estabilidade corporal conforme os padrões que a sociedade dita, nem que para isso seja preciso trocar de sexo, de sangue, de cabelo, em suma, de corpo. Trocar de corpo sem cessar, de acordo com as circunstâncias, como quem troca de site, de roupa, de hidratante. Em suas palavras, é necessário “evitar que o corpo seja um obstáculo para poder entrar em todos os lugares, passar por todos os tempos, navegar em meio a diferentes culturas” (SANT’ANNA, 2001, p. 25).

Neste contexto, reconstruir o próprio corpo através de cirurgias, transformando-o em território de especulares explorações e inusitadas metamorfoses, testá-lo, colocá-lo à prova e expô-lo de diversas maneiras diante de outros olhos, não é mais novidade na sociedade contemporânea. Em nossos dias, de acordo com Sant’Anna (2001), existem várias indicações que demonstram o quanto usufruímos maior liberdade para tratar do corpo do que no passado, diferentemente de 30 e 40 anos atrás; neste século, não é mais vergonhoso admitir que o corpo seja um ente sensível, dotado de desejos a serem conhecidos e expressos.

Contudo, a autora (2001) apresenta que os meios de consumir as centenas de tratamentos estéticos e produtos destinados ao corpo não são acessíveis a todos na sociedade. Muitas vezes, sem estes meios, a liberdade se instala como expectativa de ser capaz de

reconstruir o corpo como se deseja e, de ingressar nessa elite ilustrada pela mídia. No texto, ela realça que a parcela da sociedade que tem acesso a tais meios de manipulação e de transformação, parece dizer o tempo todo: “meu corpo corresponde àquilo de que gosto, àquilo que sou, independentemente das minhas heranças genéticas, das minhas filiações culturais e de classe, do meu estado civil e das maneiras pelas quais eu ganho dinheiro” (SANT’ANNA, 2001, p. 69). Dessa forma, o corpo é considerado um registro fiel dos desejos pessoais quando ele é infiel às condições que lhe são inatas e externas.

Um exemplo que poderíamos trazer, do nosso *corpus*, diz respeito ao sujeito entrevistado (sujeito 2) que tem tatuado no seu corpo o demônio da tasmânia. Nas suas considerações sobre a sua *tattoo*, o sujeito menciona duas vezes sobre a necessidade de ter uma tatuagem estampada no seu corpo. Na primeira, o sujeito relata “eu tinha um dinheiro e *queria fazer* uma tatuagem e me deu a loucura de fazer uma tatuagem”, posteriormente, retoma “é... (pausa) quando eu fui fazer a tatuagem, na verdade, eu não sabia o que eu ia fazer, eu fui impulsivo, como eu falei né, só *que eu tinha*...” [grifos nossos] (SUJEITO 2, 2014). O desejo de possuir uma tatuagem ganha um estatuto forte a ponto de não poder mais esperar, como observamos por meio das pistas linguísticas “queria fazer” e “que eu tinha” utilizadas pelo sujeito entrevistado. O que nos levou a pensar, nesse caso, que o corpo precisa de uma marca, o corpo precisa se destacar do coletivo e nesse sentido, ele pode ser (re)inventado e moldado, pois ele é fiel aos desejos.

Se recorrermos ao texto de Orlandi (2012a), podemos relacionar esse desejo do sujeito ao imaginário que rege o funcionamento do gesto de tatuar-se, cujos efeitos de sentidos produzidos interferem tanto na identidade quanto nos processos de individua(liza)ção do sujeito. Utilizando os escritos da autora, é através do corpo que cada sujeito pode “desempenhar seu desejo de reconhecimento como reconhecimento de seu desejo e de seu ser” (idem, p. 193). Os dizeres transbordam dos outdoors, como um excesso de linguagem o tempo todo visível ao sujeito, para o próprio corpo resultando num excesso de marcas visíveis e necessárias para a afirmação de si.

Ironicamente, lembramos que as necessidades individuais não nascem nem se reproduzem de forma solitária, dentro dos limites dos corpos, há sempre um Outro operando. Em conformidade com a observação de Sant’Anna (2001) sobre isso, utilizamos a sua formulação: “cada um espera expressar em seu corpo o seu “eu”, considera-o uma espécie de tesouro pessoal, mas acaba percebendo o quanto este corpo-eu é, ao mesmo tempo, banal:

uma relíquia comum” (p. 70). O que nos fez prosseguir pensando nas considerações do sujeito (sujeito 2) tatuado com o demônio da tasmânia, em que nos deu a entender pelas suas considerações que a modificação do/no corpo, seja tatuagem ou *piercing*, ilusoriamente é única, todavia, há outros sujeitos realizando os mesmos gestos, “eu tinha um dinheiro e queria fazer uma tatuagem e me deu a loucura de fazer uma tatuagem, me encontrei com uns amigos, que tinham na rua, aquele... (pausa) um dos guris tinha feito um *piercing* recém e eu pensei bah (gíria), vou fazer uma tatuagem, vocês conhecem alguém?” (SUJEITO 2, 2014).

Dentro deste ponto, refletimos e questionamos sobre esta forma corporal imaginária que comercialmente é imposta aos sujeitos. A moda do corpo é, hoje, uma tendência global e investida pela tecnologia, o interesse econômico que o corpo desperta deveria servir para esclarecer à sociedade quais são os sujeitos que ganham e quais os que perdem com a sua transformação (cf. SANT’ANNA, 2001, p. 74), pois os sentidos que daí decorre são desconhecidos. A Cartilha de Orientação Policial, por exemplo, pode colocar os sujeitos que possuem algumas tatuagens em posição dúbia na sociedade, se é sujeito criminoso ou se é sujeito inocente? Se considerado sujeito criminoso pelos PMs, possivelmente o sujeito tatuado sofrerá abordagem do agente responsável pelo patrulhamento de rua.

Em contrapartida, aparece, nessa comercialização dos corpos, segundo Sant’Anna (2011), a sedutora publicidade que promete aos sujeitos um encontro com o “eu”, “um carinho”, a possibilidade, enfim, “de ser” e “de sentir”, que transparece na ideia de que só ela os torna felizes. Assim, nessa perspectiva, o corpo humano é um território privilegiado de experimentações em que a subjetividade pode atuar, incorporando as diversas modalidades da microfísica do poder.

Na mesma direção, as autoras Bueno e Castro (2005) expressam, por meio do livro que organizaram intitulado *Corpo território da cultura*, que a corporeidade é resultante de uma construção, de um equilíbrio entre o dentro e o fora, entre a carne e o mundo. Nesta obra, elas apresentam textos que contemplam diferentes corpos que se projetam como espaço de transformações históricas, de lutas culturais, de experiências tecnológicas, de representações estéticas e também da expressão de novos modos de vida. De acordo com as autoras citadas, “o estudo do corpo nos permite compreender as especificidades de uma dada cultura em que todo o tipo de adorno ou intervenção corporal constitui uma forma de linguagem, que ao apropriar-se do corpo biológico o transforma num corpo cultural” (idem, p.10).

Num dos textos deste livro, Guimarães (2005) apresenta a proposição de que a cultura é, atualmente, um campo de batalha ideológico onde o corpo ganha cada vez mais importância como seu suporte. Ela escreve que “o processo de globalização gera um processo de luta entre forças individuais e coletivas, e o corpo passa a ser um território privilegiado para o embate entre o indivíduo e os interesses políticos e econômicos que querem incluí-lo nesse processo” (p. 80). Nesse sentido, à medida que o corpo passa a carregar as marcas desse processo de globalização, ele deixa de ser único para ser coletivo, realçando as forças políticas e econômicas as quais incorporou. O exemplo trabalhado pela autora é sobre a tatuagem dos jogadores de futebol como um meio de comunicação que veicula “mensagens às vezes cifradas, (...) às vezes totalmente explícitas” (GUIMARÃES, 2005, p.87). Segundo sua reflexão, os jogadores após usarem a camiseta personalizada, embaixo da camiseta do time em que jogam, como segunda-pele de expressão, eles usam a própria pele onde nenhuma regulamentação pode proibi-los de exibir.

Conforme Ramos (2005), por meio desse gesto de tatuar-se, tanto os jogadores como outros sujeitos, registram a conquista do corpo como lugar na cultura. Parafraseando a autora, a cultura é célebre pela diversidade de interferências definitivas praticadas no corpo, sejam elas escarificação, tatuagem e/ou plástica estética. Todas essas interferências registram o prestígio, a agregação ou a exclusão do sujeito a um grupo, bem como as crenças, hierarquias e estéticas de uma época. “A política não é mais ligada a dimensões sociais. (...) mas com cultura, comunicação, consumo. A cultura num sentido antropológico, de modo de viver, de se vestir. As roupas, os signos, o corpo, as tatuagens, tudo isso tem importância fundamental” (CANEVACCI apud RAMOS, 2005, p. 93). Nesse contexto, os pressupostos cultura, comunicação e consumo funcionam para a conquista de espaço numa sociedade em que o corpo se torna território.

Tratando-se de território, relacionamos o que sugere Sant’Anna (2005) no seu artigo *Horizontes do corpo*. Para ela, a palavra “horizontes” descortina o amplo espaço entre o céu e a terra e, igualmente, os seus limites. Portanto, os horizontes do corpo indicariam que o corpo pode funcionar como uma espécie de paisagem, algo que contém ou que expressa linhas e conteúdos naturais que demarcam limites, mas, igualmente, indicam o que há fora deles. Nesse entendimento, “todo corpo é, tal como a linha do horizonte, um imenso paradoxo” (idem, p. 121), pois as paisagens formadas a cada instante pelos corpos de sujeitos não cessam de se mover em direções distintas.

Para Castro (2005), este funcionamento de pluralidade é decorrente de uma sociedade marcada pela diversidade de escolhas e multiplicidade de ambientes de ação. Assim sendo, o sujeito toma para si a responsabilidade de desenhar seu próprio corpo, como forma de definir sua identidade e o projeto do *self*. A mídia e a indústria são as bases estruturantes da prática do culto ao corpo, deixando a culpa como fator motivacional para a busca da aparência de um corpo perfeito, pois os defeitos e as imperfeições corporais são entendidos como produtos de negligência e falta de cuidados consigo.

Em suma, a obra de Bueno e Castro (2005) que trouxemos à discussão mostra que na sociedade contemporânea, o corpo tem se configurado cada vez mais como um dos principais espaços simbólicos na construção de identidades e estilos de vida. Podemos observar que existem saberes na sociedade que insistem e impulsionam os sujeitos a expor o seu corpo, como objeto de contemplação e sedução. Outra vez, recuperamos que “o corpo é desejo”, conforme acentua Abreu (2013). Segundo a autora, “é na corporeidade desejante que o sujeito se inscreve no mundo, na ânsia por dele fazer parte, nele ser reconhecido, num jogo constante de inserção e afastamento, mesmo que este último seja ilusório” (p. 143).

Sobre o imaginário do corpo e o desejo, fazemos uso do entendimento de Ernst-Pereira (2004). Nas suas palavras,

Esse imaginário constrói-se historicamente através dos significantes, elementos da ordem simbólica, mantidos e perpetuados numa discursividade sem volta e sem fim, porque lida com o desejo intermitente do sujeito, e o desejo do sujeito é o desejo do corpo e do outro, corpo exposto ao olhar desse outro e, por isso, (com)figurado e (re)configurado incessantemente, pois é a partir desse olhar que a identidade e a subjetividade se estabelecem. Na realidade, o “eu” é uma produção imaginária que se cristaliza a partir da imagem que o sujeito tem de seu próprio corpo e de auto-imagens refletidas para ele por outros, e isso se dá através do simbólico. O que interessa aqui, portanto, não é o corpo como estrutura orgânica (ossos, pele, órgãos, etc.), mas como objeto submetido à linguagem. Mas o que significa dizer que o corpo está à mercê do simbólico? Significa que o corpo é dominado pela linguagem. As demandas sociais criadas pela sociedade investem no corpo e o (re)criam, fazendo-o significar diferentemente (idem, p. 2).

Nessa perspectiva do corpo como objeto submetido à linguagem, é que pensamos sua organização, sua constituição e seu funcionamento, ou dito de outra maneira, como conceitua Ferreira, M. C. L. (2013) é que refletimos sobre sua arquitetura. Ainda segundo a autora recém-citada, embasada numa teoria lacaniana, “o corpo é um efeito de linguagem, ou seja: a linguagem incide sobre o corpo, toca o organismo, o desnatura e o modifica” (p. 104).

Nesse caminho, o corpo não seria uma dádiva da natureza, e sim o resultado de uma construção, sendo ele interpelado assim como o sujeito. Orlandi (2012g), quando trabalha a questão do corpo, diz que “enquanto corpo empírico, ele é apenas carne. Todavia, quando o corpo é produzido em um processo de significação, onde trabalha a ideologia, ele é corpo simbólico, chamado de *corpodiscurso*” (p. 85).

Consideramos então, diante a reflexão aqui realizada, o *corpodiscurso* do sujeito tatuado, sua materialidade significativa e os efeitos de sentido produzidos enquanto corpo de um sujeito afetado e interpelado pela ideologia da contemporaneidade, que excita um corpo belo, moldado, cultuado e individualizado. O corpo, por fim, no nosso entendimento, não escapa à determinação histórica de cada época em questão.

2.3 A CONSTITUIÇÃO, A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS

Apagam-se os efeitos da história, da ideologia, mas nem por isso elas estão menos presentes. Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2012c, p. 10).

Tratamos da tatuagem e do corpo. O corpo como materialidade discursiva, um lugar falado pela língua, um espaço onde se textualizam discursos cujos sentidos produzem diferentes efeitos – todo enunciado, dirá Pêcheux (2010/1990), é sempre suscetível de ser e/ou tornar-se outro e, mais, ele é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva oferecendo lugar à interpretação –. Assim sendo, não entendemos o sentido como único e verdadeiro, de acordo com a teoria a qual nos filiamos, buscamos compreender sua formulação em sua materialidade linguística e histórica.

É o funcionamento ideológico que fornece as evidências de sentido. Pela leitura de Pêcheux (1988/2009a), entendemos que é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é x ou y. Em suas palavras, “são as evidências que fazem com que um enunciado ‘queira dizer o que realmente diz’ e, que mascaram, sob a transparência da

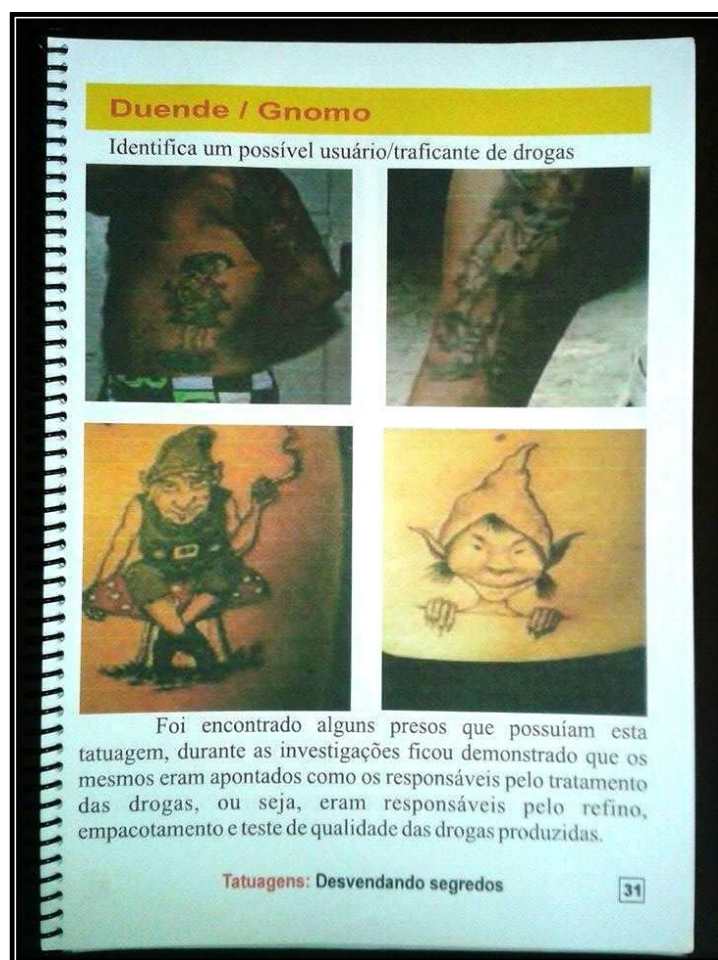
linguagem, ‘o caráter material do sentido’ que, consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chama ‘o todo complexo das formações ideológicas’” [grifos do autor] (p. 146).

Tal dependência mencionada pode ser pensada a partir do pressuposto de que o sentido não existe em si numa relação de transparência com o significante. Pêcheux (1988/2009a) escreve que, “o sentido [...] não existe em ‘si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (p. 146). Nessa perspectiva, as palavras ou, pensando no nosso objeto de estudo, as tatuagens, adquirem sentido em referência às formações discursivas em que o sujeito está inscrito, e os sentidos podem mudar segundo essas posições que são sustentados pelo sujeito histórico da FD.

Se relacionarmos às tatuagens, os sentidos são atribuídos em consonância aos saberes que estão no interior da formação discursiva a qual o sujeito que se tatuou está inscrito, em outras palavras, o sujeito é interpelado a atribuir sentido pela FD que, se na linguagem representa a FI que lhe subjaz, na textualização das tatuagens, isso também ocorre. O sentido é constituído em cada FD, nas relações que tais palavras ou *tattoos* mantêm com outras palavras-*tattoos* da mesma FD ou de outra. Por isso, pensamos no sentido como resultado de um processo discursivo em que há relações de substituição, paráfrase, deslocamento, sinonímia etc., em uma FD, cujos sentidos são atualizados ou não na rede de formulações possíveis, de acordo com a condição de produção e a posição-sujeito em que o sujeito tatuado se inscreve.

Dessa forma, se pensarmos nos sentidos das tatuagens atribuídos pela Cartilha, numa FD em que se inscrevem sujeitos responsáveis pela segurança pública, representada por PMs, compreendemos que aí se produzem sentidos cujos efeitos recuperam preconceitos sobre algumas tatuagens e atualizam, a cada reconhecimento do PM pela visualização da tatuagem no corpo do sujeito, os saberes que incitam o prejulgamento sobre o par criminoso/inocente, numa explícita tentativa de controle de sentidos. A formulação dos sentidos, portanto, é determinada na relação que se estabelece com o interdiscurso, num exemplo do nosso *corpus*, os sujeitos tatuados com um gnomo para os PMs, na significação dada pela Cartilha, seriam “apontados como responsáveis pelo tratamento das drogas, ou seja, eram responsáveis pelo refino, empacotamento e teste de qualidade das drogas produzidas” (SILVA, 2011, p. 31). Observamos:

Figura 13



Fotografia da tatuagem de gnomo – tirada em: 2 de agosto de 2014

Nesse caso, o já-dito pela Cartilha sustenta significados taxativos e poderá dissimular na sociedade a violência³² com sujeitos tatuados com este desenho.

Esse já-dito intervém na produção de sentidos, a materialidade discursiva mobiliza uma rede de sentidos que revela o processo, o qual retoma e (re)significa aqueles inscritos no discurso da Cartilha, onde se promove a cristalização de determinados lugares sociais. Essa noção se apoia no conceito de figura, enquanto cristalização, no tempo, de uma imagem que está colocada à representação de um lugar social (cf. GRIGOLETTO e DE NARDI, 2013). Nesse ínterim, podemos recuperar os estudos de Leitão (2003), Alvarenga (2005), Toffoli

³² Caso o sujeito seja assim considerado pelo PM, ele poderá ser submetido ao artigo 33 da Lei de tóxicos, número 11343/06. Mais informações podem ser vistas no site JusBrasil. Fonte: Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Tr%C3%A1fico+de+drogas+artigo+33+%2C+caput+%2C+da+Lei+n+11.343+%2F06>>. Acesso em 19 de novembro de 2014.

(2005), Osório (2006), Scheiner (2006), Marques (2007), Berger (2009), Rocha (2009) e Silva (2010), aqui discutidos, em que cada um, na sua maneira, mostrou o funcionamento do discurso produzido em torno de determinados lugares sociais, mais precisamente, aqueles que designam as classes inferiores, com relação à tatuagem, cujos efeitos de sentido continuam ecoando até hoje.

Por tratarmos de lugares sociais, convém explicarmos que, embora não se trabalhe em AD com a noção de sujeito empírico, é preciso levarmos em conta, no nosso trabalho analítico, as determinações ideológicas às quais o sujeito tatuado está exposto ao textualizar seu corpo. Na concepção de Grigoletto e De Nardi (2013), o lugar social é “ponto de ancoragem para a constituição da prática discursiva” (p. 198). Nesse sentido, os diferentes lugares sociais que o sujeito pode ocupar, enquanto sujeito empírico, determinam e são determinados pelas práticas discursivas. A noção de figura, para as autoras, como grupos representativos de marinheiros, prostitutas, presidiários, criminosos, inocentes etc., funciona, no interior das referidas práticas, contribuindo para a cristalização de determinados lugares sociais sob o efeito ideológico.

No ponto de vista de Ramos (2005), os sujeitos estão fascinados pela liberdade de interferência corporal – lembramos que trata-se de uma liberdade ilusória – e, igualmente, maravilhados pela aparência de um corpo ornamentado resultante de gestos sem preocupações vinculatórias. Nas palavras da autora, “os seguimentos da cultura dominante aderiram a essa prática e hoje muitos dominados a reincorporam em seu dia-a-dia. Não existe mais centro e periferia, não mais só o signo do dominante que é produzido, mas também o do dominado. O que há, isso sim, é o cruzamento de ideias e mitos” (idem, p. 6).

Em contrapartida, é pelo viés da memória discursiva³³, que os sentidos taxativos a esses grupos representativos podem continuar ressoando no discurso promovido pela Cartilha, produzindo efeitos de sentido intolerantes para os sujeitos que possuem materializadas no corpo as mesmas *tattoos* apresentadas por ela. Por outro lado, há sujeitos que (re)significam as tatuagens, desconhecendo ou desconsiderando a historicidade de sentidos que a mesma possui.

³³ Memória discursiva é uma concepção introduzida na AD por Courtine (1981/2009) que, se diferencia de toda memorização psicológica. A memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regidas por aparelhos ideológicos.

No ponto de vista de Marques (2007), a tatuagem sai da marginalização e torna-se pública. Ela vira moda! Trata-se “de uma moda definitiva, de um estilo de vida que se impõe e representa comportamentos, atitudes, desejos e gostos” (p. 8). Esta arte se alia ao mundo das modificações corporais, onde o corpo pode transformar-se quebrando paradigmas de agressividade e vulgaridade. Porém, conforme o autor, algumas práticas são aceitas socialmente e outras não e, isso acontece devido aos conceitos e ideologias passadas que foram esquecidas. No entanto, não concordamos com essa proposição de Marques (2007), na medida que os sentidos, dispostos no interdiscurso, ainda surgem no discurso de sujeitos marcando a presença do preconceito.

Nesse caminho de considerar os sentidos, refletimos sobre sua repetição. Para tanto, trazemos a explicação de Orlandi (2012c). Segundo a autora,

Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete (p. 54).

Dessa forma, podemos pensar que os PMs ao empregar os mesmos sentidos do autor da Cartilha, apresentariam uma forma de reprodução ou repetição empírica, tal como conceitua Orlandi (2012c, p. 54), em que os sujeitos só repetem sentidos, num efeito papagaio. Já, pela observação do nosso *corpus*, poderíamos escrever que os sujeitos entrevistados apresentam outro tipo de repetição, em que a autora chama de repetição histórica, em que se “permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido” (idem, p. 54). Prova disso, está nas considerações³⁴ do sujeito tatuado com o gnomo (sujeito 3).

³⁴ A transcrição completa desta entrevista está no anexo 3 da presente dissertação.

Figura 14



Fotografia da tatuagem de gnomo do sujeito entrevistado (sujeito 3) – tirada em: 2 de agosto de 2014

Nas suas formulações apresenta outro sentido, diferente daquele atribuído pela Cartilha, ao qual mostramos anteriormente. Diz o sujeito,

eu tatuei no bíceps direito, na parte da frente, porque eu gosto de gnomos, gosto da natureza, gosto de tudo o que tem a ver com gnomos eu gosto, entendesse? E... ela significa isso para mim, assim, paz, tranquilidade, descanso e tudo o que tem a ver com isso. [...] eu acredito em gnomos (SUJEITO 3, 2014).

As considerações desse sujeito (sujeito 3) acerca do sentido da sua tatuagem nos faz pensar sobre o papel da memória. Para nós, o sentido que foi atribuído está associado à “memória afetivo-discursiva” do sujeito onde “já-ditos e distintas emoções estão

emaranhadas” (SILVA, R. 2010, p. 42). Reproduzindo a autora, “pressupor a afetividade é pressupor a dinâmica pulsional e, conseqüentemente, a constante mudança subjetiva” (idem, 2010, p. 43). Na ótica do sujeito 3 sobre a sua tatuagem, dos sentimentos lembrados sobressai a crença nesse ser, cujos sentidos carregam a historicidade de saberes mitológicos e folclóricos sobre sua existência e seus poderes³⁵.

Vale lembrarmos aqui, que o sentido é produzido em decorrência de um gesto interpretativo do sujeito. Não há sentidos dados, eles são construídos por sujeitos inscritos na história, num processo simbólico duplamente descentrado pelo inconsciente e pela ideologia. Rodríguez (1998) adverte que, “os sujeitos têm papel ativo, determinante, na constituição dos sentidos, mas este processo escapa ao seu controle consciente e às suas intenções” (p. 51). Nessa direção, a construção de sentidos é um gesto interpretativo, realizado de algum lugar ideológico, cuja interpretação é ideologia, e esta determina o sentido.

Para explicar melhor esta ideia, Rodríguez (1998) traz as acepções de Orlandi (1990) sobre a definição de ideologia, esta “como um processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que pareceria no entanto como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado” (p. 51). Isso significa, para nós, que a realidade, à qual fazemos referência, é uma construção simbólica em que não se tem acesso direto. Os sentidos, por sua vez, apresentam-se como universais, pelo efeito da ideologia, pois apagam-se suas condições de produção graças ao funcionamento inconsciente do sujeito.

Ainda para Rodríguez (1998),

Pensar na produção de sentidos como um processo simbólico (inconsciente) de produção de interpretações do real e do próprio sujeito, determinado por condições históricas (ideológicas) específicas, significa pensar que os sentidos podem mudar, pois não há necessidade (divina ou natural) para que eles sejam como são. Significa, conseqüentemente, pensar ‘que as sociedades podem ser outras e que as políticas são contingentes’. Considerar a determinação interpretativa – simbólica – do sentido constitui, dessa forma, a única via para evitar uma postura conservadora e estabelecer uma perspectiva histórica da linguagem e da realidade humana – pois essa é a única forma de contemplar realmente a possibilidade de mudanças, sendo a história, por definição, aquilo que ‘muda’ (ou que pode mudar). História que não se confunde com a cronologia de fatos mas que se define como ‘produção de sentidos’ sobre o real, que determina essa cronologia, determinando a constituição dos sujeitos

³⁵ Sobre esta direção de sentido, temos o Blog “Anjos da Net”. Fonte: Disponível em: <<http://www.anjosnet.com.br/gnomos/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2014.

e a conformação das sociedades e das políticas quais se regem [grifos da autora] (p. 52).

Nessa perspectiva, não existe uma relação termo-a-termo entre pensamento, linguagem e mundo tal como se refere a Cartilha, pois a relação entre as palavras e as coisas não é uma relação natural, mas linguístico-histórica tal como entendemos em AD. Noutros termos, não existe relação direta entre a linguagem e o mundo: a relação não é direta, mas funciona como se fosse, por causa do imaginário. Orlandi (1994) parafraseando Sercovich (1977), afirma que

a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade. Daí seu efeito de evidência, sua ilusão referencial. Por outro lado, a transformação do signo em imagem resulta justamente da perda do seu significado, do seu apagamento enquanto unidade cultural ou histórica, o que produz sua "transparência". Dito de outra forma, se se tira a história, a palavra vira imagem pura. Essa relação com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas. Mas, em seu funcionamento ideológico, as palavras se apresentam com sua transparência que poderíamos atravessar para atingir seus "conteúdos" [grifos da autora] (p.54).

É essa transparência da linguagem adotada pela Cartilha que nos permite, enquanto analistas de discurso, assumir uma posição crítica em relação ao seu conteúdismo fantasiado por um discurso “didático”. Considerarmos os conteúdos: tatuagem = significado e, não, o funcionamento do discurso na produção dos sentidos textualizados na *tattoo*, explicitando o mecanismo ideológico que o sustenta, seria trabalhar com outra perspectiva teórica.

Por meio desse entendimento, não acreditamos na transparência da linguagem e, por conseguinte, em uma interpretação objetiva, porque os sentidos podem ser sempre outros, o que não significa que ele que possa ser qualquer um e que todas as interpretações sejam equivalentes. Isto é, é preciso reconhecer que os sentidos apresentados pela Cartilha como fixos e literais são construídos historicamente por um sujeito inserido numa FD específica, ocupando um determinado lugar social, em que tais sentidos são necessários à manutenção da ordem estabelecida socialmente – dividida em relações desiguais – e, também, são legitimados por um AE como a Secretaria de Segurança Pública.

Talvez possamos relacionar o funcionamento do sujeito-autor da Cartilha com a noção pêcheuxtiana de porta-voz. Nas palavras de Pêcheux (1982/1990),

o destino do porta-voz circula assim entre a posição do profeta, a do dirigente e a do homem de Estado, visto que ele é o ponto em que “o outro mundo” se confronta com o estado de coisas existente, o ponto de partida recíproco na qual a contradição vem se amarrar politicamente a um “negócio de Estado” [grifos do autor] (p.18).

Ora se bem entendemos a citação acima, poderíamos escrever que a instituição responsável pela Segurança Pública do Estado da Bahia faz uso da posição-sujeito PM para ratificar discursos que exacerbam a manutenção do preconceito às tatuagens, o AE não fala ao povo, mas ao porta-voz. E este reproduz os sentidos, atualizando na memória social tais saberes.

Nesse sentido, se faz necessário considerar a relação/diferença entre a objetividade da Cartilha e a subjetividade dos sujeitos entrevistados, pois os efeitos de sentidos decorrentes de cada posição atuam na dinâmica de reprodução e/ou transformação das relações sociais. Segundo Magalhães e Sobrinho (2013), trata-se de uma subjetividade que não comporta tudo, nem uma objetividade desvinculada da atividade do sujeito. Em suas palavras, “trata-se de uma relação dialética em que a subjetividade pode atuar no real³⁶, mas o critério de verdade é o objeto. A relação do sujeito com o real sócio-histórico é determinante tanto de sua subjetividade como da própria objetividade” (p. 99).

Para Toffolli (2005), os livros sobre as tatuagens atribuem sentidos denotativos as mesmas, como uma forma de apropriação da significação. Porém, a tatuagem contemporânea parece ter alcançado uma universalidade enquanto procedimento artístico, o que nos leva a entender que a construção de uma equivalência semântica não poderia ser sistêmica, mas subjetiva. Na maioria dos casos, segundo o autor, não há relações com a objetividade.

É válido retomarmos, quanto ao sentido, que não há sentido literal – o sentido é um, do qual derivam os outros –, e não pode ser qualquer um. Entendemos que o sentido não está já fixado *a priori*, como essência das palavras, ou de acordo com o nosso trabalho, como essência da tatuagem, nem tampouco pode ser qualquer um, pois há determinação histórica do sentido. Na AD, trabalhamos com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com seus “conteúdos”, a ideologia não é “x”, mas o mecanismo de produzir “x”. No espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o

³⁶ Para Pêcheux (2012) trata-se de um “real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (p. 43).

intradiscurso, materializado na/pela tatuagem) intervêm a ideologia e os efeitos imaginários num gesto interpretativo do sujeito que deseja se tatuar.

Chegamos assim à noção de sujeito, necessária a ser pensada no próximo capítulo.

3 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE DA AD

A Análise de Discurso, teoria basilar desta dissertação, situa-se entre os campos do conhecimento da Linguística, da História e da Psicanálise. Nessa perspectiva, levamos em conta o social a partir de uma abordagem que entende a língua como base material do discurso e a trabalha como processo discursivo, inscrito na história, cujo funcionamento está ligado às condições extralinguísticas e ao sujeito, este duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente.

A necessidade de Pêcheux em trabalhar com uma teoria da subjetividade diz respeito à concepção de linguagem, utilizada na época, que a reduzia a um instrumento de comunicação. Segundo Paul Henry (1990/2010), “é justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso e tentou elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este” (p. 26). Até este momento, no desenvolvimento da ciência linguística, marcada, principalmente, pelos estudos de Saussure no “Curso de Linguística Geral”, a língua era estudada em suas modalidades normativas e descritivas, em que se excluía a fala e, conseqüentemente, o sujeito e a exterioridade.

Nesse caminho, ainda conforme as explicações de Paul Henry (1990/2010), Pêcheux pretendeu trabalhar as relações entre o que podemos chamar de ‘sujeito da linguagem’ e ‘sujeito da ideologia’. Reproduzindo o autor, Pêcheux “trata, precisamente, de discernir mais claramente as relações entre esses dois sujeitos, ou seja, as relações entre a ‘evidência subjetiva’ e a ‘evidência do sentido’, [...] e coloca o discurso entre a linguagem e a ideologia” (p. 36) para observar os efeitos de sentidos decorrentes de um processo discursivo num contexto sócio-histórico.

Existem muitas maneiras de se estudar a linguagem, mas na perspectiva da AD, o que interessa é o discurso, como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Orlandi (2012c) explicita que, a Análise de Discurso trata do discurso, e segundo a autora, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (p. 15), sua capacidade de significar e significar-se.

No entendimento de Grigoletto (2007), “os analistas de discurso defendem uma concepção de língua capaz de deslizos, de falhas, ou seja, atravessada pela incompletude, heterogênea, que não toma o sentido como algo já dado, mas que é construído na relação do sujeito com o histórico e com o ideológico” (p.29) e, acrescentamos, afetado pelo inconsciente.

Entendendo que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua e/ou o corpo, ao analisar nosso objeto teórico-analítico, trabalhamos a relação língua-discurso-ideologia, pois acreditamos, seguindo as orientações pècheuxianas, que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, pois o indivíduo é desde sempre interpelado em sujeito e é assim que a língua faz sentido (cf. ORLANDI, 2012c. p. 17).

Diante do exposto, por meio dessa teoria interpretativa é que buscamos compreender como a tatuagem produz sentidos, e como estes são atribuídos por sujeitos.

3.1 O SUJEITO

Partimos do pressuposto que não há sentido evidente porque as palavras são revestidas de opacidade, e nem o sujeito é intencional. Os sentidos, os sujeitos e os discursos não são transparentes, pois estão submetidos às determinações histórico-sociais. O discurso, portanto, é efeito de sentidos entre locutores (PECHÊUX, 1990/2010) e define-se como um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto.

Nesse caminho, a língua não é fechada em si mesma, aqui é o lugar da incompletude, tampouco o discurso é visto com uma liberdade em ato. Em ambos, na língua e no discurso, existe uma sistematicidade não homogênea que são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. Desta forma, “a língua é assim condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2012c, p. 22).

O sujeito, nessa perspectiva, não é nem dono nem fonte daquilo que diz; ao contrário, encontra-se submetido ao inconsciente e à ideologia, vivendo na ilusão de subjetividade. Orlandi (2012c) defende que o sujeito só tem acesso a parte do que diz e ainda, a autora

retoma que, não se pode pensá-lo como origem de si porque o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ou seja, o sujeito é dividido desde sua constituição. Para explicarmos essa ilusão, utilizamos o estudo de Haroche (1992), quando trata do assujeitamento do sujeito. No entendimento da autora, “o assujeitamento, ligado à ambiguidade do termo sujeito, exprime bem esta ‘fixação’ de liberdade e de vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete” (idem, p. 178).

Nesse caminho de se pensar o sujeito, trazemos também o estudo de Indursky (1992), pois, a nosso ver, suas palavras sintetizam a questão da constituição do sujeito, de seu assujeitamento e das PS. Segundo ela:

Com a AD, a categoria de sujeito deixa de ser idealista, pois entende-se que esta categoria é interpelada ideologicamente e o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Essa visão “individualizada”, contudo, não transforma esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois trata-se de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso (idem, p. 17).

Sendo assim, não é concebível, na Análise de Discurso, a noção psicológica de sujeito empírico, coincidente consigo mesmo. A respeito, Orlandi (2012c) escreve que:

... ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se)produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (p. 49).

No caso do presente trabalho, como vimos ao longo do texto, o corpo é a materialidade do discurso, este apreendido por meio da sua textualização na tatuagem. Discurso que instiga os sujeitos à busca utópica de um corpo belo e individualizado em suas condições sócio-históricas. É o discurso do corpo possível de ser (re)inventado, moldado e criado através de vários procedimentos/intervenções, dentre eles a tatuagem. Orlandi (2012g) destaca que a relação do sujeito com seu corpo aparece como transparente, mas não é, pois “língua, sujeito e história não têm transparência porque têm materialidade. Em sua relação contraditória. E estão afeitos ao funcionamento da ideologia” (p. 86).

No texto, a autora acrescenta que o sujeito tem sua materialidade, “significando ‘o’ e significando-se ‘no’ espaço urbano, que havia uma especificidade em seu processo de significação que se relacionava fortemente ao seu corpo” [grifos da autora] (p. 86). Nesse entendimento, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia produz uma forma de sujeito histórica com seu corpo que é social. Ainda segundo o estudo da autora, o corpo do sujeito está ligado ao corpo da cidade, ao corpo social, e, isto é constitutivo, é parte do processo de significação e não apenas algo exterior a ele.

O assujeitamento do sujeito não é quantificável, conforme lembra Orlandi (2012e), em texto distinto. Segundo ela, o assujeitamento “diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história” (p. 100). Em outras palavras, para dizer ou para realizar o gesto de tatuar-se, o sujeito se submete à língua, sem isto, não teria como subjetivar-se.

Dessa forma, sentidos e sujeitos se constituem ao mesmo tempo. Para a autora supracitada, a forma sujeito histórica tem a sua materialidade e o indivíduo, interpelado em sujeito, tem também seu corpo interpelado. Nas suas próprias palavras, “a ideologia, como sabemos, na perspectiva discursiva, é uma prática e esta prática envolve, afeta e faz parte do processo de significação do corpo do sujeito” (ORLANDI, 2012g, p. 87). Assim, ao textualizar seu corpo, os sujeitos transitam na sociedade, deslocando-se na história.

Pois bem, os sentidos e os sujeitos se constituem concomitantemente através de jogos simbólicos em que aparece o equívoco como trabalho da ideologia. Dito de outra maneira, as palavras-tatuagens adquirem sentidos, através do uso pelo sujeito, que se dá por meio de esquecimentos³⁷ necessários e estruturantes para a sua constituição como também para a constituição do próprio sentido. Posto isso, como poderíamos, no nosso caso, levar em conta uma Cartilha de Orientação Policial que cristaliza sentidos a algumas tatuagens?

A resposta poderia ser pensada através da citação de Orlandi (2012c):

É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que

³⁷ Trata-se dos esquecimentos número 1 e número 2, de que nos fala Pêcheux. Usando as palavras de Orlandi (2012c) para explicar as noções, temos o seguinte: “o esquecimento nº 2 é da na ordem da enunciação, ou seja, ‘todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da FD que o domina, [...] formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase’ (PÊCHEUX, 2009, p. 161). E o esquecimento nº 1, também chamado esquecimento ideológico, ‘é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia’” [grifos da autora] (p. 35).

sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas ao mesmo tempo, sempre outras (p. 36).

É nesse processo, em que cada vez que se diz uma palavra mexe-se na rede de filiações dos sentidos, que estes são sempre suscetíveis de tornarem-se outros. Desse modo, os sentidos e os sujeitos se movimentam, fazendo seus trajetos, se significando e se (re)significando. Visto isso, é possível entendermos que não haveria movimento possível se o real da língua não estivesse aberto à falha e o real da história não fosse passível de ruptura. Talvez seja redundante escrevermos que, assim como as nossas palavras, nosso corpo já vem significado, ou seja, pensando ideologicamente, tem-se uma imagem social do corpo, seja ele, corpo de mulher, de homem, de pobre, de rico etc., em que existem sentidos estabelecidos e determinados que o condiciona. Diante disso, poderíamos continuar os questionamentos acerca da Cartilha de Orientação Policial... se já existe um imaginário social sobre o corpo dos sujeitos que promove sua identificação e, conseqüente, discriminação, precisariam, os PMs, se utilizarem de uma marca estética?

Usando as palavras de Orlandi (2012g), “não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais para a forma com que ele se individualiza” (p. 93). O corpo do sujeito é, nessa perspectiva, parte do corpo social tal como ele está significando na história, ou melhor, entendemos que o sujeito relaciona-se com seu corpo já atravessado por uma memória, e não de forma objetiva.

Nessa maneira de considerar a produção de sentidos, não se banaliza a noção de criatividade dos sujeitos. O que ocorre é o jogo, é o movimento dos sentidos, entre a paráfrase e a polissemia, atestando o confronto entre o simbólico e o político no seu dizer, materializado pela língua, onde opera a ideologia.

Com relação à tatuagem, Orlandi (2004) salienta que há sujeitos que gostam de comprar uma joia e há aqueles que gostam de tatuar o próprio corpo. É possível encontramos testemunhos que nos mostrem essa relação do sujeito com seu corpo e com a tatuagem – “sinal que o ser humano não para de explorar-se simbolicamente” (idem, p. 120) –. A tatuagem como forma de significar o corpo pode ser índice de outro modo do sujeito viver no social, pois ao apropriar-se do seu espaço (corpo), publiciza sua presença por meio da textualização da *tattoo*.

Nesse sentido, importa pensarmos também, as condições de produção em que o sujeito está inserido, na medida em que, ao ser praticado o gesto de tatuar-se em CPs específicas, produz-se efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas. Na AD, as CPs levam em conta os sujeitos (locutor e interlocutor partícipes da interlocução), a situação (o contexto imediato, as circunstâncias da enunciação), o contexto histórico-social (que diz respeito ao contexto ideológico) e a memória do dizer (interdiscurso). Afinal, o contexto extralinguístico influencia também a relação locutor/interlocutor no processo discursivo (cf. ORLANDI, 2012c).

Diante do até aqui posto, podemos compreender que uma teoria não subjetiva da subjetividade, como a AD, trabalha com um sujeito dividido, uma vez que sua inscrição numa formação discursiva se faz pelo viés de posições de sujeito. Nesse sentido, recorrendo ao legado de Pêcheux, compreendemos que “qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção” (HENRY, P., 2010, p. 31). Desta forma, pensando na linguagem como algo exterior ao sujeito, é através dela que se define a sua posição, de todo o sujeito possível. Orlandi (2012c), referindo-se ao pensamento foucaultiano, destaca que não há uma forma de subjetividade, “‘mas um lugar’ que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz: é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz” (p. 49).

Reparem que se trata do lugar imaginário que o sujeito ocupa, mesmo que esse processo de representação, resultante de sua entrada no simbólico, seja apagado. Como aponta Mariani (1998), “o que se mostra como evidência para o sujeito, isto é, evidência de uma “entidade”, encobre sua interpelação-identificação pelos processos sócio-ideológicos” (p. 89). Esta afirmação da autora é sustentada em Pêcheux (1988), segundo o autor:

sob a *evidência* de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “ideias”, minhas intenções, meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é, X, o quidam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas [grifos do autor] (PÊCHEUX, 1988, p. 159 apud MARIANI, 1998, p. 89).

Podemos entender, então, a existência de um processo de interpelação-interpretação constituído pela ordem do significante enquanto fundamento do simbólico. Trata-se de um processo que funciona como ponto de ancoragem para o sujeito, onde este está desde sempre,

determinado na rede de significantes que o antecede, o que, na psicanálise lacaniana, significa estar assujeitado ao outro/Outro. Noutros termos, “é como se nós, sujeitos de linguagem, falássemos e interagíssemos como fantoches, nossa fala e gestos ditados por algo sem nome que tudo impregna” (ŽIŽEK, 2010, p. 16). Em suma, o sujeito da AD não é portador de escolhas e/ou intenções e a subjetividade não é centrada nele – ele é concebido como um sujeito da ordem do inconsciente.

Para recapitularmos o que tentamos explicitar sobre a subjetividade, trazemos Haroche (1992). Em suas formulações, a subjetividade trata-se de “uma vontade sem limites e uma submissão sem falhas” (p. 51). Nessa perspectiva, o sujeito teria toda a liberdade para melhor assujeitar-se, o sujeito pensa assumir posições pessoais, quando, de fato, assume posições afetadas ideologicamente. Por conta disso, se faz pertinente, nesse momento, refletirmos sobre a inscrição dos sujeitos em determinadas formações discursivas e o funcionamento das mesmas, pois os sujeitos tatuados sofrem os efeitos das relações de força reguladas internamente por uma forma-sujeito e externamente pela tensão com outras FDs, sendo determinado a eles o que se diz e o que não se diz, ou deslocando para o nosso objeto de estudo, o que se desenha e o que não se desenha e, mais, onde se desenha.

3.2 SUJEITO TATUADO *VERSUS* SABERES DA CARTILHA: EXPLICITANDO A FD QUE ESTÃO INSCRITOS

Com vista à produção de sentidos das tatuagens, estes produzidos por duas instâncias distintas, uma representada pela PM do Estado da Bahia e, a outra, por sujeitos tatuados que desconhecem a Cartilha, cujo imaginário que perpassa as duas representações se apresenta como díspares, acreditamos ser pertinente a nosso estudo tratarmos das FDs.

Cazarin (2014), referenciando Orlandi (2006), escreve que “não há uma essência do sentido – ele é sempre uma relação que tem a ver com o conjunto de formações discursivas” (p. 18 apud CAZARIN, 2014, p. 5). É isso que leva Cazarin (2014) a ressaltar que embora a FD seja determinada pelo interdiscurso, esta se configura como um gesto de interpretação do analista.

Dito de outra maneira, a autora retoma sua citação explicando que a configuração da formação discursiva é de responsabilidade do analista, que precisa considerar a historicidade do discurso que está sendo analisado; portanto, utilizando-nos das suas palavras “não seria, como postulam alguns, o gênero discursivo que iria definir essa questão” (CAZARIN, 2014, p. 11). Ainda para a autora, é o olhar do analista que delimita a FD, mas não pode ser qualquer olhar, pois é preciso que o discurso sustente teoricamente a configuração da FD.

É preciso também que entendamos, na concepção da autora citada, que uma FD está submetida a um princípio organizador, seja ele a ideologia, concebido como uma unidade dividida em relação a si própria. Nessa perspectiva, não é possível cristalizar a FD, há que lembrarmos, a partir dos ensinamentos pêcheuxianos, “que não há ritual sem falhas e que esta falha permite que novos saberes sejam inscritos, obedecendo ao princípio da transformação – é esta falha no ritual que conduz o sujeito do discurso a apropriar-se de saberes alheios e inseri-los no âmbito de uma FD –” (CAZARIN, 2014, p. 12).

Em relação ao processo de configuração de uma FD, essa autora lembra que

Pêcheux, em vários textos, possibilita-nos a compreensão de que é o interdiscurso que delimita o conjunto do dizível e que uma FD existe historicamente no interior de determinadas relações de classe e deriva de condições de produção específicas; uma FD, segundo ele, identifica um domínio de saber e dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao interdiscurso das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988, p. 161-62 apud CAZARIN, 2014, p. 7-8).

Diante do exposto, cabe-nos refletir acerca da FD, a partir dos pressupostos teóricos da AD, tanto da que abriga sentidos estanques na Cartilha de Orientação Policial, destinada aos PMs que trabalham no policiamento urbano, como da FD que abriga diferentes sentidos mobilizados por sujeitos desejantes, sempre lembrando que os sujeitos inscritos em cada uma dessas FDs são duplamente afetados – pela ideologia e pelo inconsciente –. Para Pêcheux (1988/ 2009a), “chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina ‘o que pode e deve ser dito’” [grifo do autor] (p. 147).

Sendo assim, uma saída para pensarmos as FDs, de nossa pesquisa, poderia se dar pelo viés do processo discursivo que cada instância se utiliza para a produção de sentidos, pois as

posições que cada uma assume, mobilizam um saber que remete a alguns sentidos e não a outros. De um lado, temos sentidos cristalizados numa Cartilha orientacional, atribuídos por um órgão público (AE), representada e elaborada por um Tenente PM (PS), a partir de um lugar social atrelado ao Estado e ainda, publicada pela Secretaria de Segurança. De outro lado, temos sentidos variados atribuídos por diferentes sujeitos de distintas classes sociais, mas que, em relação às tatuagens, entendemos que se inscrevem em um mesmo regime de saberes. Nas duas instâncias, o sentido, ao ser dito de uma maneira e não de outra, produz o sentido “x” e não “y”.

Nesse caminho, se bem lemos Pêcheux (1988/2009a), podemos pensar que são “‘domínios de pensamento’ diferentes que se constituem sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer...” [grifo do autor] (p. 148). Dessa forma, a nosso entender, os sentidos das tatuagens podem significar diferentemente porque, ao serem atribuídos por distintos sujeitos circunscritos em FDs divergentes, fazem uso de campos de saber diferentes, o que nos chama a atenção, outra vez, para a elaboração de uma Cartilha que estabelece sentidos *a priori*.

Pêcheux (1988/2009a), ainda assinala que

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas [grifos do autor] (p.149).

No caso de nossa pesquisa, acreditamos que se tratam de duas FDs. Uma que denominamos de “formação discursiva estatal”, que abriga os saberes de sujeitos PMs, cujos sentidos produzem efeitos fixos a algumas tatuagens; e outra, que denominamos “formação discursiva dos sujeitos tatuados”, que abriga os saberes de sujeitos tatuados, em especial, dos que a pesquisa contempla.

Segundo Orlandi (2012c),

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso (p. 43).

Nessa perspectiva, “aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (p.43). Por isso, é que pensamos em duas FDs, na medida em que o sentido da *tattoo* produzirá efeitos diferentes quando visto/lido/interpretado por PMs e/ou por sujeitos tatuados. “Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, 2012c, p. 43). Fazendo uma paráfrase dessa citação de Orlandi (2012c), para refletir sobre nosso objeto de pesquisa, podemos afirmar que as tatuagens não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem os sujeitos a elas relacionados..

Na visão de Berger (2009), a tatuagem pode ser explicada por razões rituais e/ou estéticas, indicando ritos propiciatórios, marcas tribais, signos de status social, ritos de passagem etc. Sendo assim,

É fundamental percebermos que estas marcas, por si sós, nada dizem, ou seja, elas só podem ser entendidas dentro do contexto sócio-cultural em que foram produzidas. O sentido de cada marca será dado em função do seu significado cultural, que pode mudar de lugar para lugar. Por exemplo, as tatuagens fazem referência direta a relações sociais, como o amor à mulher, aos pais, a animais de estimação, elogios, a facções sociais, que só adquirem sentido em sociedades específicas (p. 67).

Desse modo, os sujeitos inscritos na “FD estatal” serão afetados pelos saberes dessa FD, reproduzindo tais saberes que funcionam como um procedimento para estabelecer normas para lidar com sujeitos que apresentem tais tatuagens – o que ocorre com os PMs –; já os sujeitos inscritos na “FD dos sujeitos tatuados” mobilizarão outros sentidos ao tatuarem-se. Em virtude disso, compete-nos pensar sobre a possível institucionalização da Cartilha, se os sentidos que nela contém não produzem os mesmos efeitos em todos os sujeitos que se tatuaram com índia, Jesus Cristo, diabo, carpa, gnomo, São Jorge e demônio da tasmânia, por exemplo.

Portanto, podemos observar que a representação que os sujeitos entrevistados têm da sua *tattoo* não confere com a representação da PM acerca da mesma. Registramos ainda que para muitos sujeitos, de uma determinada sociedade, algumas tatuagens não fazem nenhum sentido porque, em sua memória discursiva, esses sujeitos não foram afetados pelo processo de significação.

A este respeito, Leitão (2003) já abordava sobre os possíveis estigmas da tatuagem. De acordo com ela,

As representações sobre a pessoa que porta a marca da tatuagem, nesse caso, envolvem ideias sobre promiscuidade sexual, uso de drogas, e outras práticas que podem fazer com que seja percebida como “duvidosa”, ou “doente”. A marca funcionaria, nesse sentido, como uma espécie de estigma (cf. GOFFMAN, 1988) capaz de, na interação entre os sujeitos, fazer com que a pessoa que a porta seja interpretada e classificada, e nesse caso rotulada a condutas supostamente ligadas à marginalidade (p. 9).

Para Orlandi (2012c), as FDs “podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (p.49). Nesse entendimento, o interdiscurso disponibiliza já-ditos que constituirão um FD em relação a outra. Os sentidos, por sua vez, dependem de relações constituídas nas/pelas FDs. No entanto, conforme escreve a autora, “é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas” (p. 44).

O “jogo” entre FDs, mencionado por Cazarin (2005), remete o discurso à exterioridade, ou seja, trazendo sua própria formulação,

remete [...] à relação com o interdiscurso, com o outro (discurso-outro) – o entrelaçamento do intradiscurso com o interdiscurso remete o dizer do sujeito ao outro que é constitutivo desse dizer. É nele que a questão da heterogeneidade interessa à AD, uma vez que todo discurso mantém relações com outros discursos (os quais exclui, inclui, pressupõe etc.), relações estas determinadas pelo interdiscurso (cf. ORLANDI, 1990, p. 38-44). Assim, o que importa é romper analiticamente a aparente homogeneidade discursiva para fazer vir à tona sua heterogeneidade fundante (idem, p. 91-92).

Diante do escrito até aqui, também entendemos que as FDs por nós configuradas se apresentam com fronteiras instáveis e que se constituem de forma heterogênea, pois comportam diferentes posições-sujeito em seu interior. Posições essas que atestam diferentes formas de relacionamento com o sujeito histórico (forma-sujeito) de cada uma delas. É nessa concepção que nos pautamos para a realização de nossa metodologia de análise e, por conseguinte, das análises que serão apresentadas no capítulo 5.

4 DO DISPOSITIVO TEÓRICO AO DISPOSITIVO ANALÍTICO

Não se trata de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê (MARANDIN, J. M. apud PÊCHEUX, 1983, p. 291).

Pêcheux (1983) defende a tese de que a Análise de Discurso não pretende se instituir especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, ao contrário, enquanto uma teoria interpretativa pretende construir procedimentos, expondo o leitor a níveis opacos à ação estratégica (mas, retomamos que inconsciente) de um sujeito. No caso do nosso estudo, são estratégias utilizadas de um lado por um AE e, de outro, por sujeitos tatuados.

Salientamos que, “não se trata de uma leitura plural”, como expressa Pêcheux (1983). Precisamos, na qualidade de analista trabalhar de maneira despojada e responsável, nunca isento, porque na leitura do *corpus* coletado já há interpretação. Na nossa prática de leitura empreendida aqui, não cabe a nós o papel de atribuir sentido(s) às tatuagens dos sujeitos entrevistados, mas de explicitar como um objeto simbólico produz sentidos, o que implica saber, conforme escreve Orlandi (1996), “que o sentido sempre pode ser outro, porém não pode ser qualquer um, pois não dá para ler o que o texto não nos permite” (p. 64).

Daí nosso compromisso político, conforme aponta Mittmann (2007). Utilizando-nos da sua formulação a este respeito, podemos entender que

o analista do discurso, diante da realidade social em que vive, ao pensar a metodologia de análise, não pode colocar-se como um copista reafirmador de posicionamentos da elite política e mercantil. Não pode confirmar consensos de objetividade e estatísticas reafirmadoras dos dizeres legitimados. Ao contrário, precisa desvendar aquilo que é imposto como evidência (idem, p. 154).

Nessa perspectiva teórica, não buscamos um sentido verdadeiro que estaria oculto nas tatuagens, como se tivéssemos uma chave que abriria a porta do segredo. Trata-se de desvendar os processos discursivos que levam às imposições como evidência, bem como o

que esses mesmos processos deixam de fora (cf. MITTMANN, 2007). Para isso, ocupamo-nos da investigação a fim de compreender a formulação dos sentidos, construindo uma metodologia que se sustente e que seja capaz de sustentar nossas análises.

Orlandi (2012c) lembra que, “face ao dispositivo teórico da interpretação, há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso” (p. 27). Nesse ínterim, gostaríamos, a partir desse momento, de explicarmos como construímos a metodologia desta dissertação.

4.1 O ARQUIVO, O *CORPUS* E A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA

O arquivo³⁸ que compõe nossa pesquisa refere-se a imagens de tatuagens contidas na *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens*: desvendando segredos, dentre elas selecionamos algumas que nos despertaram maior interesse, como as *tattoos* de índia, Jesus Cristo, diabo, carpa, gnomo, São Jorge e demônio da tasmânia, e também, as fotografias das mesmas tatuagens selecionadas na Cartilha de sujeitos tatuados. Faz parte também do arquivo, as considerações sobre elas, coletadas por meio de uma entrevista oral semi-estruturada com preponderância à aberta.

Para explicarmos melhor a entrevista oral semi-estruturada que realizamos com os sujeitos, esclarecemos, primeiramente, que o que nos interessou foram as considerações sobre a tatuagem do sujeito entrevistado. Nesse sentido, a metodologia aplicada não foi de perguntas e respostas, pois acreditamos que restringiríamos as possibilidades de respostas dos sujeitos. A partir da explicitação da pesquisa, foi apresentado um roteiro sobre alguns pontos necessários a serem falados, mas isto foi somente um ponto de partida para o sujeito apoiar-se. Na entrevista realizada³⁹, os sujeitos puderam utilizar o tempo que entenderam necessário para se expressarem sobre sua tatuagem e o sentido que a ela atribuem. Resolvemos denominar entrevista oral semiestruturada por haver, em alguns momentos, interferência da

³⁸ No entendimento de Orlandi (2012b), “há um dispositivo teórico estabelecido pela teoria do discurso e há o dispositivo analítico construído pelo pesquisador em seu campo de pesquisa” (p. 52). No dispositivo analítico mencionado contam: a questão formulada, o material coletado (que denominamos arquivo), a maneira como foi construído o objeto discursivo a partir do *corpus* constituído, a delimitação e montagem do material de análise (recortes) e as noções que foram mobilizadas. Dessa forma, segundo as concepções da autora, “o analista vai formular os resultados no batimento entre descrição e interpretação” (ORLANDI, 2012b, p. 52).

³⁹ As entrevistas foram gravadas através do aplicativo para gravação de voz num telefone celular Smartphone Dual Chip Samsung Galaxy e, posteriormente, transcritas para fazerem parte do arquivo da nossa pesquisa. Talvez, seja necessário salientarmos que todas as etapas da entrevista foram realizadas por uma das autoras desta dissertação, Naiara Souza da Silva.

parte do analista, a fim de engendrar considerações mais elaboradas dos sujeitos entrevistados que demonstravam certa timidez ao serem gravados.

O modelo de roteiro foi aplicado da seguinte maneira: “Fale-me, de maneira bem simples, sobre a tatuagem que tens, o lugar do corpo que ela está localizada, como o desenho foi escolhido e a motivação que tiveste no gesto de se tatuar; quando tatuou-se e por quê; como também, o significado da *tattoo* para ti e o significado dela na sociedade, se já ouviste as pessoas atribuírem sentidos sobre ela”.

Em suma, esta entrevista destinou-se a recolher informações sobre as tatuagens que os sujeitos têm materializadas em seu corpo. Para que esta etapa pudesse acontecer, o projeto da presente dissertação foi submetido ao sistema da Plataforma Brasil⁴⁰, e, posteriormente, foi aprovado para possível continuidade, sob o número de aceite CAAE: 37308814.7.0000.5339. Dessa forma, os sujeitos participantes foram convidados a participar desta pesquisa como voluntários, nas condições de sigilo de identidade (por isso os nomeamos sujeito 1, sujeito 2, sujeito 3, sujeito 4 e sujeito 5), e mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

De posse das entrevistas, à medida que a leitura do arquivo se verticalizava, fomos percebendo, nos processos discursivos em pauta, distintas relações na forma de lidar com o sentido das tatuagens entre a Cartilha e os sujeitos entrevistados e também, diferenças entre os próprios sujeitos entrevistados. Tal funcionamento instigou-nos por tratar-se de saberes que circulam na sociedade, e alguns, como, no caso da Cartilha, delimitam lugares sociais, ou melhor, delimitam (pré)conceitos acerca de sujeitos que possuem as tatuagens por ela contempladas.

Sobre a verticalização, importa explicarmos que não efetuamos uma análise exaustiva, tentando dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos, procurando, como escreve Mittmann (2007), “acionarmos nossa habilidade de arqueólogos, buscando, resgatando, selecionando, isolando, relacionando, agrupando e organizando recortes” (p.153).

A respeito, Orlandi (2012c) afirma que

⁴⁰ A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Fonte: Disponível em: <<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/>>.

A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata dos “dados” como meras ilustrações. Trata dos “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva (p. 63).

Nesse caminho, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas. Não interessa, nessa teoria interpretativa a qual nos filiamos, o número de fotografias e entrevistas que coletamos, e sim interessa-nos entender aquelas que estão de acordo com os objetivos da pesquisa, obedecendo aos critérios que decorrem dos princípios teóricos, que permitem chegar à sua compreensão. Recorrendo a autora citada, ela discorre que “esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam à demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (ORLANDI, 2012c, p. 63).

Dessa forma, praticamos o gesto de leitura e interpretação do *corpus* discursivo com interesse de refletir e relacionar aos objetivos propostos, compreendendo as tatuagens enquanto gestos simbólicos de diferentes sentidos materializados no corpo de sujeitos. Percebemos, conforme o alerta de muitos de nossos professores e pelas leituras de Orlandi (2012c), que, na medida em que foi acontecendo um primeiro trabalho de análise, retomamos conceitos e noções, num ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise.

Mittmann (2007) enfatiza que:

por nosso objeto de análise ser um objeto teórico, é preciso ressaltar que a teorização determina o procedimento metodológico, da mesma forma que este nos faz refletir sobre a teoria. E ambos levam à constituição do *corpus*, o que significa dizer que o *corpus* não está dado, mas é construído pelos gestos do analista de pôr unidades em contato, selecionar sequências, agrupá-las em blocos, voltar à teoria para, a partir dela, construir recortes, relacioná-los e, a partir deles, repensar a teoria, num movimento em espiral de retomadas de aspectos metodológicos e teóricos (p. 155).

Nas constantes visitas ao arquivo, compreendemos dois funcionamentos distintos com relação ao sentido, ou seja, apresentavam-se duas instâncias contrapostas. Dito de outra maneira, estávamos diante de campos de saberes diferentes que mobilizam sentidos “x” ou “y” e, isto nos possibilitou a configuração de duas formações discursivas que denominamos

“FD estatal” e “FD dos sujeitos tatuados”. Configuradas as FDs, procuramos compreender como os sentidos são produzidos e como funcionam no interior das mesmas.

No gesto de leitura/interpretação/descrição empreendido, concebemos as tatuagens enquanto textos repletos de significações, formulações desenhadas através da rede de filiações de sentidos que deve ser visto em suas condições sócio-históricas, inscritos numa FD, produzindo alguns efeitos de sentido e não outros. Trabalhamos, assim, as etapas da análise, nas quais observamos os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua, quer dizer, lembramos que no nosso trabalho, a materialização é na carne, na própria pele do sujeito.

E assim, selecionamos e relacionamos para uma possível análise, quatro sequências discursivas, as quais duas são representativas da “FD estatal” e compõem o primeiro recorte⁴¹ e, as outras duas, são da “FD dos sujeitos tatuados”, compondo o segundo recorte. Nosso objetivo é explicitar as diferenças entre a discursividade dos mesmos, num procedimento de contraposição dos sentidos atribuídos pelas duas instâncias em análise. Fizemos isso, ancoradas nos ensinamentos pècheuxtianos, segundo os quais a análise precisa buscar num mesmo batimento, a descrição e a interpretação, relacionando as pistas linguísticas e as marcas enunciativas às condições de produção.

A análise, portanto, será apresentada em dois recortes, cada um composto por duas sdr:

Recorte 1 – O discurso da “FD Estatal”	Recorte 2 – O discurso dos sujeitos tatuados
Sdr 1: Tatuagem de demônio da tasmânia apresentada pela Cartilha de Orientação Policial	Sdr 3: Considerações do sujeito entrevistado (sujeito 2) sobre a sua tatuagem de demônio da tasmânia
Sdr 2: Tatuagem de Jesus Cristo apresentada pela Cartilha de Orientação Policial	Sdr 4: Considerações do sujeito entrevistado (sujeito 4) sobre a sua tatuagem de Jesus Cristo

⁴¹ De acordo com o que escreve Orlandi (1984): “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem - e - situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (p. 14). Nesse sentido, compreendemos o recorte como resultado de um trabalho de construção teórica, que não se dá de forma automática nem pré-determinada. Ainda segundo a autora, nos recortes não há passagem automática entre as unidades e o todo que elas constituem, mas através delas chega-se à representação das relações textuais referidas às condições em que foram produzidas. É nessa perspectiva que utilizamos a noção de recorte como unidade discursiva.

Para finalizarmos, antes de procedermos às análises, reforçamos as instruções de Orlandi (2012d), quando sublinha que o analista de discurso não faz interpretação, ele compreende a interpretação do outro.

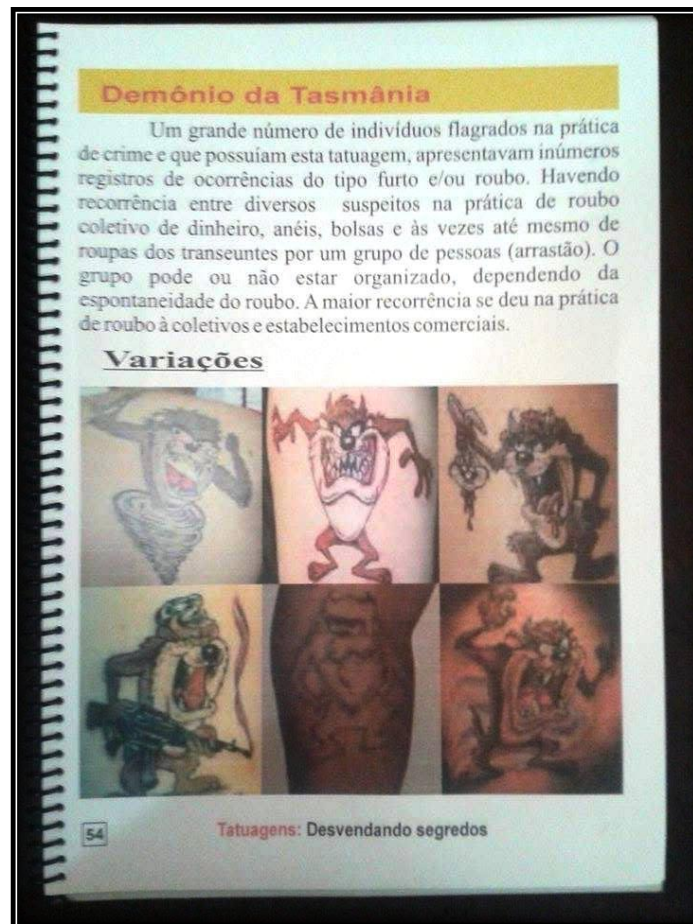
5 UMA POSSÍVEL ANÁLISE

5.1 RECORTE 1 – O DISCURSO DA FD ESTATAL

Este recorte está composto por duas sequências discursivas representativas dos saberes da Cartilha. As sdr da “FD Estatal” que selecionamos para compor o nosso *corpus* discursivo de análise, são as seguintes:

Sdr 1⁴²

Figura 15

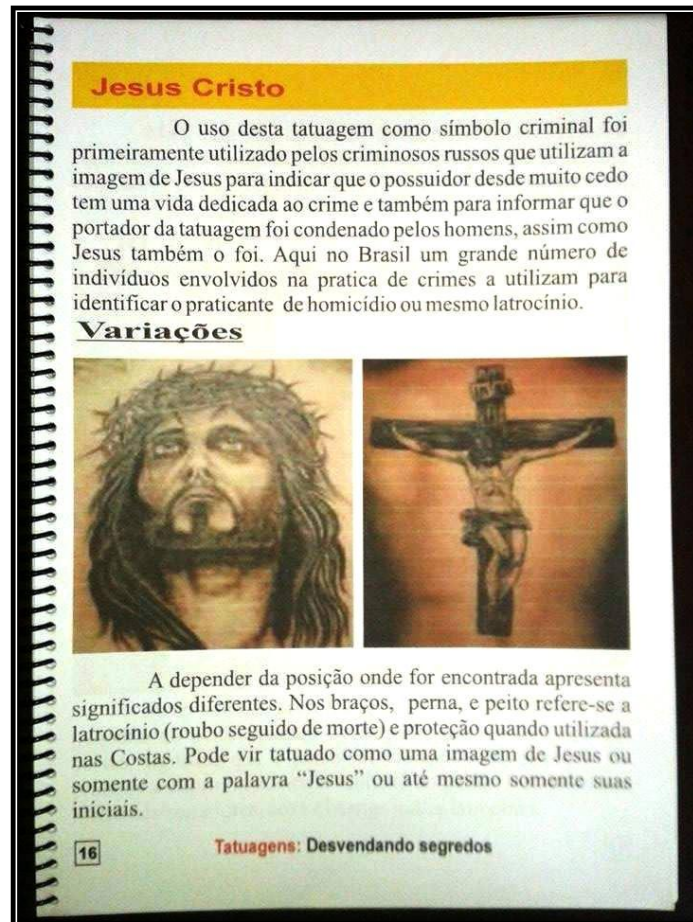


Fotografia da tatuagem do demônio da tasmânia – tirada em: 5 de junho de 2014

⁴² Reproduzimos o texto que constitui o recorte: “Um grande número de indivíduos flagrados na prática de crime e que possuíam esta tatuagem, apresentavam inúmeros registros de ocorrências do tipo furto e/ou roubo. Havendo recorrência entre diversos suspeitos na prática de roubo coletivo de dinheiro, anéis, bolsas e às vezes até mesmo de roupas dos transeuntes por um grupo de pessoas (arrastão). O grupo pode ou não estar organizado, dependendo da espontaneidade do roubo. A maior recorrência se deu na prática de roubo a coletivos e estabelecimentos comerciais” (SILVA, 2011, p. 54).

Sdr 2⁴³

Figura 16



Fotografia da tatuagem de Jesus Cristo – tirada em: 15 de agosto de 2014

As duas tatuagens, demônio da tasmânia e Jesus Cristo, ambas incluídas na *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens: desvendando segredos*, são sequências discursivas representativas do nosso arquivo cujo funcionamento apresenta uma regularidade discursiva que atribui sentidos estanques as mesmas.

⁴³ Reproduzimos o texto que constitui o recorte: “O uso desta tatuagem como símbolo criminal foi primeiramente utilizado pelos criminosos russos que utilizam a imagem de Jesus Cristo para indicar que o possuidor desde muito cedo tem a vida dedicada ao crime e também para informar que o portador da tatuagem foi condenado pelos homens, assim como Jesus também o foi. Aqui no Brasil, um grande número de indivíduos envolvidos na prática de crimes a utiliza para identificar o praticante de homicídio ou mesmo latrocínio. A depender da posição onde for encontrada, apresenta significados diferentes. Nos braços, perna e peito refere-se a latrocínio (roubo seguido de morte) e proteção quando utilizada nas costas. Pode vir tatuado como uma imagem de Jesus ou somente a palavra ‘Jesus’ ou até mesmo suas iniciais” (SILVA, 2011, p. 16).

Fazendo uso das palavras de Orlandi (2012c), atentamos para o fato de que “os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (p. 30). Dessa maneira, entendemos que o contexto extralinguístico influencia na produção dos sentidos apresentados pela Cartilha, tais como: na sdr 1, teríamos supostamente um sujeito ladrão e na sdr 2, teríamos supostamente um sujeito ladrão e assassino.

Nas sdr trazidas, temos, como elucidado por nós outras vezes, uma Cartilha elaborada por um PM, endereçada aos colegas PMs para ensiná-los o que cada tatuagem significa e publicada por uma instituição que deveria representar todos os sujeitos de uma sociedade, sem discriminação. Este contexto amplo possibilita a realização/manutenção de tais efeitos de sentido, de forma que os sujeitos envolvidos – Tenente PM responsável pela confecção da Cartilha e Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – são aqueles que organizam o poder, difundindo posições hierárquicas na sociedade em que vivemos.

Nesse contexto, há um imaginário que perpassa essa FD, produzindo imagens dos sujeitos tatuados e das suas respectivas *tattoos*. Essas imagens significam na medida em que constituem as diferentes posições aqui assumidas, P-S PM, P-S tatuado, P-S criminoso, P-S inocente, ou ainda, retomando as sequências discursivas analisadas, P-S ladrão e P-S assassino. Precisamos acrescentar que estas imagens mobilizam um dizer que remete a sentidos cuja memória os filia a discursos preconceituosos.

Retomando a noção de formação social, desenvolvida no capítulo 1, lembramos que a utilização de uma Cartilha de Orientação Policial pode estar atrelada ao funcionamento da ideologia, tal como se refere Pêcheux (2010/1990), de modo que seu uso mantém as diferenças necessárias a uma sociedade dividida em classes. Recuperando a leitura althusseriana, a Cartilha estaria “ensinando ‘saberes práticos’ mas, em moldes que asseguram a ‘sujeição à ideologia dominante’ ou o manejo da prática desta” [grifos do autor] (ALTHUSSER, 1970, p. 22). Nesse sentido, apresenta-se uma instituição do Estado funcionando como uma instância de produção de sentidos *a priori* e de repressão aos sujeitos tatuados, não só com aqueles sujeitos envolvidos ao crime, mas expondo à discriminação todos os sujeitos que apresentam as tatuagens contidas na Cartilha.

Seguindo a ótica pêcheuxtiana, no nosso entendimento, a Cartilha estaria funcionando como um tipo de técnica de gestão social dos indivíduos, ou seja, ela poderia estar servindo de instrumento que direciona sentidos esperados por sua FI. Nas palavras de Pêcheux (2012),

A esta série vem se juntar a multiplicidade das ‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências de coerção lógica disjuntiva: é ‘impossível’ que tal pessoa seja solteira ‘e’ casada, que tenha diploma ‘e’ que não o tenha, que esteja trabalhando ‘e’ que esteja desempregado [...] [grifos do autor] (p. 30).

Nesse funcionamento de caracterização dos sujeitos, em que se é x e não y, a Cartilha se aproxima à técnica de gestão social dos indivíduos, pois todo sujeito que apresentar no seu corpo a tatuagem de demônio da tasmânia poderá ser tomado como um sujeito ladrão e, igualmente, todo sujeito que apresentar a tatuagem de Jesus Cristo poderá ser considerado sujeito ladrão e/ou sujeito assassino. Assim, estabelecem-se espaços como escreve Pêcheux (2012) ou lugares sociais, como vimos em Grigoletto e De Nardi (2013), cujo conceito refere-se a um efeito de interpelação do sujeito em que opera a FD ao qual está inserido.

Por esse viés, a partir de um lugar social de autoridade, a PM legitima sentidos os quais são compartilhados pela Cartilha num discurso autoritário conforme propõe Orlandi (2011b). Beneficiando-nos da sua elaboração, a autora nos ensina que este “‘tipo’ de discurso resulta do ‘funcionamento discursivo’, sendo este último definido como a atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” [grifo da autora] (p. 153). Na verdade, não se trata de sujeito empírico nem de situações objetivas dos interlocutores, mas de formações imaginárias, de representações, de posições sujeito no discurso em análise.

Os sentidos, nesse âmbito, são tratados numa literalidade do significante. Os elementos intralinguísticos que o autor articula na elaboração da Cartilha direcionam o leitor ao sentido que ele apresenta, tornando o seu discurso o mais “verdadeiro” possível. Podemos observar tal funcionamento objetivo pelas pistas linguísticas das sdr em questão.

Na sdr 1, reparamos que o autor utiliza pistas como “um grande número de indivíduos”, “apresentavam inúmeros registros de ocorrências do tipo furto e/ou roubo” e “o grupo pode ou não estar organizado, dependendo da espontaneidade do roubo” (SILVA, 2011, p. 54) para determinar o significado da tatuagem de demônio da tasmânia, ou dito de outra maneira, para caracterizar o sujeito que possui esta *tattoo*.

Estas pistas linguísticas nos fizeram pensar sobre alguns pontos:

- i. O autor escreve “um grande número de indivíduos”, mas todo o seu estudo se deu em função de 30 mil fotos/documentos. Nas suas palavras, ele relata que “para organizar este material foram realizadas coletas de dados (mais de 30 mil fotos/documentos) em delegacias, presídios, IML Nina Rodrigues, CME – PMBA, acervo digital, banco de dados de outras corporações policiais do país” (SILVA, 2011, p. 9). Assim, pensamos que o sintagma “grande” foi utilizado para validar o sentido que propõe, pois num país como o nosso, com mais de 200 milhões de habitantes⁴⁴, esta amostra seria insuficiente para generalizações deste tipo. Se o autor escrevesse “um pequeno número de indivíduos flagrados na prática de crime e que possuíam esta tatuagem, apresentavam inúmeros registros de ocorrências do tipo furto e/ou roubo”, não teria o mesmo efeito de sentido aos leitores da Cartilha, pois a sua amostra poderia não ser significativa para dar credibilidade ao estudo.
- ii. Na formulação “apresentavam inúmeros registros de ocorrências do tipo furto e/ou roubo”, entendemos que o sintagma “inúmeros”, no imaginário do sujeito autor, lhe ajudaria a corroborar com a veracidade da sua pesquisa e consequentemente, dos sentidos que a Cartilha divulga. Se o autor escrevesse “um grande número de indivíduos flagrados na prática de crime e que possuíam esta tatuagem, apresentavam poucos registros de ocorrências do tipo furto e/ou roubo”, o sentido passaria a ser outro, onde não se teria a mesma quantidade de ocorrências. Isto poderia resultar, numa possível desqualificação da Cartilha por ter atestado um número desfavorável de sujeitos criminosos e tatuados.
- iii. Na seguinte expressão do autor, “o grupo pode ou não estar organizado, dependendo da espontaneidade do roubo”, nos perguntamos: quando ele se

⁴⁴ Informação retirada do site Globo.com. Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/08/brasil-tem-202768562-habitantes-estima-ibge.html>>. Acesso em 30 de novembro de 2014.

refere ao grupo, todos possuem a tatuagem do demônio da tasmânia ou apenas o sujeito que possui essa *tattoo* materializada no seu corpo sofrerá abordagem policial? Parece-nos que esta expressão não ficou clara, e mais, poderíamos pensar por meio das próprias palavras do autor, que o crime independe da tatuagem do sujeito e sim, depende do desejo e/ou da necessidade de praticar o gesto de roubar.

Por sua vez, na sdr 2, reparamos que o autor também se utiliza do mesmo funcionamento discursivo para direcionar o leitor ao sentido que ele estabelece à tatuagem de Jesus Cristo. Podemos observar isto através da sua formulação, “aqui no Brasil, um grande número de indivíduos envolvidos na prática de crimes a utilizam para identificar o praticante de homicídio ou mesmo latrocínio” (SILVA, 2011, p. 16). Outra vez, a pista linguística “grande” direciona o leitor da Cartilha a um sentido que é confirmado pela quantidade de sujeitos/suspeitos encontrados, se o autor escrevesse “um pequeno número de indivíduos” ou até “um seletivo número de indivíduos” o sentido seria diferente.

Diante destas constatações, entendemos possível afirmar que o autor da Cartilha, nas duas sdr se utiliza de adjetivos e/ou advérbios, marcando sua P-S e, por conseguinte, a FD em que está inscrito, a qual subjaz uma FI. Essa tomada de posição nos leva a compreender a Cartilha como uma obra que tenta controlar/regular os sentidos das tatuagens, embora se apresente como uma Cartilha “didática”. Talvez, possamos associar a Cartilha a Pêcheux (2012) quando, referindo-se às ciências positivistas, escreve que

O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber⁴⁵ em uma estrutura representável homogênea, a ideia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente ‘humana’, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e os de todos os condenados da terra [grifo do autor] (p. 35).

Nessa ótica, a Cartilha funcionaria de uma maneira muito eficaz na sistematização de sentidos, mas isto só seria possível numa perspectiva lógica-positivista. No âmbito da AD não é isso que nos interessa. O próprio Pêcheux (2012) nos ensina que devemos

⁴⁵ A expressão “coisas-a-saber” é utilizada por Pêcheux (2012) e, refere-se a “tudo o que arrisca faltar à felicidade” (p. 34).

... ser capazes de abordar explicitamente o fato-linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’ [grifo do autor] (p. 51).

Na mesma linha de pensamento, pela leitura de Orlandi (2011b), poderíamos vincular a elaboração da Cartilha com o que ela escreve: “a criação, em sua dimensão técnica, é reiteração de processos já cristalizados pelas instituições. Toma já de início, a linguagem como produto. [...] essa ‘criatividade’ mantém o homem num retorno constante a um mesmo espaço dizível” [grifo da autora] (idem, p. 137). Dessa forma, não é aceito o modo de se considerar a linguagem como produtora ou como produto conforme expressa a autora citada. Na AD, ao se definir o discurso como efeito de sentidos entre locutores, desloca-se a importância atribuída à informação. Isso nos leva a nos instalarmos no “domínio da significação como multiplicidade [...] e não como ‘linearidade informativa’” [grifo da autora] (ibidem, p. 139).

Afinal, como bem afirma Orlandi (2011b), “não há algo dado, ao qual acrescento, quando retomo. Penso que a ‘incompletude’ é a condição da linguagem. Não adianta querer estancá-la em compartimentos que se preenchem a cada turno da interlocução” [grifo da autora] (p. 140). Mesmo que se tenha um sentido literal que se institucionaliza como produto da história, no processo discursivo de interlocução, os sentidos se apresentam múltiplos.

Nesse contexto, entendemos que não há literalidade do sentido, ao contrário, ele tem seu real. Utilizando-nos das considerações pècheuxianas, somos levados a

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), ‘há real’, isto é, pontos do impossível, determinando aquilo que não pode ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo) [grifos do autor] (PÊCHEUX, 2012, p. 29).

Por esse caminho de pensarmos o sentido, abrimos espaço para o impossível da língua que lhe é próprio, tal como o equívoco, o xiste, o ato falho, dentro outros. Tudo isso vai interferir na interpretação que sujeito realiza, seja aquele que pratica o gesto de se tatuar ou aquele que lê a tatuagem no corpo do sujeito tatuado. Orlandi (2012c) assinala que, “esse

lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos” (p. 59). Nesse sentido, lembramos que a noção de interpretação é de extrema importância nos estudos em AD.

Orlandi (2012f) aborda que

Há diferentes versões de um texto, que constituem tantas outras formulações; há diferentes versões de leitura que constituem tantos modos de compreensão distintos. Se, em outro trabalho (1988) concluí que um sentido sempre pode ser outro, neste trabalho o que aprendo é que um sentido é ‘no meio’ de outros [grifo da autora] (p. 70).

Através desta citação da autora, entendemos que há possibilidades do sujeito significar e se significar indefinidamente e, a tatuagem, nesse ínterim, é um modo de textualização de discursos que podem significar diferentemente. O que atesta para a incoerência de uma Cartilha que apresenta tatuagens com significados cristalizados. Em outra formulação, Orlandi (2012f) comenta que “o sujeito não lê da posição em que o sujeito formula: ele é posto em relação a essa posição. Aí jogam diferentes leituras, diferentes gestos de interpretação, trabalhadas no/pelo efeito-leitor” (p. 68). O que redundaria retomarmos que o sujeito PM, ao visualizar a tatuagem de demônio da tasmânia ou de Jesus Cristo no corpo do sujeito, não atribuirá o mesmo sentido à *tattoo* que o sujeito tatuado atribuiu quando no gesto de tatuar o referido desenho – esse, no nosso ponto de vista, é o risco que se corre quando se usa generalizações.

5.2 RECORTE 2 – O DISCURSO DOS SUJEITOS TATUADOS

Este recorte está composto por duas sequências representativas dos saberes dos sujeitos entrevistados. Nessa perspectiva, buscando demonstrar que o sentido sempre pode ser outro, apresentamos a seguir outras duas sdr que compõem o nosso *corpus* discursivo de análise. Estas são sdr representativas da “FD dos sujeitos tatuados”. Vejamos:

Sdr 3

Considerações do sujeito entrevistado (sujeito 2)

Então, eu fiz a tatuagem do... do meu Taz, ele é um Demônio de Tasmânia e ele tem asas de anjo. (fungada) Eu fiz essa tatuagem, mais ou menos, quando eu tinha 19 anos, na época do quartel. Um dia normal assim, eu sou meio impulsivo. E um dia que eu recebi o meu salário, acho que foi um dos meus primeiros salários lá do quartel, eu tinha um dinheiro e queria fazer uma tatuagem e me deu a loucura de fazer uma tatuagem, me encontrei com uns amigos, que tinham na rua, aquele... (pausa) um dos guris tinha feito um *piercing* recém e eu pensei bah (gíria), vou fazer uma tatuagem, vocês conhecem alguém? E eles falaram que conheciam um cara, um amigo deles que era tri (gíria) bom, fazia... fazia... ia fazer um valor melhor para eles, aí eu fui lá (fungada), ah... (pausa) eu fiz o... (pausa) por que eu fiz esse Demônio da Tasmânia com... com asas? O que eu acho que ele significa pra mim? É... (pausa) quando eu fui fazer a tatuagem, na verdade, eu não sabia o que eu ia fazer, eu fui impulsivo, como eu falei né, só que eu tinha... só que eu tava olhando assim e achei ele. E eu achei interessante por quê? Porque eu... eu... eu acho que assim ó, que que ele demonstra pra mim, que toda pessoa, que nenhuma pessoa é cem por cento boa nem cem por cento ruim, ou seja, ele é um Demônio de Tasmânia só que ele é anjo também. Então, é isso que ela demonstra pra mim, para me lembrar que... que não dá pra confiar cem por cento em ninguém porque todo mundo tem seus... seus problemas, digamos assim. Ah... as pessoas quando falam, quando veem o Taz, todo mundo normalmente me... me... me achaca assim, sei lá, falam assim “bah, por que que tu fez um Taz?” Aí eu dou, uma... essa minha explicação e todo mundo pensa: “bah, que massa, não sei o quê”. Só que, humm... (onomatopeia de pensamento) inicialmente, eles acham, acham besta, né. É, eu nunca vi ninguém com essa tatuagem ainda assim, eu nunca vi mesmo. E é isso!” (SUJEITO 2, 2014).

Tatuagem do sujeito entrevistado (sujeito 2)

Figura 17



Fotografia da tatuagem do demônio da tasmânia do sujeito entrevistado (sujeito 2) – tirada em: 5 de junho de 2014

Sdr 4

Considerações do sujeito entrevistado (sujeito 4)

O lugar que eu fiz do corpo... Quer que eu segure? (o gravador) Qual lugar, né, do corpo? Bom, o lugar do corpo que eu fiz a minha tatuagem é nas costas, E... (pausa). Eu, quando eu tatuei ela, faz... faz mais ou menos uns, uns dez anos acho que eu fiz ela. Aí o significado dela foi que... quando eu tinha cinco anos ah (pausa), eu sofri um acidente de carro com minha família toda, aí a minha mãe se machucou bastante, ela ficou, teve lesão na coluna, teve, ficou com uma perna mais curta, essas coisas assim, teve que fazer uma uma cirurgia na coluna. Aí eu prometi que quando ela se curasse eu ia fazer uma tatuagem em homenagem né, só que eu não sou religioso nem nada, mas aí, é... (pausa) devido a isso, eu comecei a ir né, vinha no centro, assim, pensando triste, aí passei na igreja e entrei pra rezar na igreja né, aí dali em diante eu comecei a rezar, mas não frequento igreja, eu não, não sou

nada. Aí (pausa), foi daí que surgiu a ideia de fazer um Jesus Cristo né, que eu achava a imagem interessante. (Interrupção: vou sair daqui, vou cortar a gravação, vou para o solzinho ali que está mais quente. Posso seguir falando né?) (“Pode!” Interferência por parte da entrevistadora). Bom, bom como eu estava falando eu não sou religioso nem nada, eu tenho... (“Eu seguro!” Interferência por parte da entrevistadora). Aí, aí eu me encantei com a imagem de Jesus lá no altar e tal, aí comecei ah (pausa), aí eu passava ali fazia a oração, nem sabia fazer oração direito (risos) (“Sim!” Interferência por parte da entrevistadora). Mas, era do meu jeito (risos), pedindo é (interação com a entrevistadora), num momento de desespero, sei lá né. Aí... ah (pausa), eu escolhi fazer o Jesus por causa disso né, que eu me interessei pela imagem e tal, e a cruz ali, o crucifixo. Aí eu decidi fazer nas costas, e o desenho eu mesmo fiz, porque eu desenho né, eu desenhava desde pequeno, aí eu peguei e fiz o desenho, fiz o crucifixo com o rosto de Jesus no meio. E o significado é esse, de naquele momento ali, sei lá, algum tipo de religiosidade me tocou sei lá eu. Comecei ah... ah... (pausa), fazer oração, prece pedindo pela, para que ela melhorasse e tal. E, sei lá, depois que eu fiz todo mundo achou legal, achou massa né, achou... “pô (gíria) ficou legal, ficou tri (gíria)”, e o porquê também acharam legal né. E a particularidade dela é essa, eu fiz em homenagem e, sei lá, e porque eu gosto também né, sempre já tive, já tinha mais tatuagem e tal, eu fiz. E... (pausa maior) O que eu acho de ouvirem falar sobre tatuagem? (“É sobre essa tatuagem!” Interferência por parte da entrevistadora). A minha especificamente. (“É sobre a tatuagem de Jesus Cristo. Tu conheces mais alguém que tenha ela?” Interferência por parte da entrevistadora). Não, de amigo assim particular não. Não conheço! (“Ou se ouviu alguma coisa sobre, ah quem tem a tatuagem de Jesus Cristo é religioso ou alguma coisa assim?” Interferência por parte da entrevistadora). Não, nunca ouvi falar nada desse sentido assim, eu particularmente nunca ninguém me falou nada. Mas, eu especificamente, eu fiz por isso né, pelo... pelo que eu relatei do acidente e tal e, que mais me... eu fiquei assim, que eu não, nunca fui religioso, nunca frequentei a igreja nem nada, mas, sei lá, num momento de desespero como eu te falei né, aí eu estava passando na igreja ali e resolvi chegar e aí, aquela imagem me encantou. É até na catedral aqui, tem um crucifixo com a imagem de Jesus e aquilo me, sei lá, eu ficava olhando e pedindo. E toda vez que eu vinha do hospital e passava por ali, eu parava, e aí, então, eu disse pô (gíria), se a minha mãe se recuperar eu vou fazer. (“E aquela imagem que tu tinhas na cabeça, aquela imagem de Jesus Cristo no altar, foi a que tu colocaste no papel? Foi tu que fez?” Interferência por parte da entrevistadora). Foi, na minha visão, no caso. (“Sim!” Interferência por parte da entrevistadora). Que a imagem, no caso, é ele crucificado né. Mas, eu focava bem no rosto dele, eu achava sei lá, o semblante me tranquilizava. Eu achei legal aquilo e a cruz, bom, vou fazer nas costas, fazer bem grande. Aí eu fiz, eu desenei, fazendo o esboço à mão e terminei e, levei no cara. Até o cara mesmo disse “pô (gíria) que massa” (pausa) e pediu para mim levar uns desenho para ele se eu quisesse. (risos) Já quase virei sócio do cara lá! (pausa) Mas, o significado e o sentido dela é esse, e, o lugar é nas costas, fiz bem grandona, tenho intenção até de preencher mais né, que ela não preencheu bem. Mas, a intenção eu tenho de preencher mais, mas, é isso daí... se te ajuda (risos) (SUJEITO 4, 2014).

Tatuagem do sujeito entrevistado (sujeito 4)

Figura 18



Fotografia da tatuagem de Jesus Cristo do sujeito entrevistado (sujeito 4) – tirada em: 15 de agosto de 2014

As duas sdr exemplificam a relação do sujeito com seu corpo, o que já tratamos nesta dissertação, mais precisamente no capítulo 4. Esta relação mencionada, de acordo com o que encontramos no nosso trabalho analítico, não se dá de forma objetiva porque os sujeitos, assim como os sentidos, se constituem concomitantemente por processos em que interferem a ideologia, o inconsciente, a exterioridade, o imaginário e a memória.

Para justificarmos esse entendimento, trazemos o que escreve Orlandi (2012c) sobre a relação do sujeito com seu corpo. A autora retrata que

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que

representam no discurso as injunções ideológicas. Sujeito à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade. Assim o homem (se) significa (ORLANDI, 2012c, p. 53).

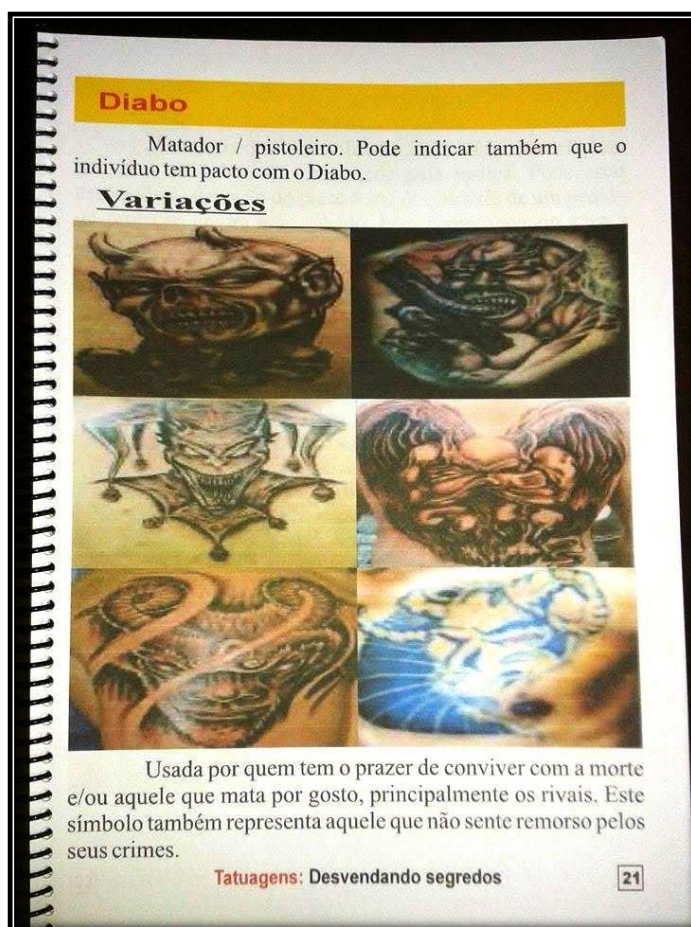
A relação do sujeito com seu corpo não escapa às determinações ideológicas. Se considerássemos o sujeito distante da historicidade que o constitui, reduziríamos o estudo à noção de sujeito empírico, um sujeito estudado em teorias positivistas. Nesse caso, não daríamos conta de compreender os sentidos atribuídos às tatuagens pelos sujeitos entrevistados, pois a partir do linguístico, precisamos considerar a dimensão histórica e psicanalítica.

Em concordância ao nosso fio condutor, Berger (2009) escreve que, na tatuagem, a memória também tem papel importante na constituição do sentido. Em sua opinião, as tatuagens fazem do corpo um registro escrito, disponibilizando o outro a ler o que o sujeito textualizou. Sobre a escrita, recorremos ao estudo de Orlandi (2004), em que ela escreve que “a letra é o traço mais marcante que nos aparece, representando nossa entrada no simbólico. Traço que marca o sujeito enquanto sujeito, em sua possibilidade de autoria, frente à escrita” (p. 119).

Nesse entendimento, a *tattoo* é uma manifestação da escrita que individualiza o sujeito, embora os traços sejam os mesmos realizados com tinta e agulha, cada sujeito atribui um sentido diferente à tatuagem. Isto pode ser observado no nosso *corpus*, em que se apresentam sujeitos tatuados com desenhos de diabo, gnomo, índia com sentidos e motivações distintos entre eles e, também, divergentes ao que escreve a Cartilha e, mais, possivelmente, dessemelhantes aos sentidos que circulam na sociedade, por envolver no gesto de se tatuar um sujeito duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente.

A título de exemplificação, acrescentamos a tatuagem de diabo apresentada pela Cartilha e materializada no corpo de dois sujeitos entrevistados (sujeito 1 e sujeito 5) para mostrar que o sentido dos três é construído diferentemente, produzindo efeitos outros.

Figura 19



Fotografia da tatuagem de diabo – tirada em: 22 de novembro de 2014

Figura 20



Fotografia da tatuagem de diabo do sujeito entrevistado (sujeito 1) – tirada em: 15 de agosto de 2014

Figura 21



Fotografia da tatuagem de diabo do sujeito entrevistado (sujeito 5) – tirada em: 15 de agosto de 2014

No primeiro caso, os sujeitos tatuados com o diabo para os PMs, de acordo com o sentido atribuído pela Cartilha, seriam considerados como supostos assassinos. Nas palavras do autor, é “matador/pistoleiro. Pode indicar também que o indivíduo tem pacto com o Diabo. Usada por quem tem o prazer de conviver com a morte e/ou aquele que mata por gosto, principalmente os rivais” (SILVA, 2011, p. 21).

Já no segundo caso, para o sujeito 1, o sentido da sua tatuagem de diabo – lembramos que se trata do mesmo desenho/tema contido na Cartilha –, é outro. Nas suas considerações apresenta um sentido diferente daquele atribuído pela Cartilha, ao qual mostramos anteriormente. O sentido da sua tatuagem de demônio, na nossa leitura, pode estar associado ao desejo de força, utilizada como um amuleto protetor para os momentos difíceis. Assim como existem medalhões, figas, rabo de coelho, ferradura, o sujeito se utiliza da sua tatuagem para imantar uma “força mágica”. Diz o sujeito:

O significado para mim é... (pausa) cara... (pausa) é força, acima de tudo, porque em várias situações na minha vida, eu usei as minhas tatuagens para pelear contra elas porque se eu carrego uma tatuagem dessas, forte, né, que é uma imagem impactante, é uma imagem forte para caramba, se eu carrego isso eu não posso tombar por qualquer coisa né, então é mais ou menos essa ideia assim que eu tenho. E o lado direito por ser o meu lado mais forte eu acredito que todo mundo, ninguém é totalmente bonzinho e ninguém é totalmente ruim. Então, todo mundo tem um pouquinho dos dois. É mais ou menos essa ideia assim (SUJEITO 1, 2014).

No terceiro caso, para o sujeito 5, o sentido da sua tatuagem de diabo é diferente do sentido apresentado pela Cartilha e também, daquele dado pelo sujeito 1. Retomamos que, o gesto de praticar a tatuagem pode ser da mesma forma, utilizando tinta e agulha, mas o sentido atribuído à *tattoo* e os efeitos de sentido produzidos por ela serão diferentes. Então, como é possível os PMs apoiarem-se na Cartilha para abordagem policial e reconhecimento visual de criminosos?

Nas considerações⁴⁶ do sujeito 5 sobre a sua tatuagem, consoante a nossa leitura, sobressai um sentido de maldade que possa acontecer com o próprio sujeito, não tem a ver com a feiura do desenho/diabo, mas com as coisas ruins que possam vir acontecer com ele e/ou com outros sujeitos. Nas suas palavras:

Bom, eu tenho um no braço. Eu tenho um Leprechaun, é um duende macabro, né... (pausa) As pessoas acham que é ruim para mim, né. E para mim não é ruim, a coisa feia é barra tudo o que é ruim que vem para ti, né. E é o que eu acho, que simboliza para mim, né. [...] E para mim tem um significado, é... algo que é feio que a pessoa se... na hora se esbarra, tem receio de querer seguir em frente com alguma coisa ruim que pode fazer. Para mim, basicamente é isso a tatuagem (SUJEITO 5, 2014).

Nesse gesto de leitura realizado, compreendemos que os sentidos das tatuagens são constituídos diferentemente. Nos três casos, a representação do diabo é construída de maneira distinta e ainda, se comparássemos ao imaginário social católico sobre o mesmo, teríamos outro sentido. Por este motivo, acreditamos necessário ratificarmos a ideia da tatuagem como uma manifestação da escrita que individualiza o sujeito.

⁴⁶ A transcrição completa desta entrevista está no anexo 4 da presente dissertação.

No ponto de vista de Orlandi (2004), e nós concordamos com ela, a tatuagem se apresenta como uma expressão significante que traz como marca a insistência do sujeito em se fazer visível e também, ela reflete a relação do sujeito com a “magia da palavra, da letra, remetendo ao que está além, com o lúdico, com o não-realizado. ‘Aquele’ sentido a que o corpo dá acesso. Quando ele então se oferece como matéria onde a ‘letra’, o ‘desenho’, significa” [grifos da autora] (p. 121).

Nesse contexto, a *tattoo* como forma de significar o corpo, apresenta diferentes sentidos a depender das CP em que o sujeito está inserido ao materializá-la. Gostaríamos de salientar que não se trata de sentidos “verdadeiros” atribuídos pelos sujeitos entrevistados da “FD dos sujeitos tatuados”, tratam-se de possibilidades de leituras de sua tatuagem, na medida em que “estamos imersos numa grande quantidade de símbolos e os produzimos em permanência. Mas assim como mudam as condições de significar, mudam também as formas como o sujeito aí se move nos trajetos da significação” (ORLANDI, 2004, p. 123). Por conta disso, não acreditamos ser conveniente relacionar à tatuagem ao possível crime cometido pelo sujeito tatuado, pois nas sdr representativas do nosso *corpus*, podemos observar sentidos divergentes àqueles da Cartilha.

Marques (2007) enfatiza que, “com o avanço tecnológico a tatuagem ganha espaço passando a fazer parte do modismo, da estética que valoriza o corpo, fortalecendo a imagem” (p. 27). Assim, em virtude à cultura do corpo da contemporaneidade, barreiras e conceitos estigmatizantes com relação à tatuagem não são mais tão aceitos. Para o autor, ao praticar o gesto de se tatuar, o sujeito transfere à pele suas lembranças e a isto, nós acrescentamos, ele transporta também, seus desejos, seus medos, o modo como se relaciona com o mundo.

Nesse caminho, correlacionamos o gesto de tatuar-se com o processo que Courtine (1995/2005) denominou de gestor do seu próprio corpo, do qual tratamos no capítulo 2, ou, ao processo discursivo de função-autor que o sujeito exerce ao textualizar seu corpo. Parafraseando Orlandi (2004), em meio à abundância de formas de linguagem em que tudo é autoria, o sujeito se expõe por uma autoria de si, assinando o seu próprio corpo, através da inscrição da letra na própria carne.

Se antigamente os riscos eram feitos nas paredes das cavernas como forma de registro ou, no corpo como alguma espécie de ritual social, atualmente, tais práticas ainda são encontradas, risca-se muros e também o corpo, todavia este gesto foi se (re)significando ao

longo dos tempos e ganhando, cada vez mais, significados distintos atribuídos por sujeitos em sua função-autor.

Numa visão psicanalítica, Serafini (2006) defende que o escrever é da ordem do não-sabido, isto é, o sujeito não sabe como escrever um texto, no sentido de que não se pode controlar o que será escrito, a significação é algo que se dá no próprio processo de escrever. A autora utilizando-se de Rickes (1998), explica:

Poderíamos dizer que após a escrita do texto o sujeito não resta no mesmo lugar, algo de seu texto fez marca nele... Mas isso só é possível de se fazer ver *num a posteriori*, não está dado antes da escrita. Nesse sentido, escrever comporta um certo risco, nunca se sabe muito bem, de antemão, o que disso vai resultar em termos de texto, nem tampouco como se vai sair dessa experiência (RICKES, 1998, p. 40-41 apud SERAFINI, 2006, p. 104).

Se bem entendemos a citação acima e o texto da autora, a escrita, seja materializada no papel, no corpo, na parede, acarreta riscos por não se saber os resultados, os efeitos de sentido que serão produzidos. E este funcionamento de risco pode ser encontrado igualmente na leitura conforme atesta a autora mencionada, pois para ler o sujeito precisa “se deixar ir pelo fluxo da mesma. Fluxo que, a partir do desconhecido, conduz o leitor a se embrenhar em outras leituras, em novas (re)escritas” (SERAFINI, 2006, p. 104).

Dessa forma, os sentidos são concebidos como capazes de render inimagináveis efeitos e diversas interpretações, o que seria demasiado retomarmos a inabilidade da Cartilha. Os sentidos podem ser múltiplos, mas é a natureza da relação que alguém estabelece com o texto que está na base da caracterização de legibilidade/legitimidade do sentido. Nesse entendimento, é por meio das CPs e da relação do sujeito com sua FD, na produção de sentidos em que intervém um imaginário, que os PMs reproduzem os sentidos da Cartilha, permanecendo na objetividade do texto sobre a tatuagem.

Ainda sobre a escrita, podemos inserir a nossa linha de pensamento o que desenvolve Costa (2002) quando trata da escrita e da tatuagem

O que está em causa na tatuagem tem a ver com algo que nos sustenta na relação a um olhar. Isso que fazemos com o nosso corpo ao oferecê-lo a uma determinada representação. Assim, a tatuagem recorta uma espécie de olhar no próprio corpo: o

que se tatua é um traço do Outro. Essa forma de ornamento é oferecida ao outro (parceiro/semelhante), mas busca uma forma de endereçamento ao olhar do Outro. Dessa maneira, é o olhar do Outro que se imprime, que se marca no corpo. Esse é também o princípio da escrita (p. 58).

Esse traço do Outro ao qual Costa (2002) menciona pode ser relacionado com o que escreve Indursky (2001), na medida em que entendemos que este Outro – ideologia e/ou inconsciente – interpela o sujeito desde sempre. Para a autora, o sujeito produz um texto, no nosso caso ele é produzido na própria pele, interpelado ideologicamente e identificado imaginariamente com a P-S inscrita na FD, ou seja, utilizando-nos das palavras da autora, “o sujeito produz seu texto a partir de um lugar social e, ao fazê-lo, exerce a função enunciativa de autor” (idem, p. 30).

Esses autores, aqui aludidos, nos ajudaram a entender que o sujeito ao materializar discursos no seu corpo, textualizando uma tatuagem, faz uma apropriação do seu espaço pessoal, que é o corpo, para publicizar sua presença na sociedade. Pensamos que isso se faz necessário, na medida em que se tem na sociedade uma publicidade exacerbada de textos – tudo é escrito, muros, paredes, ônibus, postes de luz, portas de banheiros, mesas de bares, classes escolares, camisetas etc. –, que reclamam ao sujeito um excesso de marcas visíveis em seu corpo para poder ser visto.

Talvez, seja interessante trazermos à reflexão as indagações de Braga (2009) a respeito da autoria na constituição da tatuagem. Ele questiona: “quem é o autor do quê? O tatuador ou o sujeito tatuado?” (p. 145). E posteriormente, responde:

... cabe a posição de autoria ao sujeito que é tatuado, ao corpo que se torna superfície midiática e materialidade semiótica. Não podemos atribuir autoria ao tatuador, porque se assim fizéssemos estaríamos atribuindo posição de autor a alguém que não participa do enunciado num todo, ou seja, não possui uma relação com o signo ideológico e com a significação eminente deste signo; é como se estivéssemos atribuindo autoria ao escriba. Dito de outra forma, todo enunciado tem um autor, mas esse autor não é sinônimo de quem redigiu ou proferiu (ou no caso da tatuagem, quem desenhou), e, sim, de quem assume seu projeto discursivo (idem, p. 145).

Para explicarmos com mais abrangência a citação acima, recorremos a Orlandi (2012c). Na formulação da autora, ela explicita que “como autor, o sujeito ao mesmo tempo

em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor” (p. 76).

Nesse ínterim, não basta falar ou praticar o gesto de tatuar-se para ser autor, a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, ou seja, implica sua posição no contexto histórico-social em que está inscrito. Se relacionarmos a nossa pesquisa, podemos pensar que não basta ter a tatuagem de carpa, gnomo, cruz para significar “x” ou “y”, a significação é atribuída pelo sujeito e, como tratamos anteriormente, implica sua posição no contexto histórico-social em que está inscrito.

Como insiste Souza (2006), quando trata do corpo e do sujeito, “volto ainda ao postulado de que o corpo e escrita não passam de rastros que formam em espaços voláteis formas inconclusas de subjetividade” (p. 215).

O foco da nossa dissertação não é a questão da subjetividade, tal como se trabalha nas teorias enunciativas. O nosso interesse centra-se em compreender como os sujeitos que se tatuam, a partir do imaginário do lugar social em que se inscrevem, formulam sentidos às suas tatuagens. É perseguindo esse horizonte que damos continuidade às análises das sdr 3 e 4, respectivamente.

Tratando-se da sdr 3, percebemos que há diferença entre o sentido que a *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens*: desvendando segredos atribui à tatuagem do demônio da tasmânia – suposto sujeito ladrão – e o sentido que o sujeito entrevistado (sujeito 2) atribui à mesma. Vejamos a construção de sentido do sujeito entrevistado (sujeito 2), de acordo com algumas pistas linguísticas que selecionamos a partir de nossa leitura:

- i. O primeiro ponto que gostaríamos de destacar nas considerações do sujeito sobre a sua tatuagem de demônio da tasmânia, diz respeito ao seu desejo em ter uma *tattoo*. No corpo do texto desta dissertação, já discorreremos um pouco sobre este ponto. Mas, acreditamos ser pertinente recuperarmos o assunto e explicitá-lo melhor. Nas considerações do sujeito 2, ele salienta duas vezes a vontade de possuir uma arte na pele. Na primeira formulação, ele relata: “eu tinha um dinheiro e *queria fazer* uma tatuagem e me deu a loucura de fazer uma tatuagem” (linha 5) (SUJEITO 2, 2014), posteriormente, retoma: “é... (pausa) quando eu fui fazer a tatuagem, na verdade, eu não sabia o que eu ia fazer, eu fui impulsivo, como eu falei né, só *que eu tinha...*” (linha 13) [grifos

nossos] (idem, 2014). A nosso entender, o desejo é algo expressivo desse sujeito e podemos apreendê-lo pelas pistas linguísticas “queria fazer” e “que eu tinha”. Se utilizarmos Orlandi (2012a), podemos relacionar o desejo do sujeito ao imaginário que rege o funcionamento do gesto de se tatuar, em que os efeitos de sentido produzidos na textualização de discursos interferem tanto na identidade quanto nos processos de individua(liza)ção. Já, se utilizarmos Silva (2010), podemos relacionar o desejo do sujeito à aspiração de um diferencial em seu corpo, seja como adorno, a fim de embelezamento, ou para expressar um sentimento. Na visão de Costa (2002), o que está em pauta é o desejo em ser visto/notado/olhado/desejado pelo outro. E Marques (2007) ressalta que, além de se tratar de um desejo de ser atração em que se estimula e se atrai o olhar do outro, o desejo pode estar relacionado à vaidade do sujeito, pois na contemporaneidade contempla-se não só a imagem, mas o bem-estar, o consumismo e a adoração ao corpo. Aí pensamos que o uso do verbo “ter” pode estar associado ao consumismo, no desejo de possuir alguma coisa, de ser dono de alguma coisa. Se ao invés do verbo “ter” o sujeito tivesse utilizado “querer”, por exemplo, o sentido possivelmente seria outro. Reparamos: “É... quando eu fui fazer a tatuagem, na verdade, eu não sabia o que eu ia fazer, eu fui impulsivo, como eu falei né, só que eu *quis*”. Pela substituição dos verbos, o efeito de sentido estaria mais para processos de individua(liza)ção, diferenciação, identificação, expressão do que para o consumismo. Todavia, o funcionamento é outro, motivado pela obtenção de uma *tattoo*. Retomamos as palavras do sujeito, “um dia normal assim, eu sou meio impulsivo. E um dia que eu recebi o meu salário, acho que foi um dos meus primeiros salários lá do quartel. Eu tinha um dinheiro...” (SUJEITO 2, 2014) e, conseqüentemente, poderia “comprar” uma tatuagem. É o desejo consumista que, primeiramente, emerge das considerações do sujeito 2. Ainda, nas suas formulações: “me encontrei com uns amigos, [...]e eu pensei bah (gíria), vou fazer uma tatuagem, vocês conhecem alguém? E eles falaram que conheciam um cara, um amigo deles que era tri (gíria) bom, fazia... fazia... ia fazer um ‘valor’ melhor para eles, aí eu fui lá” [grifo nosso] (idem), podemos compreender pela pista linguística que destacamos, “valor”, que a tatuagem possivelmente estava sendo tratada como mercadoria em que o sujeito poderia comprá-la já que tinha dinheiro e seu custo seria reduzido.

- ii. O segundo ponto que acreditamos ser pertinente na construção do sentido, trata-se do excesso. Através das considerações do sujeito 2, compreendemos o funcionamento do excesso como estruturante do processo de significação da sua tatuagem. No seu relato: “me encontrei com uns amigos, que tinham na rua, aquele... (pausa) um dos guris tinha feito um *piercing* recém e eu pensei bah (gíria), vou fazer uma tatuagem, vocês conhecem alguém?” (linha 6-7) (SUJEITO 2, 2014). Pela continuidade/processo do discurso, observamos a necessidade do sujeito em ter um adorno em seu corpo, primeiramente, ele encontrou-se com uns amigos e um deles tinha um “*piercing*”, o que estimulou a vontade de ter/possuir algum adereço também. Para auxiliar nossa interpretação, partimos do estudo de Ernst-Pereira (2009) sobre o excesso, em que aquilo que é dito demais significa. Neste texto, a autora define o conceito como uma “estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso” (p. 4). Pensando nisso, deslocando para esta análise, acreditamos que o sujeito se utiliza da tatuagem como um excesso de linguagem, disponível em seu corpo, buscando imaginariamente firmar sua P-S numa determinada FD, (re)afirmar seu lugar social num grupo ou também, para ser visto/notado/desejado pelo outro. Orlandi (2004) propõe dois funcionamentos do excesso a serem pensados no gesto de se tatuar: de um lado, refere-se ao excesso do dizer, denominado *disritmia*, e de outro, refere-se a necessidade do sujeito de ser autor, denominado *hipertrofia*⁴⁷. Ambos os processos resultam da relação do sujeito com a escrita num espaço-tempo em que o corpo toma uma proporção maior de visibilidade. Em outro texto, Orlandi (2012a) desenvolve que o excesso transborda no espaço em que vivemos, tudo é texto e, o sujeito se subjetiva escrevendo para todos os lados, até que o corpo se torna igualmente espaço de textualização. Utilizando-nos da sua proposição, as manifestações de linguagem no corpo “se representa como um trabalho do excesso, do sujeito no sujeito: transbordamento de um excesso de linguagem o tempo todo visível sobre o sujeito, que passa à necessidade de um excesso de marcas visíveis em si mesmo” (p. 195). Nesse caminho em que

⁴⁷ No texto *Textualização do Corpo: A Escrita de Si*, Orlandi (2004) ao se referir às novas tecnologias de linguagem: a mídia, a publicidade, a poesia urbana, o *rap*, a pichação, o grafite, as camisetas com letras e desenhos, o *piercing*, a tatuagem etc., como manifestações de um mesmo processo discursivo de presença da linguagem no espaço público, enfatiza que elas produzem efeitos de sentido próprios a determinadas CP. No entendimento da autora, essas formas de linguagem podem ser caracterizadas por duas qualidades que são uma reação, “a ‘hipertrofia’ da função-autor e a ‘disritmia’ da relação entre o dito e o não-dito” (p. 126). Nesse sentido, é que entendemos o gesto de tatuar-se como perpassados por esses dois funcionamentos.

entendem o excesso, em nossa opinião, seu funcionamento nesta sdr, pode estar refletindo a necessidade do sujeito em se estabelecer enquanto sujeito no grupo social em que vive, pois parece que é para este outro que seu imaginário está se dirigindo. Nas próprias palavras do sujeito 2 (2014), “todo mundo normalmente me... me... me achaca assim, sei lá, falam assim ‘bah, por que tu fez um Taz?’ Aí eu dou, uma... essa minha explicação e todo mundo pensa: ‘bah, que massa, não sei o quê’” (linha 20-21-22) [grifos do sujeito], o que nos dá a entender que aparece nessas considerações o desejo de reconhecimento.

- iii. Outro ponto que nos causou interesse são as hesitações e as repetições do sujeito. Encontramos nas suas considerações, as seguintes hesitações: “aquele...” (linha 6), “ah...” (linha 10), “o...” (linha 10), “é...” (linha 12), “ah...” (linha 19) e “hummm...” (linha 22). E repetições como: “do... do” (linha 1), “fazia... fazia” (linha 9), “com... com” (linha 11), “eu... eu” (linha 14), “que... que” (linha 18), “seus... seus” (linha 19) e “me... me” (linha 20). De acordo com o trabalho de Oliveira e Souza (2000), podemos compreender que ambas significam na formulação do sentido. Na perspectiva dos autores, apresentar estes funcionamentos na oralidade não se trata de uma dificuldade de acesso imediato à memória, como entenderia uma perspectiva de base cognitivista, ao contrário, trata-se do trabalho da memória que consiste em dispor sentidos de modo inacabado. Para eles, as hesitações, concebidas como pausas (tempo a mais) na linearidade da fala, podem ser relacionadas à noção de silêncio trabalhada na AD por Orlandi (1992). Nas palavras dos autores, “nos planos do tempo a dizer e do “não-dizer” interpelam-se discursos a fim de melhor suprir o vazio da linguagem. Em toda a fala há uma intervenção de várias redes de memórias discursivas que lutam entre si, e ao se encontrarem em algum obstáculo, causam a pausa” (p. 48). Nesse caminho, os autores citados compreendem o silêncio como sonoro e não-sonoro, “estendido até uma instância em que não existem palavras, mas formas significativas de expressão, onde a união de pequenas partículas de hesitações dentro do discurso irão resultar na multiplicidade de vozes que permeiam o discurso do informante” (p. 50). Nesta dimensão, considera-se que as pistas linguísticas de hesitações, encontradas na sdr em questão, permitem o sujeito a operar ilusoriamente com o dito e o a dizer e, significando no entremeio o não-dito. E se, porventura, equivalêssemos tais hesitações com a falta, como um não-dito pelo sujeito 2?

Se retomarmos a leitura de Ernst-Pereira (2009), poderíamos escrever que a falta é uma estratégia discursiva do sujeito-autor e liga-se às determinações históricas de quem a produz. Ou, talvez, se relacionássemos as hesitações com as reticências numa perspectiva discursiva? No entendimento de Grantham (2003), as reticências “sinalizam um espaço de virtualidades, de sentidos possíveis. Mas reforça também nossa hipótese de que esse espaço não abre para qualquer coisa, pois os sentidos que são produzidos ali não estão fora do campo daquilo que é possível dizer” (p. 1024). Nesse ínterim, as reticências não são um vazio ou uma comunicação sem expressão, mas um espaço lacunar carregado de significação e nesse sentido, é que pensaríamos sobre as hesitações do sujeito 2.

- iv. Dando continuidade a nossa leitura, refletimos sobre os paradoxos utilizados pelo sujeito 2. No *continuum* das suas considerações, encontramos um jogo parafrástico entre os sintagmas “toda pessoa” e “nenhuma pessoa” (linha 15), “boa” e “ruim” (linha 16), “demônio” e “anjo” (linhas 16-17). Isto nos causou estranhamento, na medida em que, numa visão positivista, poderia ser paradoxal, pois não se pode ser duas coisas ao mesmo tempo: ou fala-se em todas as pessoas ou em nenhuma, ou se é bom ou se é ruim, ou se é demônio ou se é anjo, nos sentidos dados na sociedade, quando se age de má fé, seja num mínimo detalhe, já não pode ser considerado bom e/ou anjo, as categorizações são exatas. Todavia, pelo âmbito do funcionamento do discurso, podemos compreender o sentido atribuído pelo sujeito. Nas suas palavras sobre o significado da sua *tattoo*, declara: “ele demonstra pra mim, que toda pessoa, que nenhuma pessoa é cem por cento boa nem cem por cento ruim, ou seja, ele é um Demônio de Tasmânia só que ele é anjo também. Então, é isso que ela demonstra pra mim, para me lembrar que... que não dá pra confiar cem por cento em ninguém porque todo mundo tem seus... seus problemas, digamos assim” (linha 15 a 19) (SUJEITO 2, 2014). Nesse sentido, compreendemos que imaginariamente estamos sob uma balança, num funcionamento de equilíbrio entre dois eixos: o bom e o ruim/ o bem e o mal, é difícil ou quase impossível mantermos um equilíbrio satisfatório porque surgem problemas em que, às vezes, não sabemos lidar. Assim, cometemos erros e/ou acertos e, somos demônios e/ou anjos, em um momento específico. A pista linguística “confiança” retoma o jogo parafrástico, lembrando que não se pode ter uma

esperança firme em alguém ou algum sentimento de segurança, de certeza, pois todo mundo tem seus problemas.

Na sequência de análise, examinando a sdr 4, entendemos, da mesma forma, que há diferença entre o sentido que a *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens*: desvendando segredos atribui à tatuagem de Jesus Cristo – suposto sujeito ladrão e/ou sujeito assassino – e o sentido que o sujeito entrevistado (sujeito 4) atribui à mesma. Averiguamos a formulação de sentido do sujeito entrevistado (sujeito 4), de acordo com algumas pistas linguísticas que destacamos a partir de nossa leitura:

- i. O primeiro ponto que gostaríamos de marcar, que acreditamos ser sintomal, diz respeito ao lugar do corpo que o sujeito tatuou-se e o significado que ele atribuiu à sua *tattoo*. Nas suas considerações, logo de início, ele conta que “o lugar do corpo que eu fiz a minha tatuagem é nas costas. [...] Aí o significado dela foi que... quando eu tinha cinco anos ah (pausa), eu sofri um acidente de carro com minha família toda, aí a minha mãe se machucou bastante, ela ficou, teve lesão na coluna” (SUJEITO 4, 2014). Mais adiante ele retoma: “Aí eu decidi fazer nas costas” (linha 22) (idem, 2014). Essa relação simbólica entre a mãe ter sofrido um problema na coluna (linha 6) e o lugar do corpo (linha 2 e 22) que o sujeito “escolheu” – aspeado, pois é uma escolha ilusória, lembrando o esquecimento número 1 dos pressupostos de Michel Pêcheux –, para materializar a sua tatuagem nos intrigou. Aventurando-nos no âmbito da psicanálise, será que poderíamos escrever que o inconsciente do sujeito surgiu no gesto de tatuar-se, na representação de uma experiência traumática? Recorrendo a Fink (1998) para nos ajudar nessa questão, pois ela sugere no seu texto que devemos considerar o trauma, na medida em que, “o trauma sugere fixação ou bloqueio. A fixação sempre envolve algo que não é simbolizado, sendo a linguagem aquilo que permite a substituição e o deslocamento – a própria antítese da fixação” (p. 45-46). Diante disso, seria possível compreender que a tatuagem, como uma forma de linguagem, permitiu a simbolização, a materialização do que foi traumático ao sujeito 4? E o fato de o sujeito 4 ter salientado duas vezes sobre o tamanho da sua *tattoo*, “bom, vou fazer nas costas, fazer ‘bem grande’” (linha 50) [grifo nosso] (SUJEITO 4, 2014) e “o lugar é nas costas, ‘fiz bem grandona’” (linha 54) [grifo nosso] (idem, 2014), poderia estar relacionado ao tamanho/intensidade do problema que sua mãe sofreu – “ela ficou, teve lesão na coluna, teve, ficou com uma

perna mais curta, essas coisas assim, teve que fazer uma cirurgia na coluna” (idem, 2014)?

- ii. O segundo ponto que destacamos das considerações do sujeito, refere-se à promessa (linha 7). Na formulação do sentido da sua tatuagem, o sujeito mencionou que o gesto se deu em função de uma promessa feita, nas suas próprias palavras: “Aí eu prometi que quando ela se curasse eu ia fazer uma tatuagem em homenagem né” (SUJEITO 4, 2014). A promessa num sentido social é um voto feito a algum santo ou a Deus para obter alguma graça com a consequência de cumprir o prometido. Em geral, esta prática é bastante utilizada com vínculo religioso, em que se promete fazer orações, doações e/ou sacrifícios, a tatuagem, nesse caso, é algo estranho que aparece nesse conjunto de ações. Seria devaneio de nossa parte, se relacionássemos o gesto de tatuar-se a um sacrifício, uma doação do corpo para o repositório da tatuagem? Direcionando para um outro caminho de reflexão, pensamos na diferença entre a promessa no campo do político e a promessa aqui encontrada. No campo do político, conforme os estudos de Cazarin (2005), a promessa é concebida como um gesto de convencimento do sujeito enunciadador para com os interlocutores, este discurso se apresenta “como sendo a ‘projeção de futuro’ da sociedade almejada, isto é, formula promessas de um novo ‘devir’ social” [grifos da autora] (p. 315). Nesse sentido, compreendemos que são funcionamentos diferentes entre a promessa utilizada pelo sujeito 4 e a promessa a qual Cazarin (2005) se refere. No caso do sujeito 4, emerge um efeito de sentido da promessa que advém do campo religioso e, a motivação deste gesto de prometer deve-se ao pedido de cura do problema que sua mãe sofreu, ao contrário do sentido utilizado no campo político, em que sua motivação deve-se ao convencimento de alguém para alguma coisa. Utilizando-nos das próprias palavras do sujeito 4 (2014), para exemplificarmos: “E toda vez que eu vinha do hospital e passava por ali, eu parava, e aí, então, eu disse pô (gíria), se a minha mãe se recuperar eu vou fazer” (linha 45).
- iii. Na sequência, levantamos para análise a função de homenagem dada à tatuagem. O que é uma homenagem? De acordo com os sentidos que circulam socialmente, a homenagem pode ser considerada uma demonstração de afeto por alguém ou também, admiração, prova de respeito. Procurando sua família sinonímica encontramos sentidos como adoração, culto, galardão, láurea,

prêmio e veneração⁴⁸. Nesse caminho, refletimos sobre o sentido atribuído pelo sujeito 4 ao utilizar o sintagma “homenagem” (linha 8 e 29), lembrando as suas palavras: “quando eu tinha cinco anos ah (pausa), eu sofri um acidente de carro com minha família toda, aí a minha mãe se machucou bastante, ela ficou, teve lesão na coluna, teve, ficou com uma perna mais curta, essas coisas assim, teve que fazer uma uma cirurgia na coluna. Aí eu prometi que quando ela se curasse eu ia fazer uma tatuagem em homenagem né” (SUJEITO 4, 2014) e “e a particularidade dela é essa, eu fiz em homenagem” (idem, 2014). Acreditamos que seja possível vincular o sentido atribuído pelo sujeito à sua “memória afetivo-discursiva”, como conceitua Silva R. (2010), na lembrança de uma situação lamentável vivida e de um período triste. É o papel da referida memória, impedir que o sujeito esqueça tanto do acidente que sofreu, como da preocupação com a saúde de sua mãe e da dor que tivera ao vê-la no hospital. Nessa possível leitura, entendemos que a função de homenagem dada à tatuagem pode ser relacionada a uma demonstração de amor por sua mãe e, também, como um tipo de prêmio pela saída dela do hospital.

- iv. O quarto ponto que acreditamos necessário ser discutido, trata-se da insistência do sujeito em negar sua religiosidade. Vejamos: “Aí eu prometi que quando ela se curasse eu ia fazer uma tatuagem em homenagem né, só que ‘eu não sou religioso nem nada’” (linha 9) [grifo nosso] (SUJEITO 4, 2014), “mas aí, é (pausa)... devido a isso, eu comecei a ir né, vinha no centro, assim, pensando triste, aí passei na igreja e entrei pra rezar na igreja né, aí dali em diante eu comecei a rezar, ‘mas não frequento igreja, eu não, não sou nada’” (linha 11-12) [grifo nosso] (idem, 2014), “Bom, bom como eu estava falando eu não sou religioso nem nada” (linha 15-16) (idem, 2014) e “eu fiz por isso né, pelo... pelo que eu relatei do acidente e tal e, que mais me... eu fiquei assim, que ‘eu não, nunca fui religioso, nunca frequentei a igreja nem nada’” (linha 39-40) [grifo nosso] (ibidem, 2014). Essas utilizações da negação pelo sujeito 4, podem estar associadas ao funcionamento discursivo da denegação. Pela explicação de Indursky (1990), “através da negação, o sujeito pode mascarar aquilo que, por ter sido censurado pelo superego e recalado no inconsciente, não lhe é facultado dizer. Ou, se preferirmos, através da denegação, o sujeito diz, sem de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua

⁴⁸ Fonte: Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/homenagem/>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2014.

necessidade de recalcar” (p. 118). Nesse entendimento, compreendemos que o sujeito 4 nega um comportamento seu (de ser religioso) que não reconhece e, os enunciados negativos que utiliza, na verdade, são a manifestação de outro, afirmativo, quer seja: eu sou religioso, eu tenho fé, eu acredito no poder das orações. Inclusive, podemos observar este funcionamento afirmativo de uma possível religiosidade pelo enunciado que o próprio sujeito 4 escreve na sua tatuagem: “O Espírito Santo Me Protege”. Sendo assim, cabe-nos, agora, refletir acerca dessa religiosidade que emerge, num segundo momento, das considerações do sujeito 4.

- v. Nas palavras do sujeito 4 (2014): “... devido a isso, eu comecei a ir né, vinha no centro, assim, pensando triste, aí passei na igreja e entrei pra rezar na igreja né, aí dali em diante eu comecei a rezar” (linha 9-11), “Aí (pausa), foi daí que surgiu a ideia de fazer um Jesus Cristo né, que eu achava a imagem interessante” (linha 12-13), “Aí, aí eu me encantei com a imagem de Jesus lá no altar e tal, aí comecei ah (pausa), aí eu passava ali fazia a oração, nem sabia fazer oração direito [...] Mas, era do meu jeito [...], pedindo é [...], num momento de desespero, sei lá né. Aí... ah (pausa), eu escolhi fazer o Jesus por causa disso né ” (linha 17 a 22), “E o significado é esse, de naquele momento ali, sei lá, algum tipo de religiosidade me tocou sei lá eu. Comecei ah... ah... (pausa), fazer oração, prece pedindo pela, para que ela melhorasse e tal” (linha 24 a 27) e “mas, sei lá, num momento de desespero como eu te falei né, aí eu estava passando na igreja ali e resolvi chegar e aí, aquela imagem me encantou. É até na catedral aqui, tem um crucifixo com a imagem de Jesus e aquilo me, sei lá, eu ficava olhando e pedindo. E toda vez que eu vinha do hospital e passava por ali, eu parava” (linha 40 a 43). Nas passagens recém-apresentadas, emergem efeitos de sentido de fé, de crença, de esperança derivados de um discurso religioso cristão, particularmente da Igreja Católica. Justificamos esse entendimento pelo fato de que o próprio sujeito 4 denomina o lugar que frequentava, a Catedral São Francisco de Paula – Pelotas, e relata as suas constantes visitas ao interior da igreja, para orar e pedir pela saúde de sua mãe, colocando em prática os valores cristãos, o que nos leva a afirmar que o mesmo buscava uma interlocução com Jesus Cristo, tomando uma P-S de fiel aos pressupostos religiosos. Compete-nos trabalhar aqui, sobre quem é Jesus Cristo, que imagem o sujeito entrevistado (sujeito 4) tinha desse ser?

Primeiramente, podemos pensar na representação de um homem como puro espírito, cheio de luz, amor e esperança que para entender, é necessária a fé. É este espírito que, para o sujeito 4, cuida e zela por todos que acreditarem Nele e, dá forças, num plano superior, para enfrentar os problemas e as dificuldades encontradas no caminho. Nesse funcionamento mitológico o que importa é a crença, e para que se torne representável, é preciso que o sujeito pressuponha a existência desse ser e acredite nele. Dessa maneira, ao acreditar em Jesus Cristo, em sua força maior, o sujeito 4 sente-se mais forte para suportar a dor que o acidente lhe causara, trazendo as formulações do sujeito: “Que a imagem, no caso, é ele crucificado né. Mas, eu focava bem no rosto dele, eu achava sei lá, o semblante me tranquilizava” (linha 48 a 50) (SUJEITO 4, 2014). No entendimento de Orlandi (2011a), no discurso religioso “há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do ‘plano espiritual’ (O Sujeito, Deus) e o ouvinte é do ‘plano temporal’ (os sujeitos, os homens). Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual ‘domina’ o temporal” [grifos da autora] (p. 243). Nesse horizonte, pensamos num discurso oriundo do versículo da bíblia: “E, tirando-os para fora, disse: ‘Senhores, que é necessário que eu faça para me salvar?’ E eles disseram: ‘Crê no Senhor Jesus e serás salvo, tu e a tua casa’” (ATO DOS APÓSTOLOS, 16: 30-31)⁴⁹, que poderia estar funcionando como um atravessamento de dizeres oriundos do interdiscurso, uma motivação para o sujeito 4, como ouvinte desse saber, falar com Jesus Cristo por meio de suas orações, “do seu jeito”, a fim de pedir a salvação de sua mãe.

- vi. Outro ponto que faz parte da formulação do sentido da tatuagem é o gosto do sujeito 4 por essa prática. Nas suas considerações, ele acentua essa característica: “E a particularidade dela é essa, eu fiz em homenagem e, sei lá, e porque eu gosto também né, sempre já tive, já tinha mais tatuagem e tal” (linha 30) (SUJEITO 4, 2014). Isto nos parece estar relacionado ao que traz Sant’Anna (2001) sobre os meios que possibilitam a transformação do corpo, ao qual tratamos no capítulo 2. Para a autora citada, a utilização de tais meios, como a tatuagem, por exemplo, proporciona o seguinte pensamento: “meu

⁴⁹ Fonte: Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/atos/16/31+#v31>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2014.

corpo corresponde àquilo de que gosto, àquilo que sou, independentemente das minhas heranças genéticas, das minhas filiações culturais e de classe, do meu estado civil e das maneiras pelas quais eu ganho dinheiro” (idem, p. 69). Dessa maneira, o corpo do sujeito 4 tornou-se um espaço para a materialização de algo que gosta, a *tattoo*.

- vii. Na continuação da leitura, não poderíamos deixar de fora as hesitações apresentadas pelo sujeito 4, tais como: “E...” (linha 2-30), “que...” (linha 4), “ah...” (linha 4-18-21), “é...” (linha 9), “Aí...” (linha 12-21) e “me...” (linha 39). E também, as repetições: “faz... faz” (linha 3), “uma uma” (linha 7), “Bom, bom” (linha 15), “Aí, aí” (linha 17), “ah... ah” (linha 26) e “pelo... pelo” (linha 38). Ambos os funcionamentos significam na formulação de sentido da sua tatuagem atribuído pelo sujeito 4. Conforme a perspectiva a qual trabalhamos as pistas linguísticas apresentadas pelo sujeito 2, aqui retomamos, pois da mesma forma, os funcionamentos discursivos encontrados, permitem os dois sujeitos 2 e 4 a operarem ilusoriamente com o dito e o a dizer.
- viii. O oitavo ponto que acreditamos pertinente a ser trabalhado, aborda a ideia de processo discursivo no gesto de tatuar-se do sujeito 4. Nas considerações do sujeito sobre a sua tatuagem de Jesus Cristo, compreendemos o funcionamento de um fio condutor que o levou na produção do sentido: primeiro, o acidente com toda a família; segundo, a permanência de sua mãe no hospital com riscos à saúde; terceiro, a promessa de tatuar-se quando sua mãe se curasse; quarto, a homenagem à sua mãe, representando também o vínculo e o amor materno; quinto, as visitas à igreja; sexto, as orações; sétimo, o desenho escolhido; oitavo, a produção artística do desenho, feito a mão pelo próprio sujeito; nono, o ato de tatuar-se. Cada uma dessas etapas identificadas influenciaram na construção de sentido da *tattoo* do sujeito 4. Se pulássemos uma delas, se substituíssemos a figura materna pela figura paterna ou, se trocássemos o lugar de encontro com Jesus Cristo (a igreja), ou ainda, se mudássemos a crença em Jesus para um outro ser/deus, o efeito de sentido da tatuagem possivelmente seria outro, pois estaríamos diante de outras condições de produção.
- ix. Dando sequência, compreendemos, através da interferência da entrevistadora (linhas 31 a 33), que o sentido atribuído pelo sujeito 4 é diferente daquele contido na *Cartilha de orientação Policial – Tatuagens*: desvendando e, também, provavelmente, distinto dos sentidos atribuídos por outros portadores

da mesma *tattoo*, pois, ao ser indagado sobre os sentidos já conhecidos e/ou sobre os sentidos determinados a este desenho, tivemos uma resposta sucinta, “Não, de amigo assim particular não. Não conheço!” (linha 34) (SUJEITO 4, 2014). Nesse contexto, o sujeito entrevistado (sujeito 4) desconhece outras interpretações acerca de sua tatuagem e a interpretação que faz da mesma, acredita ser peculiar tendo em vista o processo discursivo que influenciou na formulação do sentido.

- x. Para finalizarmos a análise dessa sdr, a título de uma ilusão de completude, evocamos o que traz a Cartilha sobre os lugares do corpo e seus sentidos referente à tatuagem de Jesus Cristo. Para o autor da Cartilha, “A depender da posição onde for encontrada, apresenta significados diferentes. Nos braços, perna e peito refere-se a latrocínio (roubo seguido de morte) e proteção quando utilizada nas costas. Pode vir tatuado como uma imagem de Jesus ou somente a palavra ‘Jesus’ ou até mesmo suas iniciais” (SILVA, 2011, p. 16). Pensando nessas considerações, compreendemos que nos dois casos, na Cartilha e no corpo do sujeito entrevistado (sujeito 4), o sentido da tatuagem de Jesus Cristo constituiu-se em função de saberes do senso comum que se atualizam fazendo referência ao discurso religioso, emergindo sentidos parecidos no que diz respeito à proteção – relembramos o enunciado da tatuagem do sujeito 4: “O Espírito Santo Me Protege”. Porém, o que colocamos em pauta é a relação dos sujeitos PMs e dos sujeitos tatuados com a tatuagem de Jesus Cristo, e o imaginário que perpassa as duas representações, visto que mesmo sendo depositada nas costas do sujeito, “significando proteção”, este ainda será caracterizado pela PM, como possível praticante de homicídio e/ou latrocínio. Nesse caminho, é aqui, que nossas inquietações se instauram: quais serão os limites do PM para abordagem de um sujeito tatuado com a tatuagem de Jesus Cristo, por exemplo? Até onde vai o significado contido na Cartilha, produzindo-se os sentidos da mesma, e, até onde é aceito o significado atribuído pelo sujeito tatuado?

Diante do que trabalhamos neste capítulo de análise, acreditamos que neste momento é necessário partirmos para as considerações finais, certas de que tratamos de compreender como funcionam os processos discursivos que constituem efeitos de sentido às tatuagens contidas na Cartilha orientacional e também, aqueles formulados pelos sujeitos entrevistados, nomeados sujeito 1, sujeito 2, sujeito 3, sujeito 4 e sujeito 5. As análises realizadas nos levam

a afirmar que estamos diante de duas representações distintas: de um lado, na Cartilha de Orientação Policial, se considera a literalidade do sentido, produzindo efeitos de sentido que caracterizam o sujeito a partir da tatuagem que carrega em seu corpo e, de outro, apresentam-se sujeitos tatuados com os mesmos desenhos inclusos na Cartilha, emergindo sentidos diferentes, produzindo efeitos de sentido a cada P-S e a cada C-P em que são formulados. Pelas considerações dos sujeitos tatuados sobre as suas tatuagens, podemos entender que as mesmas se tratam de discursos visíveis na pele de sujeitos, que circulam na sociedade submetendo-se a variadas interpretações. Isso nos leva a retomar o pressuposto basilar da teoria a qual fizemos parte, no entendimento de que “... as palavras não significam *a priori*...” (PÊCHEUX, 1988/2009), uma vez que para compreender o sentido que produzem, é necessário analisá-las a partir do processo discursivo em que ocorrem.

O FECHAMENTO COMO EFEITO-TEXTO

A perspectiva teórica basilar que sustenta a presente pesquisa sinaliza para o fato de que a conclusão de um texto é da ordem simbólica, pois se faz a partir de uma ilusão necessária, para nós autores, de que o texto está pronto. Na AD, a conclusão significa produzir um efeito de fechamento do texto. Nesse horizonte, esta dissertação não foge à regra, ela resulta num efeito-texto, já que os sentidos não iniciam no primeiro parágrafo tampouco terminam no ponto final colocado simbolicamente como fechamento.

Tendo presente tal entendimento, sintetizamos as principais questões abordadas ao longo da dissertação. Tecermos considerações sobre pontos que nos ajudaram a compreender a tatuagem como uma materialidade discursiva na qual o sentido não é dado de antemão. Ao contrário, podemos entender que a tatuagem se constitui como um gesto em que se articulam corpo, linguagem, desejo, falta e excesso, processo esse relacionado à ideologia, ao imaginário, às formas de representação e às condições de produção que afetam os sujeitos. As questões mencionadas são as seguintes: 1. sobre a *Cartilha de Orientação Policial – Tatuagens*: desvendando segredos; 2. sobre a tatuagem e o sentido; e, 3. sobre os sujeitos tatuados *versus* a Cartilha: a configuração das FDs.

1. A leitura da Cartilha de Orientação Policial nos causou estranhamento diante do modo com que ela trata do sentido de algumas tatuagens, sentidos que são determinados e regulados por uma instituição pública, como a Polícia Militar. Referimo-nos à determinação, pois a Cartilha apresenta sentidos *a priori*, atribuindo a cada tatuagem uma designação específica ao sujeito tatuado, como, por exemplo, suposto sujeito ladrão, homicida, assassino etc. Sobre a função reguladora, observamos que através das atividades “didáticas” sugeridas na Cartilha, o autor direciona o possível leitor-PM, ao sentido que nela é determinado, apresentando esse sentido como o mais “verdadeiro” possível. Nesses dois funcionamentos, a partir dos ensinamentos de Pêcheux, podemos compreender que há uma ideologia trabalhando como um mecanismo estruturante do processo de significação das *tattoos*.

Nesse caso, entendemos que a PM, estaria funcionando como um AE, tal como denomina Althusser (1970), em que a mesma se revela agente de produção, de exploração e de repressão dos sujeitos tatuados, não só com aqueles sujeitos envolvidos ao mundo do crime, mas expondo, por meio do policiamento de rua, todos os sujeitos que apresentam as tatuagens contidas da Cartilha, pelas possibilidades de efeitos de sentido que dela surgem.

2. A pesquisa sobre a tatuagem, a fim de compreendermos como foi sua (re)significação até o presente momento, não foi uma tarefa fácil, na medida em que a escrita dos autores que trabalham com esse objeto teórico não tinha uma linearidade. No emaranhado de histórias e posições, acreditamos conveniente tomarmos como efeito-fundador a tatuagem no Brasil primitivo, uma vez que os índios se utilizavam de pinturas corporais como uma prática de escrita no corpo. Com o passar do tempo, na mudança do contexto sócio-histórico, alteraram-se as condições de produção da tatuagem, o que ocasionou um deslizamento de sentido sobre o gesto de tatuar-se. Traçando uma linha imaginária, a tatuagem representou um modo de marcação corporal, depois representou um estigma social e, posteriormente, uma demarcação estilístico-artística. Nesse percurso, podemos escrever que os saberes de cada época ainda se atualizam pelo funcionamento do interdiscurso, com relação às FDs em que os sujeitos estão inscritos. É por esse viés, que acreditamos ser possível a propagação dos efeitos de sentido atribuídos pela Cartilha, retomando saberes estigmatizados que antes designavam sujeitos de classes sociais inferiores.

No decorrer do texto, feito o percurso histórico da tatuagem, insistimos que, neste trabalho, o que estava em pauta era a interpretação do sentido, seu processo de significação, de formulação e de circulação, que faz a *tattoo* significar. Entendemos, por meio das leituras realizadas, que através da tatuagem se materializam discursos, cujos sentidos produzem diferentes efeitos. Essa materialidade discursiva se textualiza no próprio corpo do sujeito que deseja tatuar-se – corpo que é resultante de uma construção, sendo ambos, corpo e sujeito, interpelados pela ideologia e pelo inconsciente.

As tatuagens, tomadas como textos a ler, por sua vez, são entendidas, por nós, como produtoras de diferentes efeitos de sentido porque são capazes de incorporar distintas interpretações, mas não qualquer uma. Recuperando o que nos ensina Pêcheux (2010/1990), todo enunciado é sempre suscetível de ser e/ou tornar-se outro e, mais, ele é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva oferecendo lugar à interpretação. Dessa maneira, não compreendemos o sentido como único e verdadeiro, como aponta a Cartilha. Com o auxílio dos pressupostos teóricos da teoria a qual nos filiamos, buscamos compreender, ao longo da dissertação, a formulação dos sentidos atribuídos pelos sujeitos entrevistados, em sua materialidade linguística e histórica, em contraposição aos sentidos atribuídos pela Cartilha. Isso também não significa que esses seriam os “verdadeiros” sentidos – o interesse é, reiteramos, mostrar que o sentido sempre pode ser outro.

3. A configuração de duas FDs, denominadas “formação discursiva estatal” e “formação discursiva dos sujeitos tatuados”, se fez necessária quando compreendemos que estávamos diante de sentidos produzidos e mobilizados por duas instâncias distintas, uma representada pela PM do Estado da Bahia e, a outra, por sujeitos tatuados que desconhecem a Cartilha – o imaginário que perpassa as duas representações se apresentava como diferentes.

No decorrer da leitura do *corpus*, observamos que a representação dos sujeitos entrevistados – sujeito 1, sujeito 2, sujeito 3, sujeito 4 e sujeito 5 –, tem da sua *tattoo* não “bate” com a representação da PM acerca da mesma. Os sujeitos PMs inscritos na “FD estatal” são afetados pelos saberes e pelo imaginário que perpassa essa FD, reproduzindo tais saberes. Já os sujeitos entrevistados inscritos na “FD dos sujeitos tatuados”, pela análise das suas considerações sobre sua tatuagem, mobilizaram outros sentidos ao tatuarem-se. Em virtude disso, o estranhamento e a inquietação sobre a possível institucionalização da Cartilha fizeram-se presentes em todo o processo de escritura do texto.

Diante a retomada teórica realizada, gostaríamos de trazer as palavras de Žižek (2010) sobre a linguagem, para refletirmos, um pouco mais, sobre o perigo dos sentidos determinados utilizados pela Cartilha, sustentados por uma instituição e reproduzidos por Policiais Militares e, também, possivelmente, por alguns membros da sociedade. Segundo o autor, ancorado na visão lacaniana, “... a linguagem é um presente tão perigoso para a humanidade quanto o cavalo foi para os troianos: ela se oferece para nosso uso gratuitamente, mas, depois que a aceitamos, ela nos coloniza” (p. 20).

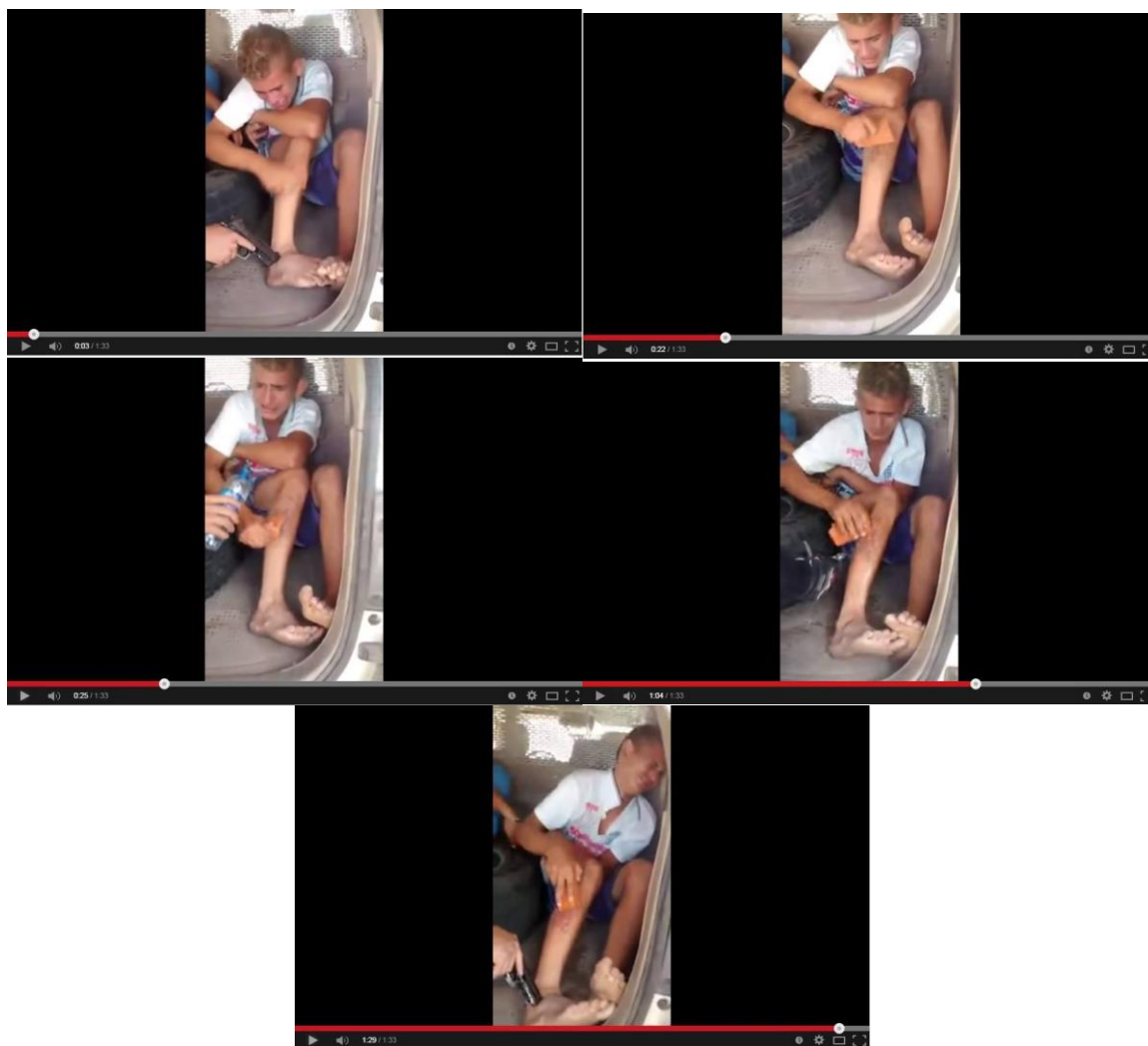
Nessa via de pensamento, relacionamos a citação acima à Cartilha, na medida em que os sentidos tomados *a priori*, são “oferecidos” na sociedade gratuitamente, ou dito de outra forma, são disponibilizados socialmente pela Cartilha orientacional, e colonizam os sujeitos leitores-PMs que aceitam e reproduzem tais saberes por serem afetados por um discurso autoritário do autor e/ou da Instituição que o mesmo representa. O perigo, a nosso ver, está na imposição de sentidos que constroem um imaginário taxativo ao sujeito tatuado e na forma inadequada e/ou violenta, que os PMs podem abordar os mesmos, abusando-se da sua P-S e fortalecendo os laços hierárquicos entre as classes sociais em questão.

A respeito, apresentamos dois casos reais, retirados do site *Youtube*⁵⁰. Nestes casos⁵¹, os sujeitos PMs, ao reproduzirem os sentidos da Cartilha, reproduzem também (pré)conceitos e atitudes violentas com sujeitos portadores das imagens destacadas na Cartilha.

Exemplo 1:

Título da chamada: “Polícia obriga marginal a raspar tatuagem de palhaço”⁵²

Figura 22



Fotografia de partes do vídeo no site *Youtube* – tirada em 10 de dezembro de 2014

⁵⁰ Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

⁵¹ Para a exemplificação no texto, utilizamos partes dos vídeos. Os dois vídeos completos estão disponíveis no CD, anexo à dissertação.

⁵² Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3TQGSb_HcLE>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

O exemplo 1, mostra um sujeito tatuado com o desenho de palhaço que, ao ser pego pelos PMs, é surpreendido com a ordem de remoção da sua tatuagem, pois de acordo com o sentido atribuído pela Cartilha orientacional, este sujeito possivelmente teria “ligação com a prática de roubo, formação de quadrilha e possibilidade de envolvimento em morte de policiais” (SILVA, 2011, p. 18).

Sob ameaças dos PMs, o sujeito é interpelado a remover a sua tatuagem de palhaço com uma pedra. O sujeito mesmo praticando fortes raspadas não obtém êxito, provocando a fúria dos agentes que jogam um líquido na tatuagem, que nos parece álcool por ser de coloração clara e pela ardência na pele demonstrada pelo sujeito. Durante a cena, o sujeito tatuado é ameaçado com arma de fogo.

Numa parte do diálogo entre o PM e o sujeito tatuado, o policial pergunta: “Tu que é o matador de polícia?”. E o sujeito responde: “Não senhor, não matei ninguém não, senhor”. Descontente, o policial continua: “Por que tu tem esse palhaço aí, tatuado aí na tua perna?”. O sujeito responde: “Me fizeram, mandaram eu fazer!”. E o policial questiona: “Para quê? Se te mandarem dar a bundinha você dá também?”. Atentamos para o fato de que, o sintagma “mandaram” pode estar significando várias coisas distintas: algum amigo sugeriu o desenho, o desenho despertou interesse, aí alguém incentivou a fazer, ou até mesmo, pode indicar pertencimento a certo grupo que, por algum motivo, mandou o sujeito tatuar-se com o palhaço, o que não absolve os PMs de uma prática violenta, pois eles desconhecem, a princípio, o contexto que permitiu a existência da determinada *tattoo*.

Esta cena nos faz refletir sobre as abordagens policiais. Onde que se encontram os princípios da Polícia Militar quando tratam de objetivar uma polícia mais justa e coesa, e quando salientam que se apresentam sempre abertos à discussão, buscando a via do diálogo e da negociação?

Antes de discorrermos mais a respeito, trazemos o próximo exemplo.

Exemplo 2:

Título da chamada: “Rapaz apanha da polícia por ter tatuagem de palhaço”⁵³

⁵³ Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_JySr50kOYQ>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

Figura 23

Fotografia de partes do vídeo no site *Youtube* – tirada em 10 de dezembro de 2014

O exemplo 2, também se refere à abordagem policial perante um suposto sujeito “matador de policial” que possui materializado em seu corpo a tatuagem de palhaço. Neste vídeo, o sujeito tatuado é ofendido com palavrões e agredido pelos PMs com muitos safanões. Sob ameaças, o sujeito é obrigado a repetir enunciados propostos pelo PM, tais como: “Eu vou apagar essa tatuagem, eu peço desculpas”, “Eu sou um Zé ruela”, “Eu nunca mais vou desenhar um palhaço, toda polícia no Brasil, me desculpa”, “Esse desenho é de Zé ruela”, “Quem tem um palhaço tatuado no corpo é tudo viado”.

O sujeito mesmo repetindo os enunciados apresentados, apanha dos PMs. Na sequência da sua fala, o sujeito relata que nunca foi preso e nunca foi pego com nada, “só sou usuário de maconha”, implora ele, chorando. Mas, sem piedade, o policial obriga o sujeito a

repetir uma sentença olhando para a câmera, para que seja transmitido a um jornal da cidade: “Siqueira, eu estou arrependido desta tatuagem, vou pedir perdão na TV Alagoas. O senhor me concede um tempinho, que esse desenho é de Zé ruela”.

Nesse caso, o sintagma “Zé ruela” repetido várias vezes, recupera um sentido de “bunda-mole”, um sujeito sem ação. São significados pejorativos que fazem sentidos para ambos e, que, quando utilizado pelo sujeito tatuado ratifica sua posição de subordinado frente ao PM. Talvez, podemos escrever que, nos dois exemplos, a classe dos PMs utiliza os saberes da Cartilha para afirmar o lugar social em que estão inseridos.

Observamos em tais casos que, mesmo com as ressalvas feitas pelo autor da Cartilha, que adverte o uso somente para fins didáticos, de reconhecimento visual, muitos dos colegas PMs, aproveitam-se da sua posição-sujeito para demonstrar poder sobre o outro, o que pode resultar nas práticas violentas relatadas acima.

Acreditamos pertinente lembramos que, ao sugerir a pretensa literalidade de alguns sentidos às tatuagens, a Cartilha mantém as diferenças necessárias entre polícia/bandido, como também mantém a hierarquia e a divisão de classes – fatores que são incentivados pela Instituição da qual o autor faz parte, e que infelizmente, aparecem em outros departamentos policiais brasileiros.

Se pensarmos no que desenvolve Sheiner (2006) sobre a tatuagem, podemos escrever que no gesto de tatuar-se, textualizam-se discursos mobilizados pelo sujeito, mas que serão interpretados por outros, de maneiras diferentes a cada P-S face ao desenho. Para o autor, a tatuagem é um fenômeno social que não deixa de aparecer para os outros, os sujeitos que se tatuam, textualizam sentidos que significam para si, mas que são interpretados pelos outros de forma dessemelhante.

A prática de tatuar-se, nesse caminho, não pode ser entendida apenas com um ritual homogeneizante de sentidos para essa prática, tampouco ela sugere sentidos fixos aos desenhos, de maneira lógica. Pela nossa compreensão, produto desse texto, a tatuagem estabelece um campo de significação que compreende o próprio corpo do sujeito como um espaço de sentidos escritos na pele, produzindo efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas.

Se relacionássemos tais condições ao que propõe Toffolli (2005) e Osório (2006) sobre as tatuagens carcerárias podemos admitir, por um certo ponto, que pode haver relação

de identificação, em alguns casos, entre os sentidos contidos na Cartilha e os sentidos atribuídos por sujeitos tatuados – como apresenta o estudo de Silva (2011). Para os dois autores, a tatuagem caracterizada como índice de sujeitos presidiários/criminosos compreende ao universo restrito ao âmbito do cárcere, produzido e influenciado por relações estabelecidas lá, e o isolamento pode ser um dos fatores que influenciam a manifestação dessas redes identificatórias.

O que, para nós, não justifica a institucionalização da Cartilha, tampouco a sua utilização como meio operacional de identificação de criminosos, em abordagens policiais, e/ou como meio que fomenta a discriminação e a exclusão. Na perspectiva da AD, não trabalhamos de forma a regular os sentidos. Como lembra Orlandi na contracapa da obra *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2012), Pêcheux “propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios”. Nesse ínterim, fisdadas por essa teoria interpretativa, reconhecemos, através de nossa pesquisa, o desconforto de se ter sentidos díspares a mesma tatuagem, construídos por sujeitos diferentes, mesmo cientes de que o nosso gesto interpretativo deva explicitar os processos de significação presentes no texto, ao qual entendemos, por experiência, não ser uma tarefa fácil.

Por último, gostaríamos de reiterar que a nossa pesquisa sobre os sentidos de algumas tatuagens é marcada pela incompletude constitutiva de todo gesto de interpretação, o que não nos livra da responsabilidade sobre ela. Chegar ao fim, conceber como finalizado o texto, significa saber, conforme escreve Cazarin (2005), que “o ‘pronto’ é sempre provisório e se constitui na ilusão necessária de um ‘fechamento’ – o ‘fim’ é inevitavelmente a possibilidade do recomeço” [grifos da autora] (p. 371). Nesse sentido, diante da obrigatoriedade de fechamento do texto, temos a certeza de que deixamos muito a dizer. E o fato desta dissertação também ser “pega” pela complexidade da incompletude, nos coloca em uma posição aberta ao diálogo sobre as questões aqui apresentadas. Oxalá ele possa acontecer...

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Silva. Corpo e linguagem – uma relação constitutiva. In: *Políticas de autoria*. São Carlos: EduFSCar, 2013.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970.

ALVARENGA, Lucila. “*Essa tattoo, ela significa eu, essa sou eu*”: Tatuagem, corpo e identidade. 2005. 39 f. Monografia. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, jun. 2005.

AZEVEDO, Aline. A escrita na carne e a metáfora da coesão. In: *V Seminário de Estudos em Análise do Discurso: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas* – V SEAD, 20 a 23 de set., 2011. Porto Alegre. Anais do evento, 2011.

BERGER, Mirela. Tatuagem: a Memória na Pele. *Sinais*. Vitória: CCHN, UFES, 5. ed., v. 1, set., 2009. p. 65-83.

BRAGA, Sandro. A tatuagem como gênero: uma visão discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*. n. 1. jan./abr, 2009. p. 131-155.

BUENO, Maria Lúcia; CASTRO, Ana Lúcia de. *Corpo território da cultura*. Maria Lúcia Bueno e Ana Lúcia de Castro (orgs.). São Paulo: Annablume, 2005.

CASTRO. Ana Lúcia de. Culto ao corpo: identidades e estilos de vida. In: *Corpo território da cultura*. Maria Lúcia Bueno e Ana Lúcia de Castro (orgs.). São Paulo: Annablume, 2005.

CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Unijuí, 2005.

_____. Os fundamentos da Análise de Discurso: a permanência e novos rumos. In: *IV Seminário Fios ao tear: conversas com a Análise de Discurso sobre... memória e esquecimento*. 23 de mai., 2014. Pelotas. Mesa-redonda, 2014.

COURTINE. Jean-Jacques. Os Stakhanovistas do Narciso: Body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995/2005.

_____. *Análise do discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 1981/2009.

COSTA, Ana Maria. “Se fazer” tatuar: traço e escrita das bordas corporais. *Estilos da Clínica*. n. 12, 2002. p. 56-63.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ERNST-PEREIRA, Aracy. Corpo e Sujeito: “efeitos” dos cosméticos. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero*. n. 6, 10 a 13 de ago., 2004. Santa Catarina. Anais do evento, 2004.

_____. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do *corpus* discursivo. In: *IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso: 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso – IV SEAD*, 10 a 13 de nov., 2009. Porto Alegre. Anais do evento, 2009.

FERREIRA, Débora. O corpo como texto: análise discursiva da escrita no corpo. *Eventos Pedagógicos*. n. 1, v. 3, abr., 2012. p. 138-146.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O Corpo enquanto objeto discursivo. In: *Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Verli Petri e Cristiane Dias (orgs.). Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

FERREIRA, Vitor. Política do corpo e política de vida: a tatuagem e o body piercing como expressão corporal de uma ética da dissidência. *Etnográfica*. n. 2, v. 11, nov., 2007. p. 291-326.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FISCLER, Claude. Obeso Benigno, Obeso Maligno. In: *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995/2005.

GRANTHAM, Marilei. Leitura, reescrita e pontuação. In: *V Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – V CELSUL*, 17 e 18 de out., 2002. Curitiba. Anais do evento, 2003. p. 1022-1028.

GRIGOLETTO, Evandra. A língua além do sistema e da norma. In: *Ensino e aprendizagem de línguas: língua portuguesa*. Ercília Ana Cazarin e Gesualda dos Santos Rasia (orgs.). Ijuí: Editora da Unijuí, 2007.

GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele. Identificação, memória e figuras identitárias: a tensão entre a cristalização e o deslocamento de lugares sociais. *Gragoatá*. n. 34. Niterói: EdUFF, 2013. p. 197-213.

GUIMARÃES, Maria Eduarda. Globalização: corpo como campo de batalha. In: *Corpo território da cultura*. Maria Lúcia Bueno e Ana Lúcia de Castro (orgs.). São Paulo: Annablume, 2005.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: *Por uma análise automática do discurso*. 4. ed. Tradução de Bethania Mariani et al. Françoise Gadet e Tony Hak (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990/2010.

INDURSKY, Freda. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Caderno de Estudos Linguísticos*. n. 19. jul./dez., 1990. p. 117-122.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 1992. 372 f. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Aracy Ernst-Pereira e Susana Bórneo Funk (orgs.). Pelotas: Educat, 2001.

LE BRETON, David. A Síndrome de Frankenstein. In: *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995/2005.

LEITÃO, Débora. *À flor da pele: estudo antropológico sobre a prática da tatuagem em grupos urbanos*. 2000. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2000.

_____. *Corpos Ilustrados: tatuagem e autonomia sobre a anatomia*. In: *XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. 21 a 25 de out., 2003. Caxambu. Anais do evento, 2003.

LISE, Michele et al. Tatuagem: perfil e discurso de pessoas com inscrição de marcas no corpo. *Anais Brasileiros de Dermatologia*. n. 85, v. 5. Rio de Janeiro, set./out., 2010. p. 631-638.

MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson. Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. *Gragoatá*. n. 34. Niterói: EdUFF, 2013. p. 95-111.

MARIANI, Bethania. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. *Gragoatá*. n. 5. Niterói: EdUFF, 1998. p. 87-95.

MARQUES, Marcos Wilson. *Tatuagem: expressão cultural a arte através da pele*. 2007. 43 f. Monografia. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2007.

MITTMANN, Solange. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. Maria Cristina Leandro Ferreira e Freda Indursky (orgs.). São Carlos: Claraluz, 2007.

MONTEIRO. Pedro Paulo. *Quem somos nós? O enigma do corpo*. 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2006.

OLIVEIRA, Alexsander; SOUZA, Pedro de. Tempo e hesitação: a subjetivação em narrativas pessoais. *Working papers em Linguística*. n. 4. UFSC, 2000. p. 40-53.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar?. *Linguística: Questões e Controvérsias*. n. 10. Série Estudos. Uberaba: Fiube, 1984.

_____. *O discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*. n. 61. Brasília, jan./mar., 1994.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Textualização do Corpo: A escritura de si. In: *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004. p. 119-128.

_____. *Discurso e leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O discurso religioso. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a. p. 239-262.

_____. O sentido dominante: a literalidade como produto da história. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b. p. 135-148.

_____. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a. p. 187-197.

_____. A Escrita na Análise de Discurso. In: *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b. p. 31-58.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

_____. Análise de Discurso e Interpretação. In: *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012d. p. 19-30.

_____. Do Sujeito na História e no Simbólico. In: *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012e. p. 99-108.

_____. Os Efeitos de Leitura na Relação Discurso/Texto. In: *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012f. p. 59-72.

_____. Processos de significação, corpo e sujeito. In: *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012g. p. 83-96.

OSÓRIO, Andrea. *O gênero da tatuagem: Continuidades e novos usos relativos à prática na cidade do Rio de Janeiro*. 2006. 267 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, mar. 2006.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Tradução de José Horta Nunes. n. 19. Campinas, jul./dez., 1982/1990. p. 7-24.

_____. A forma-sujeito do discurso. In: *Semântica e Discurso* (1975). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988/ 2009a. p. 145-168.

_____. Sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. In: *Semântica e Discurso* (1975). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988/ 2009b. p. 129-136.

_____. Sujeito, centro e sentido. In: *Semântica e Discurso* (1975). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988/ 2009c. p. 113-125.

_____. Análise automática do discurso (AAD – 69). In: *Por uma análise automática do discurso*. 4. ed. Tradução de Bethania Mariani et al. Françoise Gadet e Tony Hak (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990/2010.

_____. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 2. ed. Eni Orlandi Puccinelli (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 6. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÉREZ, Andrea. A identidade à flor da pele: Etnografia da prática da tatuagem na contemporaneidade. *Mana*. n. 1, v. 12. Rio de Janeiro, abr., 2006. p. 179-206.

PIRES, Beatriz. *Piercing, implante, escarificação, tatuagem*. O corpo como suporte da arte. 2001. 229 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, nov., 2001.

RAMOS, Cecília. Tatuagem Contemporânea: uma incorporação dialógica em tempos de globalização. In: *Corpo Território de Cultura*. Maria Lúcia Bueno e Ana Lúcia de Castro (orgs.). São Paulo, Annablume, 2005.

ROCHA, Gabriela. A arte da tatuagem: A atividade ganha admiradores e supera antigos preconceitos. *Ectética*. Ano 15. n. 29. Rio de Janeiro, jul./dez., 2009. p. 31-37.

RODRÍGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: *A leitura e os leitores*. Eni Puccinelli Orlandi (org.). Campinas, SP: Pontes Editores, 1998.

SANT'ANNA, Denize. *Corpos de passagem*: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. Horizontes do corpo. In: *Corpo território da cultura*. Maria Lúcia Bueno e Ana Lúcia de Castro (orgs.). São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Políticas do corpo*: elementos para uma história das práticas corporais. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995/2005.

SCHEINER, Andrei. *Marcado na pele*: consumo, tatuagem e cultura de massa: um estudo sobre as narrativas do consumo a partir das tatuagens de marcas de produtos. 2006. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, 2006.

SERAFINI, Giovana. A escrita e a psicanálise. *Organon*. n. 40/41. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 93-106.

SOUZA, Pedro de. Escrita e corpo: vestígios subterrâneos da subjetivação. *Organon*. n. 40/41. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 215-230.

SOUZA, Sérgio de. Para quem é o discurso pedagógico. In: *Análise do discurso em perspectiva*: teoria, método e análise. Verli Petri e Cristiane Dias (orgs.). Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

SILVA, Bruna. *A tatuagem na contemporaneidade*. 2010. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, jul., 2010.

SILVA, Renata. *O tempo discursivo na constituição do imaginário do trabalhador no discurso da CUT*. 2010. 199 f. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, 2010.

SILVA, Alden da. *Cartilha de Orientação Policial*: Tatuagem: Desvendando segredos. Salvador, BH: Magic Gráfica, 2011.

SUJEITO 1. *Entrevista sobre a tatuagem de demônio*. [ago., 2014]. Entrevistador: Naiara Souza da Silva. Pelotas, 2014. 1 arquivo mp3 (04:46). 1 fotografia da tatuagem. A entrevista na íntegra encontra transcrita no Anexo 2 deste trabalho.

SUJEITO 2. *Entrevista sobre a tatuagem de demônio da tasmânia*. [jun., 2014]. Entrevistador: Naiara Souza da Silva. Pelotas, 2014. 1 arquivo mp3 (02:47). 1 fotografia da tatuagem.

SUJEITO 3. *Entrevista sobre a tatuagem de gnomo*. [ago., 2014]. Entrevistador: Naiara Souza da Silva. Pelotas, 2014. 1 arquivo mp3 (02:55). 1 fotografia da tatuagem. A entrevista na íntegra encontra transcrita no Anexo 3 deste trabalho.

SUJEITO 4. *Entrevista sobre a tatuagem de Jesus Cristo*. [ago., 2014]. Entrevistador: Naiara Souza da Silva. Pelotas, 2014. 1 arquivo mp3 (05:06). 1 fotografia da tatuagem.

SUJEITO 5. *Entrevista sobre a tatuagem de diabo*. [ago., 2014]. Entrevistador: Naiara Souza da Silva. Pelotas, 2014. 1 arquivo mp3 (01:46). 1 fotografia da tatuagem. A entrevista na íntegra encontra transcrita no Anexo 4 deste trabalho.

TOFFOLLI, Rodrigo. *Corpos tatuados: preliminares a uma abordagem semiótica*. *Estudos Semióticos*, n.1. São Paulo, 2005.

VIGARELLO, Georges. *Panóplias Corretoras: Balizas para uma história*. In: *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995/2005.

ŽIŽEK, Slavoj. *Gestos vazios e performativos: Lacan se defronta com a conspiração da CIA*. In: *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – Modelo do TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa vinculada ao Programa de Pós Graduação em Letras, da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), intitulada “Tatuagens: sujeitos e sentidos”, elaborada pela mestrandia Naiara Souza da Silva – CPF: 005.605.510-29; endereço: Rua Passo Fundo, número 1983, Bairro Santo Antônio (Laranjal), CEP: 96090-500; telefone: (53) 81010411.

O tema da Dissertação refere-se ao estudo de tatuagens enquanto gestos simbólicos de diferentes sentidos materializados no corpo de sujeitos.

A presente pesquisa justifica-se pela importância de estudos que interpretem a prática de tatuar o corpo, relacionando esse processo aos pressupostos ideológicos e às suas condições de produção. Pois, se o sujeito se identifica com a língua para poder dizer, ele também se identifica com o seu corpo para significar. Através da tatuagem, num processo de textualização do corpo, esse sujeito grava no tecido da pele o seu desejo, a sua interpretação e a sua interpelação. Pele que, como explica Abreu, “se transforma em texto em uma junção de linguagens – palavras, imagens, cores, que ganham estatuto na história” (2013, p.143).

Nesse caminho, temos por objetivo geral do trabalho, analisar o funcionamento discursivo da tatuagem enquanto texto repleto de significações e seus efeitos de sentido materializados no corpo de sujeitos, em contraposição ao sentido atribuído na sociedade pela Cartilha de Orientação Policial.

Os procedimentos para formar o arquivo documental serão através de uma entrevista oral aberta com sujeitos que possuem as tatuagens escolhidas e de fotos das respectivas *tattoos* para após, formar o *corpus* da pesquisa que será estudado.

Salientamos que não há riscos nem benefícios ao participante da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Pós Graduação em Letras da Universidade mencionada acima e outra, será fornecida a você.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE

Eu, _____ fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. A professora orientadora Ercília Ana Cazarin – CPF: 090.861.700-30, certificou-me de que os dados desta pesquisa (como meu nome, endereço e idade) serão confidenciais. Mas a transcrição da entrevista que fiz e a foto da tatuagem que tenho no meu corpo podem ser utilizadas no trabalho que me foi apresentado.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do participante

Assinatura

Data

Nome do pesquisador

Assinatura

Data

Nome da testemunha

Assinatura

Data

ANEXO 2 – Transcrição da entrevista do sujeito tatuado (sujeito 1)

Considerações do sujeito entrevistado (sujeito 1)

(“Pode começar!” Interferência por parte da entrevistadora). Ok! Tu vai me perguntando? (“Não! Pode ser bem informal...” Interferência por parte da entrevistadora). Bom, o lugar do corpo que eu escolhi foi a coxa, a princípio. Esse lado meu direito para mim é o meu lado... (pausa) que eu acho que seja o mais forte. Então, por isso eles tão aqui né, ah... (pausa) Tatuei faz o quê? (pausa) Comecei com esse lance de demônio faz uns... há uns nove anos atrás, eu acho, nove, dez, que eu comecei a mexer nessa perna, pegando essa ideia assim. Ah... (pausa) O significado para mim é... (pausa) cara... (pausa) é força, acima de tudo, porque em várias situações na minha vida, eu usei as minhas tatuagens para pelear contra elas porque se eu carrego uma tatuagem dessas, forte, né, que é uma imagem impactante, é uma imagem forte para caramba, se eu carrego isso eu não posso tombar por qualquer coisa né, então é mais ou menos essa ideia assim que eu tenho. E o lado direito por ser o meu lado mais forte eu acredito que todo mundo, ninguém é totalmente bonzinho e ninguém é totalmente ruim. Então, todo mundo tem um pouquinho dos dois. É mais ou menos essa ideia assim. Com certeza, tu tem um pouquinho de maldade dentro de ti e eu também tenho um pouco de bondade dentro de mim. Então, é mais ou menos essa ideia, assim, que eu passo nelas né. Hum... (pausa maior). (“Assim, a imagem que as pessoas te passam, elas se assustam? O que elas dizem?” Interferência por parte da entrevistadora). Ah, com certeza! A primeira coisa que me perguntam é se sou satanista, ou um negócio assim, e não, nada a ver. Eu não sou satanista, eu só gosto e me identifico, eu acho o bizarro o bonito. Eu vejo beleza no negócio que todo mundo acha feio, que é feio na verdade, mas é feio, mas é bonito. Né? E a gente vê outro área, a gente vê textura, a gente vê volume, a gente vê luz, a gente vê movimento, né do trabalho, não é só simplesmente ah, um demônio só. Não, tem muita, além disso, né. É o que a gente avalia por tatuar, por ter essa ideia de mais profissional do desenho, é o que agente avalia bastante assim. Ah... (pausa) O pessoal não gosta, principalmente velha. Velha é fogo! Olha é já ‘grrr grrr’ (onomatopeia de resmungos), sabe, “é está entregue, tu não tem lugar no céu”. E, acho, cara, não existe isso de ter lugar no céu, sabe, ou tu faz um negócio ruim aqui tu vai pagar, seu tu não pagar aqui, vai pagar daqui a pouco mais, mas tu vai pagar pelo que tu fez, então não existe tu vai para o céu ou para o inferno, tu vai sei lá, para algum lugar que... (pausa) tu vai pagar pelo que tu fez. Se tu fez coisa boa, tu só vai colher coisa boa, depois da tua morte. Mas, se tu fez coisa ruim, tu vai penar até tu conseguir evoluir. E segundo o espiritismo, cada tatuagem que tu faz, tu marca teu corpo, é uma forma de auto-mutilação. Ah, quando tu morre ah... (pausa) tu tem que fazer boas ações para o teu espírito poder evoluir, para poder apagar essas marcas do teu espírito né, segundo o espiritismo, não qual que é... (pausa) Por mim, eu vou ter que fazer muito boa ação, porque, ham (onomatopeia de ironia) claro, eu vou ter que me tornar o Dalai Lama assim, para poder evoluir. Mas, eu não, não levo isso muito a sério. Cara, eu acredito que tem que ser, tem que ser o que tu é e, tem que procurar ajudar as pessoas sempre que tu puder e... é isso aí. Nada de de ruindade para ninguém assim, e deu. Não é porque eu tenho demônio que eu sou uma pessoa ruim, sabe? Eu acho! (risos) A cara dela! (risos) (“Mais alguma coisa?” Interferência por parte da entrevistadora). Humm... (onomatopeia de pensamento) Como eu escolhi? Eu escolhi... (pausa) bate o olho e, é isso! Tu bate o olho, tu analisa o desenho, se identifica contigo e gostei. (“Tem algum lugar, assim, especial na internet que vocês buscam essas imagens de demônio?” Interferência por parte da entrevistadora). Ah, geralmente, geralmente, geralmente. Eu não procuro nada sobre demônio, eu vou procurando, eu deixo... ir acontecendo, eu deixo ir encontrando com o tempo, por isso que eu não me tatuei todo ainda. Porque eu quero preservar umas partes do meu corpo ainda, né. Sem, sem risca, porque daqui a pouco mais tu

encontra, aleatoriamente tu encontra uma imagem que bah (gíria/ onomatopeia de espanto), olha só, é tudo que eu estava procurando, sem sabe. E aí, tu bate o olho, é isso. E aí, tu pega e guarda. E aí, tu vai lapidando a ideia de fazer. Algumas coisas é na hora, pega na hora assim, se fissura tanto, gosta tanto, te identifica tanto com isso que na hora tu quer fazer e, na hora tu faz. Como a gente está aqui dentro já, no local direto né, a gente só pilha, óh tu quer fazer isso aqui, bah (gíria), quero. Então, vamos fazer hoje, hoje a gente já faz. Às vezes, quando não dá, a gente vai lapidando a ideia para fazer, mas é bem isso assim. “Então, tá! Muito obrigada!” Interferência por parte da entrevistadora). Muito de nada! Qualquer dúvida...

ANEXO 3 – Transcrição da entrevista do sujeito tatuado (sujeito 3)

Considerações do sujeito entrevistado (sujeito 3)

(“Vamos, pode falar!” Interferência por parte da entrevistadora). Bom, a minha tatuagem é um gnomo. Ah... (pausa) eu, faz uns oito anos que eu tatuei ela, na época eu não fazia nada da vida. Eu me tatuei no bíceps direito, na parte da frente, porque eu gosto de gnomo, gosto da natureza, gosto de tudo que tem a ver com gnomo eu gosto, entendesse? E... (pausa) ela significa isso para mim assim, paz, tranquilidade, descanso assim é, tudo que tem a ver com isso, né! E... (pausa) sempre gostei do desenho, por isso, do desenho, do do, como é que vou te falar, do... (pausa) da aparência dele, simbologia, assim. E acredito em gnomo. Ah... (pausa) (barulho de latidos de cachorro) (“O que te motivou na época?” Interferência por parte da entrevistadora). Pois é, é... (pausa) deixa eu pensar. (“Tu queria fazer uma tatuagem?” Interferência por parte da entrevistadora). Sim, é. O motivo primeiro, o primeiro motivo, queria fazer um tatuagem, segundo é porque eu já gostava deles, e aí eu escolhi um um desenho que tivesse a ver, que fosse um gnomo e eu dei umas modificadas no desenho. Botei mais, do que, do que eu mais gostava assim, praia, árvore, essas coisas assim. Ah... (fungada) Pois é, alguns não conhecem gnomo, aí olham e dizem ‘o que que é?’ Né, ou outros olham e acham bonito. Ah, está meio fraca já as cores né?! (pausa maior) Eu acho que é isso... (“Mais alguma coisa?” Interferência por parte da entrevistadora). (“Algum outro sentido assim?” Interferência por parte da entrevistadora). Acho que não, acho que não... (“Além de paz?” Interferência por parte da entrevistadora). Ah, eu não sei explicar agora assim... Pois é, eu acho assim que... eu gosto do duende, não, do, do, do gnomo. Eu já acho o duende está sempre meio que com umas tsc (onomatopeia que expressa o barulho de negação), os desenhos que eu vejo do do duende, ele é meio com uma cara de maldosa assim, parece que ele é meio do mal assim, e eu num num... não sei, eu prefiro o gnomo. Gosto mais dele, da da dos desenhos que tem do gnomo, ele está sempre tranquilo, tu pode ver, sempre sorrindo, e o duende não, o duende tem uma cara de maldoso assim, parece que faz mal, e eu já não gosto dessas coisas. Ah, eu acho que é isso! (“Então tá!” Interferência por parte da entrevistadora).

ANEXO 4 – Transcrição da entrevista do sujeito tatuado (sujeito 5)

Considerações do sujeito entrevistado (sujeito 5)

Bom, eu tenho um no braço. Eu tenho um Leprechaun, é um duende macabro, né... (pausa) As pessoas acham que é ruim para mim, né. E para mim não é ruim, a coisa feia é barra tudo o que é ruim que vem para ti, né. E é o que eu acho, que simboliza para mim, né. E as pessoas sempre têm um impacto ruim, né. Olham e dizem que vai me trazer coisa ruim, que... (pausa) faz mal, que eu estou condenado... geralmente, é isso aí, né. E para mim tem um significado, é... algo que é feio que a pessoa se... na hora se esbarra, tem receio de querer seguir em frente com alguma coisa ruim que pode fazer. Para mim, basicamente é isso a tatuagem... (pausa) tem esse significado. (“E as pessoas?” Interferência por parte da entrevistadora). As pessoas? (“É!” Interferência por parte da entrevistadora). Elas têm sempre uma visão ruim, né, porque é feio, se fosse uma florzinha ia ser bonito. E como tem uma cara feia, né, as pessoas acham que é ruim. Sempre olham com aquilo “Óh! (onomatopeia de espanto) Tu já estás condenado!” (“Tem a ver um pouco com a personalidade da pessoa...” Interferência por parte da entrevistadora). Tem a ver com a minha personalidade também né, é a minha personalidade é meio forte mesmo. As pessoas até falam que eu tenho uma cara meio de diabo também (risos). Mas é normal ouvir isso, eu não dou muita bola para o que os outros falam. O que importa mais é o que representa para mim, né?! E é isso aí.

ANEXO 5 – CD

- i. Cartilha
- ii. Entrevistas
- iii. Vídeos do *Youtube*